



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 25

I Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 18 de junho de 2013

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, iniciou-se os trabalhos com a **eleição do Vice-Presidente da Mesa da ALRAA**, tendo sido eleito o Sr. Deputado Humberto Melo.

De seguida, passou-se para o período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários Votos:

- **Voto de Voto de Pesar “pelo falecimento prematuro do professor e escritor Daniel de Sá”**, subscrito por todos os Grupos e Representações Parlamentares.

Após a apresentação pela Sra. Presidente da Assembleia, o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação “pela brilhante conquista do título de campeão nacional da 1ª Divisão Ténis de Mesa, na época 2012 / 2013, alcançado pela equipa sénior masculinos do Grupo Desportivo do Salão Recreativo dos Toledos”.**

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Miguel Costa (*PS*), usou da palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Cláudio Lopes (*PSD*), tendo o mesmo recebido a aprovação por unanimidade;

- **Voto de Congratulação “pelo título de campeão nacional de basquetebol da Primeira Divisão, conquistado pela equipa feminina do Clube União Sportiva”.**

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*);

- **Voto de Congratulação “pela conquista do título de campeão nacional da I Divisão de basquetebol feminino”.**

A apresentação do referido voto coube ao Sr. Deputado José Contente (*PS*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação “pelo facto de o Judo Clube de S. Jorge ter alcançado a medalha de bronze no open de Bucareste e a medalha de prata no Open Europeu Masculino de Judo de Talin, bem como terem ficado apurados três dos seus atletas para o campeonato mundial de judo sénior.”**

Após a leitura do referido voto pelo Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado André Rodrigues (*PS*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;

- **Voto de Saudação “aos atuais descendentes dos açorianos que fundaram a cidade de San Carlos há 250 anos e, em especial, à Casa dos Açores do Uruguai que resulta da Associação Cívica “Los Azorenos” constituída há 50 anos”.**

Tendo o voto sido apresentado pelo Sr. Deputado José Andrade (*PSD*), usaram da palavra para intervenções os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Benilde Oliveira (*PS*).

Submetido à votação, o voto supracitado foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar “pela morte de Aristides Âmbur Raposo”**. Apresentado o voto pela Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar “pelo desaparecimento físico do pintor micalense Aristides Âmbur Raposo”**.

Tendo sido apresentado pelo Sr. Deputado José Andrade (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar “pelo falecimento da doutora Maria de Fátima Albergaria Bicudo Candelária Guimarães”**.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Humberto Melo (*PSD*), usou da palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Pedro Moura (*PS*).

Submetido à votação, o voto supracitado foi aprovado por unanimidade.

Terminado este ponto, o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional usou da palavra para uma Comunicação do Governo.

Usaram da palavra para participar no debate os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Zuraida Soares (*BE*), Luís Rendeiro (*PSD*), Berto Messias (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

No seguimento da intervenção do Sr. Deputado Berto Messias (*PS*), usou da palavra para defesa da honra o Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*).

De seguida, passou-se à **Agenda da Reunião**.

1. **Apresentação do Projeto de Resolução n.º 37/X – “Acordo de comércio Livre com a Tailândia”**, apresentado pelo Sr. Deputado Luís Garcia (*PSD*).

2. **Projeto de Resolução n.º 16/X – “Atlas do Património Imaterial dos Açores”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, participaram no debate os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), José Andrade (*PSD*), Francisco Silva (*CDS-PP*), Renata Correia Botelho (*PS*), Zuraida Soares (*BE*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

3. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 7/X – “Estabelece o III Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada”.

Apresentado o diploma pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), iniciou-se o debate e a votação do mesmo.

Para tal usaram da palavra os Srs. Deputados José Andrade (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Zuraída Soares (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Moura (*PS*), Isabel Almeida Rodrigues (*PS*) e Francisco Coelho (*PS*).

Os trabalhos terminaram às 20 horas.

Presidente: Bom dia a todos.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 09 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José Manuel Gregório de Ávila

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Luís Carlos Martins Maciel

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da **Graça Oliveira Silva**

Marta Cristina Moniz do Couto

Miguel António Moniz Costa

Paulo Alexandre Vieira Borges

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

António Lima Cardoso Ventura

António Oldemiro das Neves Pedroso

Bruno Filipe de Freitas Belo

Cláudio José Gomes Lopes

Humberto Trindade Borges de Melo

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José **Joaquim Ferreira Machado**

José Maria de Medeiros de Andrade

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**
Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**
Francisco José Ferreira **Silva**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário. Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Como é do vosso conhecimento iremos proceder de imediato à eleição do Vice-Presidente da Mesa.

Estão cumpridos todos os formalismos da apresentação da candidatura do Sr. Deputado Humberto Melo a Vice-Presidente da Mesa da Assembleia.

Peço então que sejam distribuídos os boletins de voto para passarmos depois à votação.

(Pausa)

Vamos então passar à votação. Peço ao Sr. Secretário o favor de proceder à chamada.

(Neste momento procedeu-se à chamada dos Srs. Deputados)

Presidente: O Sr. Secretário irá exercer o seu direito de voto agora.

(Pausa)

Peço à Sra. Secretária que anuncie o resultado da votação.

Secretária: Deram entrada 53 votos. O candidato proposto para Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, apresentado pelo PSD, o Sr. Deputado Humberto Trindade Borges de Melo, foi eleito com 26 votos a favor, 2 votos contra e 25 abstenções.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

(Aplausos da câmara)

Ao novo Vice-Presidente desejamos as maiores felicidades, votos de um bom trabalho e que seja bem-vindo à equipa para a caminhada desta legislatura.

Terminada que está a eleição, vamos então passar para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, para o qual reservámos a nossa manhã de trabalhos e vamos passar de imediato à leitura dos votos.

Irei passar à leitura de um voto de pesar, subscrito por todos os Grupos e Representações Parlamentares, sobre o falecimento do escritor Daniel Sá.

Voto de Pesar

Honrando os Açores e a vida mais o amor que aos dois se condensa, desapareceu de entre nós, prematuramente, uma das mais significativas vozes da literatura e cultura portuguesas com quem tivemos todos, de uma forma ou de outra, o grato gosto de partilhar histórias ou de conhecer um pouco, nem que tenha sido apenas, através dos seus livros, de uma entrevista ou de um artigo de opinião.

Daniel Augusto Raposo de Sá, natural da Maia, concelho da Ribeira Grande, ilha de São Miguel. Professor, escritor, Deputado do PS/Açores nas I e II legislaturas.

Nasceu a 2 março de 1944, dia em que, como o próprio escreveu, em “Auto Retrato e Bibliografia”: “(...)”Era uma noite escura e tempestuosa”. Estava assim aquela em que nasci, quando o apocalipse da guerra contava já os seus últimos milhões de mortos, e o petróleo ia substituindo o azeite de gata, que dava mais cheiro que luz. Nesse dia, quadragésimo nono aniversário do decreto da autonomia de Hintze Ribeiro (...)”

O excerto do texto a que acima aludimos explica as razões de um homem, reconhecido pela personalidade forte, o amor incondicional aos Açores e a capacidade crítica intocável e assertiva, Daniel de Sá dizia sempre, como foi ainda possível ouvi-lo dizer recentemente, em entrevista retransmitida na rádio Açores-TSF, que cito “(...) prefiro ter um pequeno nome na literatura nacional, do que ser um príncipe das letras açorianas.(...)”.

E foi aliás nessa perspetiva que viveu sempre, de raízes divididas, entre a Maia e a ilha de Santa Maria, onde morou, que o “pastor das casas mortas”, senhor de uma “ilha grande fechada” nos dignificou em vida e nos repercute em memória de Povo atlântico com os ossos mergulhados no mar, parafraseando Nemésio, e a geografia, do mesmo Nemésio, valendo outro tanto como a história.

Daniel de Sá deixou-nos uma vasta obra constituída por romances, crónicas, novelas, ensaios e contos. Deu-nos dimensão, escreveu-nos em páginas e páginas destas histórias e lembrou em títulos vários a nossa condição insular.

Num texto escrito sobre Santa Maria declara: “(...) Considero-me um privilegiado quando me chamam mariense. Porque, como filho destas ilhas, tenho a sorte de ter pai e mãe. Foi meu pai São Miguel, minha mãe, Santa Maria. E, se pode ter-se dupla nacionalidade, por certo que poderá ter-se dupla “insularidade”.

Em Auto Retrato e Autobiografia diz-nos, modesta e humildemente, o seguinte: “(...) Tenho pena de não ter nascido a tempo de escrever o "Estrangeiro" ou "As Vinhas da Ira", de compor o "Messias" ou a "Sagração da Primavera", de

pintar "A Peregrinação de Santo Isidro", ou de esculpir "Os Burgueses de Calais", de formular a teoria da Relatividade ou de descobrir a penicilina, de erguer o Taj Mahal, de criar o poema "Tabacaria" ou, ao menos, de inventar a maionese. (...)"

Todos os elogios que podemos dedicar ao escritor neste momento serão sempre poucos, quando confrontados com o rigor do uso da palavra escrita em explicações próprias da sua trajetória como esta que de si dizia, já em 1992: "Pai de três filhos que vão crescendo e de seis livros maneirinhos, sinto que me saí melhor (talvez por serem uma obra a dois) com aqueles do que com estes, mas ainda não perdi a esperança de ser tão feliz por uns como pelos outros" (em Auto Retrato e Autobiografia).

Ficamos assim obrigados a respeitar a sua memória, a ler os seus livros, contos e poemas com o sentido crítico e não seguidista que o imortaliza como Homem da Cultura contemporânea.

Todos seremos poucos para abraçar o legado que nos deixou e que, a encerrar este voto, voltamos a lembrar citando um poema escrito por Daniel de Sá, em memória de um menino do Faial. Chama-se *Um Hino à Vida* e diz assim:

"Nem flor efémera, leve/
Como um sorriso perdido./Nem borboleta tão breve/
Que num voo só alcança/O tempo de ter sido,/Num bater de asa que dança./Nem um até amanhã,/Que amanhã é outro dia,/É dia de outros, mamã,/E com a mesma alegria./Nem mil beijos ou abraços./Nem mais passos... nem mais passos.../Nem flores de despedida,/Nem vozes contra o destino./Só isto: mudei de vida/E serei sempre menino."

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento prematuro do professor e escritor Daniel de Sá, pela perda que significa para a cultura e literatura contemporânea e pela falta que nos fará a todos a sua voz crítica e sensata.

Deste voto deverá ser dado conhecimento à família.

Horta, Sala das Sessões, 18 de junho de 2013

Os Deputados Regionais, *Berto Messias, Duarte Freitas, Artur Lima, Zuraída Soares, Aníbal Pires e Paulo Estêvão*

Passemos então à votação do voto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos continuar com a apresentação dos votos.

Para um voto de congratulação sobre o Grupo Desportivo dos Toledos, tem a palavra, pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

É sem dúvida mais um grande feito numa extraordinária carreira do Grupo Desportivo dos Toledos, com a conquista de mais um título de campeão nacional masculino da 1ª Divisão da época 2012/2013, ao vencer o terceiro jogo do *play-off* ao Sporting Clube de Portugal.

Recentemente tivemos o prazer de aprovar nesta câmara um voto de congratulação pela conquista da segunda Taça de Portugal, pelo que será escusado voltar a referenciar todo um historial de sucesso do Salão Recreativo dos Toledos nas diversas áreas de intervenção, onde os valores sociais, culturais, recreativos e desportivos têm merecido um destaque e dedicação inestimável dos seus dirigentes, sócios, colaboradores, técnicos e atletas.

São mais de 30 anos de história, mais de 30 anos de conquistas sociais e desportivas, que a todos os picarotos e açorianos em geral honram e engrandecem.

Como instituição de interesse público, conferido através do estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, tem merecido a atenção e os apoios devidos do Governo Regional, mas deverá merecer mais e melhor

atenção de outras instituições da ilha e do concelho, por forma a garantir a continuidade do trabalho insubstituível que desenvolve.

Como não poderá deixar de ser, este novo título nacional é apenas a expressão de um longo e esforçado trabalho desenvolvido na formação de jovens atletas, que já ultrapassam a centena, o que é digno de registo e merecedor de reconhecimento de todos nós.

Este será, certamente, apenas mais um título nacional dos muitos que ainda virão, na sequência de uma determinante e determinada atuação das suas direções e da forma apaixonada com que os seus elementos e sócios dedicam as suas forças para imprimirem sempre mais e melhor qualidade ao seu trajeto, quer desportivo, quer social.

Conquistaram, assim, merecidamente o título de campeão nacional da 1ª Divisão de Ténis de Mesa masculinos, promovendo o lugar dos Toledos, a freguesia da Madalena, o concelho da Madalena, o Pico e os Açores, num panorama nacional cada vez mais competitivo, mas onde o Grupo Desportivo dos Toledos já marcou a sua forte presença, registando o seu nome no mais alto patamar competitivo da modalidade.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário no dia 18 de junho de 2013, emita o seguinte Voto de Congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se, uma vez mais, pela brilhante conquista do título de campeão nacional da 1ª Divisão Ténis de Mesa, na época 2012 / 2013, alcançado pela equipa sénior masculinos do Grupo Desportivo do Salão Recreativo dos Toledos, engrandecendo assinalavelmente o desporto açoriano”.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao referido Clube, à Associação de Ténis de Mesa da ilha do Pico e à Federação Portuguesa de Ténis de Mesa.

Horta, 18 de junho de 2013

Os Deputados Regionais, Miguel Costa, Berto Messias e Lizuarte Machado

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Este é na verdade mais um grande feito desportivo alcançado por uma equipa da ilha do Pico que nos honra a todos picoenses e que prestigia o desporto da ilha do Pico e também da Região Autónoma dos Açores.

É a segunda vez na verdade que os Toledos conquista o título de campeão nacional da 1.º Divisão na modalidade de Ténis de Mesa. A primeira vez foi alcançado na época desportiva 2010/2011 e desta vez fê-lo frente a uma equipa considerada favorita que era o Sporting Clube de Portugal. Portanto, esta vitória tornou-se ainda mais saborosa, muito merecida e consagra, como foi dito aqui no voto, um trabalho desportivo de longos anos feito com muita humildade, perseverança e muita dedicação. Aliás, argumentos que só assim permitem que se ultrapassem muitas barreiras e se obtenham resultados de excelência.

O Grupo Parlamentar do PSD aproveita assim esta oportunidade para felicitar os atletas e os dirigentes do Toledos pelo alcançar deste título de campeão nacional na modalidade de Ténis de Mesa e assim associa-se com gosto ao voto aqui apresentado pelo Partido Socialista.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação. Srs. Deputados agradeço que ocupem os vossos lugares.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a apresentação de um voto de congratulação sobre o Clube União Sportiva, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Clube União Sportiva: Campeão Nacional da Primeira Divisão feminina de Basquetebol

No primeiro dia de janeiro de 1921 foi fundada em Ponta Delgada a Associação Sportiva dos Empregados do Comércio, com origem no efémero Benfica Açoriano Sport Clube e na Associação de Classe dos Empregados do Comércio e Indústria do Distrito Oriental dos Açores.

A nóvel agremiação, em sequência de uma assembleia geral, em agosto de 1922 passou a designar-se Clube União Sportiva, então com sede na rua da Canada, em Ponta Delgada e adotando as cores verde e branca.

Entre os seus fundadores estiveram Manuel Inácio de Melo, um nordestense que se destacou como desportista, poeta e empresário, e o alferes José Joaquim de Sousa, personalidade ligada à fundação de quase todos os clubes de Ponta Delgada.

Os primeiros anos de vida do Clube União Sportiva, uma das mais antigas filiais do Sporting Clube de Portugal, foram repletos de sucessos na principal modalidade da agremiação, o futebol, onde venceu os primeiros cinco campeonatos de S. Miguel e o primeiro campeonato dos Açores por sinal realizado aqui, na cidade da Horta, em março de 1928.

As instalações do clube foram transferidas, mais tarde, para a rua de Lisboa, em espaço da Fábrica de Cervejas Melo Abreu, onde construiu o seu estádio Margarida Cabral que foi, no dizer dos mais entendidos, o santuário do hóquei em patins micaelense. E também nesta modalidade o Clube União Sportiva foi somando sucessos desportivos que abriram caminho à participação nas competições nacionais.

Em 1985 um violento incêndio destruiu por completo a sede da agremiação verde-branca de Ponta Delgada, facto que agravou a periclitante atividade desportiva que o clube então mantinha e que quase levou à sua extinção.

Foi o basquetebol, que o União Sportiva outrora acolhera entre as suas atividades, a modalidade que há cerca de sete anos fez renascer o popular clube micaelense, depois de um longo período de inatividade.

Os novos dirigentes apostaram decididamente no basquetebol com equipas em todos os escalões de formação, em masculinos e femininos. E o fruto desse trabalho foi-se transformando em êxitos desportivos nas competições locais, regionais e nacionais, coroado agora com o título de campeão nacional da Primeira Divisão, logo no primeiro ano de participação, e a conseqüente subida à Liga Feminina.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um Voto de Congratulação pelo título de campeão nacional de basquetebol da Primeira Divisão, conquistado pela equipa feminina do Clube União Sportiva, felicitando as atletas, a equipa técnica e os dirigentes responsáveis por mais este feito do desporto açoriano.

Horta, Sala das Sessões, 18 de junho de 2013

Os Deputados Regionais, *António Ventura, António Marinho, Joaquim Machado, Bruno Belo e Luís Garcia*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentação de um voto sobre a mesma matéria tem a palavra, pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

EQUIPA FEMININA DE BASQUETBOL DO CLUBE UNIÃO SPORTIVA

Depois de em 2011 a equipa feminina de Basquetebol do Clube União Sportiva ter conquistado pela primeira vez um título nacional em escalões de formação, a XIV Taça Nacional de Sub 16 femininos, este ano o Clube União Sportiva sagrou-se campeão nacional da I Divisão de basquetebol feminino, conquistando o feito no ano de estreia neste escalão e no qual já tinha conseguido o direito de na próxima temporada disputar a Liga feminina.

Este feito histórico do Basquetebol dos Açores fica mais uma vez a dever-se em grande parte ao seu dedicado e competente treinador Ricardo Botelho, técnico principal e grande dinamizador da modalidade em S. Miguel, e também ao Presidente do Club União Sportiva Sérgio Santos, bem como a todas as atletas campeãs.

Todos eles levaram o nome dos Açores ao mais alto nível desta modalidade prestigiando a nossa Região e o Desporto Açoriano.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove este voto de congratulação pela conquista do título de campeão nacional da I Divisão de basquetebol feminino, dando conhecimento além do clube, à Associação de Basquetebol de S. Miguel.

Horta, sala das sessões, 18 de junho de 2013

Os Deputados Regionais, *José Contente, Berto Messias e Carlos Mendonça*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Passemos então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a apresentação de um voto de congratulação referente à conquista da medalha de prata no Open Europeu masculino de Talin pelo atleta

do Judo Clube de S. Jorge, tem a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Voto de congratulação

Conquista de medalha de prata no open Europeu masculino de Talin, pelo atleta do Judo Clube de S. Jorge

O desporto tem sido uma das atividades pelas quais os açorianos mais se têm afirmado no contexto nacional e internacional, alcançando sucessos significativos ao mais alto nível competitivo.

O Judo Clube de S. Jorge, fundado no mês de Março de 2002 tem vindo a desenvolver uma atividade profícua e ininterrupta até á presente data, e conta atualmente com cerca de 150 atletas distribuídos pelos 7 núcleos existentes na ilha de S. Jorge.

Este trabalho intenso e empenhado permitiu a formação de atletas de excelência que tem participado em diversas competições nacionais e internacionais obtendo resultados muito positivos para orgulho do clube, dos Jorgenses, da Região e até do País.

Em 2012 este clube foi agraciado com a Insígnia Autónomica de Mérito Cívico da Região Autónoma dos Açores, em reconhecimento do trabalho realizado no desporto açoriano.

Recentemente atletas deste clube obtiveram medalha de bronze no Open de Bucareste, seguindo-se agora a medalha de prata no Open Europeu Masculino de Judo de Talin.

Pela primeira vez, na história do judo Jorgense, estão apurados três atletas deste clube para o campeonato mundial de seniores, e são eles Tiago Rodrigues, André Soares e Carlos Luz, número muito significativo para a ilha de S. Jorge e para a Região, exemplo claro da excelência e aproveitamento dos talentos existentes nesta ilha.

Em poucos dias estes atletas seguem para o Japão com a seleção nacional para o campeonato do mundo e aspiram justamente atingir o sonho olímpico.

Para o Judo Clube de S. Jorge é sem dúvida uma honra ser um embaixador ao mais alto nível do desporto Açoriano, e por isso, merecedor do direito de usar a marca Açores a nível internacional.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, nos termos regimentais do artigo 71 e 73 do Regimento, propõe que a da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reunida em plenário emita o seguinte voto:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores congratula-se pelo facto de o Judo Clube de S. Jorge ter alcançado a medalha de bronze no open de Bucareste e a medalha de prata no Open Europeu Masculino de Judo de Talin, bem como terem ficado apurados três dos seus atletas para o campeonato mundial de judo sénior.

A presente congratulação é extensiva aos mesmos, equipa técnica e dirigentes, que veem assim reconhecido o seu trabalho de excelência e empenho na prática desta modalidade.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao respetivo clube, a Associação de Judo do Arquipélago dos Açores, e a Federação Portuguesa de Judo

Horta, 19 de abril de 2013

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Bruno Belo, Aida Amaral e Luís Garcia

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de congratulação ao Judo Clube de S. Jorge pelas recentes conquistas no Open de

Bucareste e no Europeu masculino, bem como pelo apuramento dos 3 atletas para o campeonato mundial de judo sénior.

Reconhecemos a excelência do trabalho desenvolvido por todos que compõem o Judo Clube de S. Jorge, equipa técnica e dirigentes, que com dedicação e empenho permite a formação de atletas e homens que projetam o nome de S. Jorge e dos Açores em todo o mundo. Esperamos que num futuro próximo atinjam o seu grande objetivo: o sonho olímpico.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora sim vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a apresentação de um voto de saudação sobre os 250 anos do povoamento açoriano no Uruguai, tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

250 anos do povoamento açoriano no Uruguai

50 anos da associação “Los Azorenos”

Há 250 anos, em julho de 1763, cem famílias açorianas chegam ao Uruguai para fundarem a Vila de San Carlos. 250 anos depois, os seus descendentes já deram cinco Presidentes da República, a sua cidade já tem mais de 28.000 habitantes e a sua comunidade instituiu a última Casa dos Açores no mundo.

Mas tudo começa em 1746 quando o rei D. João V de Portugal determina a emigração de famílias dos Açores para o Brasil, como forma de conter o avanço dos espanhóis. Os açorianos desembarcam em Santa Catarina no ano seguinte e chegam a Rio Grande cinco anos depois.

Em abril de 1763, as tropas espanholas invadem a Vila do Rio Grande, no Sul do Brasil, e obrigam os colonos açorianos a uma travessia de 400 quilómetros até Maldonado para fundarem com eles a Vila de San Carlos, no Norte do Uruguai.

Aqui termina a viagem açoriana e aqui começa a história da cidade sul-americana fundada por súbditos da Coroa de Portugal em terras da Coroa de Espanha.

Foi há 250 anos mas o tempo e a distância não menosprezaram, antes fortaleceram, a herança cultural açoriana no extremo tropical da nossa pegada histórica.

Em 1963, no âmbito das comemorações do bicentenário da fundação da cidade de San Carlos, é criado em agosto e estreado em dezembro o conjunto “Los Azorenos”. Este grupo folclórico fundado pelo professor Ariel Guadalupe difundiu a cultura açoriana no Uruguai, Argentina, Brasil, Paraguai e até Portugal.

Foi este que originou a criação da Associação “Los Azorenos” e foi esta que motivou a constituição da Casa dos Açores do Uruguai – a 13ª do Conselho Mundial das Casas dos Açores, formalmente instituída na Assembleia Geral de 2011 e logo distinguida com a nossa Insígnia Autonómica de Mérito Cívico.

Nos 50 anos da Associação Cívica “Los Azorenos” e nos 250 anos do povoamento açoriano do Uruguai, fica a memória viva tanto duma marca cultural na dança da Chamarrita como duma impressão digital na galeria presidencial.

O Uruguai já teve cinco presidentes descendentes de açorianos:

- Francisco Antonino Vidal, presidente em 1886, de famílias oriundas das ilhas Faial, Graciosa e S. Jorge;
- Baltazar Brum, presidente entre 1919 e 1923, de famílias provenientes da Ribeirinha do Faial e da Calheta de S. Jorge;
- Gabriel Terra, por duas vezes presidente em 1931/33 e 1934/38, de famílias da freguesia faialense da Praia do Almoxarife;

- José María Sanguinetti, também por duas vezes presidente em 1985/90 e 1995/2000, de famílias originárias do Faial, da Terceira e de S. Jorge;
- Luís Alberto Lacalle, presidente de 1990 a 1995, descendente de famílias da Ribeira Seca de S. Jorge e de São Roque do Pico.

Até o atual Presidente do Uruguai, José Mujica, tem sangue açoriano de famílias oriundas do Faial e de S. Jorge.

O Uruguai é hoje a prova de que o povo açoriano supera a distância e vence o tempo, seja no trabalho honrado do operário anónimo, seja na responsabilidade primeira do Presidente da Nação.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Voto de Saudação dirigido, em geral, aos atuais descendentes dos açorianos que fundaram a cidade de San Carlos há 250 anos e, em especial, à Casa dos Açores do Uruguai que resulta da Associação Cívica “Los Azoreños” constituída há 50 anos, do qual deve ser dado conhecimento formal ao município e à instituição.

Horta, Sala das Sessões, 18 de junho de 2013

Os Deputados Regionais, *António Marinho, António Ventura, José Andrade, Luís Garcia, Bruno Belo*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PPM associa-se a este voto de saudação que na verdade significa aquilo que foi a epopeia dos açorianos na América do Sul e que em muito contribuiu para a expansão das fronteiras do que é hoje um gigante na política mundial, fundamentalmente na América do Sul, que é o Brasil.

O surgimento de comunidades açorianas no estado de Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, e também no Uruguai, que chegou a estar integrado também no império português no início do séc. XIX, significa que o povoamento açoriano

teve uma enorme importância naquela que é a configuração política e territorial do Brasil. Devo dizer até que o nosso contributo foi absolutamente decisivo para que hoje se possa dizer, ao contrário do que o Papa Francisco disse muito recentemente,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Já está contra o Papa?

O Orador: ...que o espanhol na América do Sul é minoritário, embora seja falado num grande conjunto de países desde a Colômbia ao Chile. Na América do Sul apenas um país fala português, mas esse país tem mais habitantes e tem mais superfície que todos os outros países que falam espanhol na América do Sul. Portanto, quando se olha para esta realidade o que nós somos levados a pensar é que o espanhol é que é um português mal falado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Benilde Oliveira.

(*) Deputada Benilde Oliveira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O PS irá associar-se a este voto de saudação do PSD.

De facto, o povoamento açoriano do Uruguai que ocorreu há 250 anos é uma marca histórica de importância relevante para todos nós.

A criação da associação “Los Azorenos” foi e é um sinal de vitalidade e de integração dos açorianos naquele país longínquo.

Muito obrigada.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila) e Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos passar então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a apresentação de um voto de pesar referente ao falecimento de Aristides Âmbar Raposo tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR
ARISTIDES ÂMBAR RAPOSO

Nascido a 24 de fevereiro de 1937, faleceu na mesma cidade que o viu nascer, Ponta Delgada, no dia 13 deste mês, Aristides Âmbar Raposo.

A sua arte de desenhar e a sua vocação de pintor cedo se expressaram e afirmaram. Na adolescência chama a atenção de vários mestres do estilo figurativo, que mais tarde se revelou o estilo em que a sua obra se consolidaria, de tal modo que inicia a sua prematura carreira, já em modo profissional, aos 19 anos de idade, após expor no Palácio da Independência.

Viveu entre Lisboa, onde adquiriu a sua formação base e onde desenvolveu a maioria do seu trabalho e os Açores, onde mantinha casa em S. Miguel e passava largos períodos do ano.

Aristides Âmbar, como ficou conhecido, definia-se como pintor figurativo e reconhecia a sua preferência pela figura humana, embora também gostasse de pintar flores, naturezas mortas e paisagens.

Entre as inúmeras figuras públicas que registou em retrato, destacam-se açorianos como o escritor Vitorino Nemésio; a escritora Natália Correia; e o político Mota Amaral.

De todo o reconhecimento público que teve destaca-se o agraciamento com o grau de Comendador da Ordem de Mérito, pelo Presidente da República a 10 de junho de 2011.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa Região Autónoma dos Açores a aprovação do seguinte Voto de Pesar:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 18 de junho de 2013, lamenta a morte de Aristides Âmbar Raposo e endereça voto de pesar à família enlutada.

Do presente Voto de Pesar deve ser dado conhecimento à família.

Horta, sala das sessões, 18 de junho de 2013

Os Deputados Regionais, *Berto Messias, Catarina Moniz Furtado, Francisco César, Marta Couto e Renata Correia Botelho*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a apresentação de um voto de pesar também sobre o falecimento de Aristides Âmbar tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Aristides Âmbar

Aristides Âmbar faleceu a 13 de junho de 2013 mas deixa o seu nome pintado a tinta dourada na restrita galeria dos melhores retratistas açorianos de todos os tempos.

Nasceu na freguesia de S. José da cidade de Ponta Delgada a 24 de fevereiro de 1937. Aqui frequenta a Escola Comercial e Industrial como aluno do pintor Domingos Rebelo e do escultor Xavier Costa.

Aos 16 anos prossegue estudos em Lisboa, na Escola Agrícola D. Dinis da Paiã. Aqui é aluno de desenho de Mestre José Maria Amaro Jr., que o atrai definitivamente para a pintura, chegando a trabalhar no seu *atelier* de Alvalade durante cinco anos.

Realiza a sua primeira exposição individual de pintura em 1957, no Palácio da Independência, em Lisboa, e a última em 2012, no Centro Municipal de Cultura, em Ponta Delgada.

Entretanto, começa por fixar residência em Lisboa como pintor profissional basicamente dedicado ao retrato. Ganha então o Prémio Nacional de Pintura atribuído pelo Ministério da Educação em 1960.

Em 1965 vai cumprir serviço militar em África, como pintor do exército com a missão patriótica de retratar a guerra do ultramar. Pinta Angola e Congo.

Regressa a Portugal em 1969, vive no Algarve e abre *atelier* em Lisboa, já no ano de 1973, onde cultiva também a escultura. Retrata inúmeras personalidades nacionais e estrangeiras numa intensa atividade interrompida pelo 25 de abril. Lutando pela sobrevivência económica, regressa ainda em 1974 à sua ilha natal de São Miguel.

Reside primeiro em Água d'Alto, depois no Pinhal da Paz, finalmente em S. Vicente Ferreira. Entrega-se à pintura da paisagem micalense – e das flores e animais e dos nus e seminus – mas continua a retratar personalidades locais: do primeiro Presidente do Governo, Mota Amaral, em 1976, ao primeiro reitor da Universidade, José Enes, em 1984, tal como já havia retratado em Lisboa os açorianos Vitorino Nemésio e Natália Correia.

É também da sua autoria o Infante D. Henrique retratado a partir da estátua do Mosteiros dos Jerónimos por convite da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, nos anos 80, quando funda em Ponta Delgada a empresa de publicidade “Siglaçor” dedicada à pintura artística de propaganda comercial.

O seu talento é admirado pelo mais humilde dos açorianos, quando raras vezes expõe nas duas décadas de viragem do século, e é reconhecido pelo mais importante dos portugueses, quando condecorado pelo Presidente da República com a comenda de mérito artístico em 2011.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Voto de Pesar pelo desaparecimento físico do pintor micalense Aristides Âmbar Raposo, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família.

Horta, Sala das Sessões, 18 de junho de 2013

Os Deputados Regionais, *António Marinho, António Ventura, José Andrade, Bruno Belo e Luís Garcia*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a apresentação de um voto de pesar referente ao falecimento de Maria de Fátima Candelária, tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

Deputado Humberto Melo (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo Regional:

Voto de Pesar

Maria de Fátima Albergaria Bicudo Candelária Guimarães, por todos conhecida como Fátima Candelária, deixou, no passado dia 9 de junho, o mundo dos vivos com 60 anos de idade.

Economista e gestora exemplar e de reconhecido mérito na área das finanças. Uma distinta referência para todos os profissionais e em especial para os que exercem funções naqueles domínios da ciência económica.

Nascida em 1953, fez a licenciatura em economia no Instituto superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa com frequência dos programas avançados de gestão e de finanças da Escola de Pós-Graduação da Universidade Católica Portuguesa.

Começa por trabalhar em 1978 na então Empresa Insular de Eletricidade assumindo a responsabilidade dos serviços de orçamento e contabilidade.

Posteriormente, em 1980, com a criação da EDA – Eletricidade dos Açores, desempenha funções de chefe de serviço de finanças e de diretora financeira.

Nessa empresa que passou a abranger a cobertura integral de toda a Região com o fornecimento de energia elétrica, função estratégica e vital para o desenvolvimento do nosso arquipélago e para a qualidade de vida das nossas

populações, a doutora Fátima Candelária, teve um papel relevante e imprescindível na condução dos negócios financeiros.

Nessa altura, década de 80, período de grandes dificuldades e de profunda crise económica e social e em que as necessidades de investimento eram urgentes para fazer face ao estado calamitoso de todo o abastecimento energético – lembro que estávamos na arrancada e consolidação do processo autonómico - foi muitas vezes a credibilidade e a capacidade técnica desta economista que ajudaram a EDA no mercado financeiro.

As suas qualidades de reconhecida economista granjearam-lhe maior projeção quer como diretora regional do Orçamento e Tesouro quer depois, em 1995, como presidente do conselho de administração do então BCA.

Desde 2011 que exerce funções de administradora executiva da EDA em simultâneo com a direção financeira.

Era uma estudiosa empenhada e uma economista de profundos conhecimentos técnicos que a levaram a desempenhar várias funções em diferentes órgãos sociais de empresas como a Zon Cabo TV Açoreana, a SOGEO, a Wave Energy Centre-Centro de Energia das Ondas, a Globaleda e a SEGMA.

Foi fundadora e membro da direção da delegação dos Açores da Ordem dos Economistas.

Por onde passou, Fátima Candelária deixou a sua impressão digital, marcou a diferença, pelas suas qualidades pessoais - competência, integridade, sobriedade, discrição e afabilidade. Um exemplo! Uma senhora!

Assim, ao abrigo das disposições regimentais, o Grupo Parlamentar do PSD propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um voto de pesar pelo falecimento da doutora Maria de Fátima Albergaria Bicudo Candelária Guimarães.

Mais propõe que deste voto se dê conhecimento à família.

Horta, Sala das Sessões, 17 de junho de 2013

Os Deputados Regionais, *António Ventura, António Marinho, Bruno Melo, Luís Garcia e Humberto Melo*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Pedro Moura tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista queria associar-se a este voto de pesar, reconhecendo a figura da Dra. Fátima Candelária como economista, gestora pública, pessoa de fácil acesso, de bom trato, que mereceu a simpatia generalizada dos trabalhadores das empresas por onde passou, nomeadamente a Empresa de Eletricidade dos Açores.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Não havendo mais votos para apresentar proponho que façamos agora um intervalo. Regressamos a um quarto para o meio-dia.

Eram 11 horas e 17 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 03 minutos.

Continuamos no Período de Tratamento de Assuntos Políticos. Passamos para uma Comunicação do Governo.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O nosso país vive momentos de grande agitação social.

São colocados em causa direitos e princípios conquistados ao longo de décadas de esforço e que considerávamos invioláveis.

O regime de mobilidade especial e o adiamento do pagamento do subsídio de férias são medidas que põem em causa a estabilidade e o rendimento de centenas de milhares de famílias e a qualidade e eficiência da Administração Pública.

Por isso, decidimos, com base nas prerrogativas que nos são conferidas pelo Estatuto Político-Administrativo da Região, no exercício da nossa Autonomia e na sustentabilidade financeira dos Açores, defender os açorianos destas medidas propostas pelo PSD e pelo CDS/PP.

A antecipação do pagamento do subsídio de férias em julho, assim como a não aplicação na Região da “Lei de Mobilidade Especial”, defendem os trabalhadores dos quadros da Administração Pública dos Açores das reduções adicionais nos seus vencimentos e posterior despedimento.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Tomamos estas iniciativas conscientemente a favor dos açorianos.

Em tempos de dificuldades acrescidas, que nos limitam no caminho do desenvolvimento que vínhamos percorrendo, estas são as medidas que se impunham.

Defendemos assim os trabalhadores açorianos e a estabilidade dos rendimentos das famílias, criando, com isso, um apoio adicional à atividade económica regional e assim estimulando o aumento da procura interna, o que resultará, estamos certos, em benefícios importantes para as nossas empresas.

Mas também salvaguardamos a nossa administração, continuando a assegurar aos funcionários públicos do quadro estabilidade e segurança no exercício das suas funções e garantindo aos açorianos uma Administração Pública isenta, dignificada e motivada para cumprir o Estado Social ao serviço dos nossos concidadãos.

O Governo dos Açores considera que todos os funcionários públicos do quadro da administração regional são essenciais para podermos prestar o serviço eficaz...

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ...e de qualidade que os açorianos merecem.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Nos Açores não há “disponíveis”. Por isso, os funcionários públicos açorianos têm salvaguardado o seu direito fundamental ao trabalho, à manutenção do seu rendimento, sem nunca pôr em causa a segurança no emprego que lhes foi conferida pela relação jurídica de emprego estabelecida com a Região e sem pender sobre eles a ameaça de uma situação de grande incerteza, geradora de desconfiança e de desânimo.

Esta é uma grande diferença e um grande mérito da nossa Autonomia.

Deputados Ricardo Cabral e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Se não fosse assim, estaríamos, como no resto do país, a ser obrigados a pagar os subsídios de férias apenas em novembro...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é bem assim, Sr. Vice-Presidente!

Deputados José San-Bento e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ...e a criar o caminho para despedir milhares de funcionários públicos.

Esta é também a prova que desmente quem disse que nos Açores há, e cito, “dupla austeridade, uma imposta a nível nacional e outra aplicada pelo Governo Regional”.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: É caso para agora perguntar se antecipar os subsídios de férias é política de austeridade? Ou se não aplicar na Região a “Lei de Mobilidade Especial” também é uma política de austeridade?

Sabemos que o anúncio destas medidas não agrada aos que fazem política nos Açores à custa das dificuldades das pessoas;...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...não agrada aos que queriam que não tivéssemos de facto dinheiro para pagar os subsídios de férias ou para manter os funcionários públicos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Sabemos que hoje estão desolados os que se veem agora apeados dos seus argumentos, os que anunciaram que o memorando de entendimento assinado com a República nos impedia de tomar as medidas que agora anunciamos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não têm dinheiro para mandar cantar um cego!

O Orador: Sabemos que esses queriam muito que a via açoriana fosse transformada numa rua de um só sentido, que obrigasse o Governo dos Açores a cumprir o que mandasse Lisboa e que obedecesse calado e sem pestanejar!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Gostavam que ficássemos calados perante a decisão tomada pelo PSD e pelo CDS/PP, que fizeram questão de obrigar explicitamente os funcionários públicos açorianos a só receberem o subsídio de férias em novembro.

Como foi possível, a 16 de maio, neste parlamento, terem dito uma coisa, e logo a seguir, no dia 7 de junho, terem decidido o contrário,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ...e ainda terem tentado impor aos açorianos o pagamento do subsídio de férias apenas em novembro?

Deputados Francisco César e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Bem sabemos que a situação que mais desejavam era ter um Governo Regional obediente, fraco e falido, que reagisse como na outra Região Autónoma.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Mais uma vez provámos que estavam enganados e que, ao contrário do que queriam, vamos pagar em julho os subsídios de férias e não vamos despedir funcionários públicos dos quadros nos Açores, nem reduzir o seu vencimento!

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O tempo é de exigência e de coragem, mas também de confiança no mérito de termos conseguido gerir as nossas finanças públicas regionais com critério e responsabilidade e podermos continuar a apoiar as nossas famílias e as nossas empresas.

Tudo temos feito, e tudo continuaremos a fazer, até ao limite das nossas competências e até ao limite dos nossos recursos, para contrariar os efeitos nefastos das medidas de impiedosa austeridade que sufocam a atividade económica do país, provocam a dificuldade das empresas e levam as famílias ao desespero.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Para o Governo dos Açores, as finanças públicas estão ao serviço dos Açorianos e, porque temos gerido com rigor as nossas finanças públicas, podemos continuar a construir a nossa via açoriana de autogoverno.

E provamos, mais uma vez, que o memorando assinado com a República não põe em causa a Autonomia, nem limita a concretização de medidas que beneficiam os Açorianos.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Está mais uma vez comprovado que o Governo Regional mantém intactas as condições para usar as suas prerrogativas autonómicas de criar medidas a favor dos Açores.

A reposição do pagamento do subsídio de férias implicará um acréscimo da despesa que, em termos líquidos, corresponderá a um esforço adicional de 22 milhões de euros.

Neste contexto, o Governo dos Açores está em condições de comunicar à Assembleia Legislativa, às senhoras e aos senhores deputados, que irá implementar estas duas medidas anunciadas sem ter necessidade de prejudicar a

execução do Orçamento e Plano de Investimentos aprovados nesta Assembleia em março passado.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Ou seja, a reposição do subsídio de férias e a não aplicação da mobilidade especial serão concretizadas sem qualquer corte ou redução da despesa pública que está prevista executar este ano.

Podemos também assegurar que não iremos comprometer, adiar ou afetar os investimentos e apoios previstos no Orçamento da Região deste ano pela implementação destes benefícios aos funcionários públicos regionais.

Ao contrário do que acontece no resto do país, onde a reposição do subsídio de férias exige um conjunto acrescido de medidas de austeridade e cortes significativos na despesa, nos Açores temos condições de anunciar que vamos repor este rendimento aos açorianos sem prejudicar nem afetar a intensidade e a dimensão das nossas políticas públicas.

Esta situação é possível porque, após o apuramento final e definitivo da receita de imposto efetivamente gerada nos Açores em 2012, na sequência de um intenso e exigente trabalho realizado, foi possível assegurar que, quer em termos de IVA, quer em termos da tributação sobre o lucro das empresas, o valor efetivamente gerado na Região era, afinal, significativamente superior ao valor que tinha sido provisoriamente transferido para a Região.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Neste contexto, é possível canalizar na íntegra este reforço de receitas próprias da Região a inscrever no Orçamento retificativo,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual é o SPREAD?

O Orador: ...que oportunamente apresentaremos nesta Assembleia, para financiar os encargos decorrentes do pagamento do subsídio de férias sem necessidade de proceder, em simultâneo, a qualquer corte ou redução adicional na despesa ou implementação de medidas de austeridade que iriam prejudicar

os açorianos e que condicionariam a nossa estratégia de desenvolvimento aprovada por esta Assembleia.

Esta é também uma boa notícia para os Açores e para os açorianos e desmente aqueles que procuravam puxar os Açores para baixo...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ...e que usaram erradamente dados parciais e provisórios destas receitas fiscais para tirarem conclusões precipitadas e incorretas.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Lembra, por exemplo, que foi precisamente o apuramento da receita do IVA e IRC de 2012 que o deputado do PSD Duarte Freitas utilizou em março passado para tentar provar e cito que a crise é “bem maior” na Região do que a nível nacional.

Deputado Berto Messias (PS): O gabinete de estudos não está a funcionar!

O Orador: Afinal, conforme tivemos, então, o cuidado de alertar, estava a tirar conclusões precipitadas.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: O IVA e o IRC efetivamente gerados nos Açores em 2012, veio agora a comprovar-se, não desceram, como afirmava o deputado Duarte Freitas,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ...mas tiveram um crescimento real, em contra ciclo com o que aconteceu no resto país.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Pegando nos exemplos do senhor deputado Duarte Freitas, é possível dizer-se que a verdade vem sempre ao de cima e que, afinal, a realidade veio a demonstrar que era exatamente ao contrário do que o senhor deputado dizia.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não é bem assim, mas tudo bem!

O Orador: Não há nada pior do que a utilização da nossa Autonomia para desmerecer o esforço dos açorianos. Para nós, a Autonomia só tem razão de existir quando posta ao serviço dos Açorianos e movida pelos interesses deste povo.

É nisso que se consubstanciam as medidas que anunciámos e vamos pôr em prática.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para setembro!

O Orador: Negamos o automatismo da política do contra e do deita-abaixo sem sentido nenhum; não contem connosco para este jogo cego e desmesurado contra as Açorianas e os Açorianos.

Nem nos preocupam os moinhos de Sancho Pança, quais leais representantes dos Quixotes do Terreiro do Paço,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ...que vêm investindo dia após dia contra o Governo dos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: O nosso principal desafio é estimular as nossas capacidades de povo determinado e empreendedor, é convocar as pessoas para a tarefa que melhor nos compete: a de tudo fazer para o bem dos Açores e dos Açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Combateremos, assim, todas as formas de demagogia que continuada e reiteradamente entenderem usar.

Sabemos que nem sempre estamos certos, mas também sabemos que as Açorianas e os Açorianos, que confiam em nós de forma expressiva, não nos deixarão de alertar quando algo correr menos bem.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Nós sabemos que nos Açores não vivemos num oásis, nem achamos que aqui tudo vai bem, mas aqui, queiram ou não queiram alguns, tudo fazemos e tudo iremos fazer para minimizar os efeitos da conjuntura externa adversa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

E isto não acontece por obra e graça da chuva ou de qualquer representação santificada,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ...mas sim porque nós fomos e somos rigorosos e responsáveis na gestão dos nossos recursos e cumprimos integralmente os compromissos que assumimos!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: E não hesitaremos – como sempre temos demonstrado em fazer diferente nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: É também para isso que, dia após dia, construímos com as açorianas e os açorianos a nossa Autonomia.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Rogério Veiros (PS): Os senhores estão tristes!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito, muito tristes! Os senhores não se levantam para aplaudir!

Deputado Rogério Veiros (PS): Mas nós estamos contentes!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

A Mesa já tem inscrições. Agradeço, no entanto, que se inscrevam agora.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, ouvi atentamente esta comunicação do Governo Regional através da sua intervenção e a minha primeira avaliação é que esta é uma comunicação de Pirro, uma comunicação de Pirro sobre a via açoriana. Aquilo que apetece dizer é que “havia, havia, mas não há” e vou-lhe explicar porquê, Sr. Vice-Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Deputada, peça desculpa aos açorianos!

É o que a senhora devia fazer, pedir desculpas!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Deixe a Sra. Deputada falar!

A Oradora: É evidente que todos nós pensámos no que é que esta comunicação do Governo Regional poderia trazer a esta casa, a este plenário, que anúncio aos açorianos e açorianas.

Deputado Berto Messias (PS): Peça desculpa!

A Oradora: Sr. Deputado, se quiser se inscrever, inscreva-se.

Deputado Berto Messias (PS): Já estou inscrito!

A Oradora: Peço-lhe que me deixe terminar a intervenção.

Sra. Presidente, agradecia que o fizesse também em meu nome.

Presidente: Faça favor de continuar, Sra. Deputada.

A Oradora: Como deve imaginar (dizia eu) Sr. Vice-Presidente todos nós pensámos qual seria o tema desta comunicação do Governo e ao Bloco de Esquerda passou-lhe pela cabeça que poderia ser, por exemplo, uma comunicação que viesse dizer que o Governo vai de facto implementar um plano de reabilitação urbana, público e particular, assertivo, com montantes significativos e que na realidade defenda o emprego, combata o desemprego...

Deputado Berto Messias (PS): Que grande lata!

A Oradora: ...e salve empresas múltiplas da falência anunciada.

Passou-nos também pela cabeça, pelo menos pela minha passou, que o Governo viria anunciar que iria retirar o plano de reestruturação da saúde que tem sido criticado por todos os partidos (por todos os partidos, sublinho!),...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: ...todos os utentes, todos os profissionais ligados a este setor. Mas não! O Governo Regional vem dizer fundamentalmente duas coisas.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Deputada, daqui a bocadinho já está a falar de outra coisa!

A Oradora: Primeiro: vai aplicar na Região as leis da República que o Tribunal Constitucional repôs em toda a sua plenitude e que são das poucas que ainda existem no nosso país que defendem os trabalhadores e os direitos dos trabalhadores. Portanto, nesta Região vai-se fazer o que o Tribunal Constitucional diz que é obrigatório que se faça.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Isto é a via açoriana, Sr. Vice-Presidente?

Não! Isto é o cumprimento da lei e deixe-me dizer-lhe uma coisa: com atraso!

Porque de acordo com a lei era em junho que deveria ser pago.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Junho!

A Oradora: Veio o Sr. Vice-Presidente dizer que aqui não se vai aplicar a mobilidade especial à função pública.

Sr. Vice-Presidente, deixe-me dizer-lhe uma coisa: era só o que mais faltava depois da campanha eleitoral de quase um ano feita pelo Partido Socialista nesta Região, prometendo aos açorianos e açorianas que ninguém seria despedido,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Bem lembrado!

A Oradora: ...que na função pública, na administração pública regional, ninguém seria despedido.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Isso chama-se coerência!

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

A Oradora: Era o que mais faltava que depois dessas promessas eleitorais o Governo aplicasse na Região a mobilidade especial.

Mas Sr. Vice-Presidente, se o Governo Regional quer de facto ter uma via açoriana, implementar na Região uma via açoriana, tem aqui uma boa hipótese, que é não aplicar as 40 horas de horário de trabalho à administração pública.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Ah!

A Oradora: Digo-lhe duas coisas Sr. Vice-Presidente: o Governo Regional contará com o apoio do Bloco de Esquerda quando implementar essa medida.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): As 40 horas como é que vai ser?

A Oradora: E mais! Esta não aplicação demonstraria de facto a existência da via açoriana e demonstraria a recusa do Governo Regional, e no caso do Partido Socialista, em aplicar na Região o empobrecimento generalizado e a diminuição dos salários que a Troika tem imposto no nosso país.

Mas isso, Sr. Vice-Presidente, ainda está por anunciar e o Bloco de Esquerda afirma desde já, nesta câmara, que se o Governo Regional não o fizer, o Bloco

de Esquerda apresentará à Assembleia Legislativa dos Açores uma proposta de não aplicação do horário de 40 horas à função pública.

Depois Sr. Vice-Presidente, deixe-me dizer-lhe uma coisa. O Partido Socialista dos Açores e o Governo Regional têm tido várias oportunidades de dizer, de uma forma clara, de que lado é que estão: do lado da Troika,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso não interessa!

Deputado Berto Messias (PS): Grande lata!

A Oradora: ...porque não são as medidas que o Sr. Vice-Presidente anunciou que negam o facto, os senhores limitam-se a aplicar a lei, estão do lado da Troika, do lado da diminuição de salários, do lado do empobrecimento; ou do lado dos açorianos e das açorianas.

Isso ainda continua por provar, mas fiz-lhe um desafio, Sr. Vice-Presidente. Não aplique as 40 horas e o Bloco de Esquerda aplaude nesta câmara o Governo Regional.

E para terminar, Sr. Vice-Presidente, há vários anúncios para fazer para todos nós compreendermos se a via açoriana é de facto uma autoestrada ou uma canada.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é uma intervenção isotérica!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP não pode deixar de se congratular pelas medidas que foram anunciadas aqui há algum tempo e que hoje o Sr. Vice-Presidente nos comunica formalmente nesta câmara.

O pagamento dos subsídios de férias decorre de uma decisão do Tribunal Constitucional, mas tem um efeito importante na economia e vai ter um importante efeito na economia, assim como teriam outras medidas que aqui foram propostas, ou que aqui têm sido propostas, e que não têm sido aprovadas pela maioria que sustenta o Governo.

Mas passadas estas palavras de congratulação, a Representação Parlamentar do PCP não deixa de fazer uma apreciação sobre a forma como o Governo tem encarado estas questões e o Governo Regional não está a governar. O Governo Regional está a transformar-se numa gigantesca máquina de propaganda. Não bastava já o GaCS, agora são também os Membros do Governo, os secretários regionais, que se transformam em meros agentes de propaganda.

Sr. Vice-Presidente, o subsídio de férias chega com um mês de atraso.

Deputado Francisco César (PS): Não, não! O subsídio chega, que é uma coisa diferente!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): 5 meses de antecedência!

O Orador: O subsídio de férias chega com um mês de atraso e é preciso que as açorianas e os açorianos percebam isto. Aquilo que o Governo Regional deveria ter feito, à semelhança daquilo que outros organismos públicos fizeram,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Oh Aníbal, isso não é para ti!

O Orador: ...era ter processado o subsídio de férias em junho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Como fez o Governo da República!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Inscreva-se!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Os senhores assumam os vossos erros!

O Orador: O Sr. Deputado Francisco Coelho está a se incomodar, porque ainda não há aqui nenhuma referência ao Governo da República.

Deputado Berto Messias (PS): É já a seguir!

O Orador: A seu tempo virá, eventualmente, mas para já estamos a tratar da comunicação que o Sr. Vice-Presidente fez desta tribuna.

Quanto ao subsídio de férias estamos entendidos,...

Deputado Francisco César (PS): Não estamos entendidos!

O Orador: ...quanto à mobilidade especial também me congratulo. Mas pode o Governo Regional, Sr. Vice-Presidente, garantir que (por exemplo, os trabalhadores, os professores e educadores que estão contratados no sistema, cuja contratação foi maximizada no último ano de governação do X Governo

para que fossem contratados) no próximo ano letivo todos esses professores voltarão a ser contratados? Pode?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Diga sim ou não!

O Orador: A questão das 40 horas e outras questões associadas às reivindicações dos trabalhadores da administração pública e dos docentes: pode V. Exa. garantir que para além da mobilidade especial também essas questões serão atendidas pelo Governo Regional? Pode garantir isso, Sr. Vice-Presidente?

Deputado Berto Messias (PS): A questão não é essa!

O Orador: Gostaria de saber, porque se assim for, de facto esta questão da mobilidade especial pode ter algum impacto, mas se não formos além disto, Sr. Vice-Presidente, é muito pouco, muito pouco até porque na Região Autónoma dos Açores dificilmente seria necessário recorrer à figura da mobilidade especial.

Deputado Francisco César (PS): Perdeu-se!

O Orador: Não me perdi, Sr. Deputado. É que eu já trago incorporado um GPS e como tal dificilmente me perderei e com muita facilidade retomarei ou retomo o rumo.

Deputado Francisco César (PS): Não se perde, mas também não se encontra!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O senhor tem rumo!?

O Orador: Tenho Sr. Presidente! Vs. Exas. é que não têm, porque coragem e utilização das competências dos órgãos próprios da Região seria ter atendido às propostas que foram feitas pelo PCP...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Claro!

O Orador: ...e por outros partidos do pagamento equivalente ao subsídio de férias e de Natal de 2012. Só o PCP apresentou 4 propostas para que isso pudesse ser possível. Isso sim, Sr. Vice-Presidente, isso é que era contrariar as medidas da Troika, isso é que era descolar do Governo do PSD e do CDS que de facto estão a afundar o país, mas também esta Região, porque Vs. Exas. não querem utilizar as competências da autonomia. Vs. Exas. têm-se demitido, demitem-se da utilização dessas competências. Isso sim, Sr. Vice-Presidente,

teria sido importante: pagar os subsídios de férias e de Natal de 2012. Isso sim era um ato de coragem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Isso os senhores não pagaram!

O Orador: Aquilo que Vs. Exas. estão a fazer neste momento é apenas uma manobra de propaganda.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista e o Sr. Vice-Presidente do Governo resolveram voltar a trazer aqui a já gasta ladainha da culpabilização do Governo da República por tudo o que conseguem e não conseguem resolver na Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ai se não fosse o Governo da República!

Deputado José San-Bento (PS): O senhor está a ser usado!

O Orador: É o único refúgio onde Vs. Exas. sempre se escondem e o PS/Açores aplaude.

Se do Vice-Presidente do Governo não se espera outra coisa, esperava-se outra condução (e os açorianos esperam outra condução) e outra orientação por parte do Sr. Presidente do Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A autonomia é mesmo para que possamos tomar medidas diferentes e os senhores vêm sempre vangloriar-se por cumprirem a vossa obrigação, que é de facto usar a autonomia para tomar medidas diferentes em benefício dos açorianos. Parabéns! Cumpriram a vossa obrigação, mas isso não faz de vós criaturas especiais.

Deputada Benilde Oliveira (PS): É a sua opinião!

O Orador: Cumpriram a vossa obrigação.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Criaturas, Sra. Presidente? É um bocado ofensivo!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está na Bíblia!

Deputado Francisco César (PS): Na Bíblia também está muita coisa que não devia ser dita!

O Orador: Quando quiserem começar a trabalhar com os mil milhões de euros (e vou repetir: mil milhões de euros) do orçamento regional para resolver os problemas dos açorianos, podem contar com o PSD/Açores. Nós estamos aqui. É para isso que nós estamos aqui.

Ainda ontem o Presidente do PSD/Açores disse do Governo da República coisas que os senhores nunca diriam de um governo do PS.

Nós não temos preconceitos, nem complexos de qualquer ordem.

Sr. Vice-Presidente, vá trabalhar! Vá trabalhar para arranjar dinheiro para pagar o que deve!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Injete dinheiro na economia da Região pagando o que o Governo deve aos seus fornecedores, sobretudo às empresas locais. Não seja caloteiro e não se desculpe com a República, porque essa desculpa já está gasta.

Há empregos na Região que só dependem dos pagamentos do vosso Governo.

Deputado Domingos Cunha (PS): Isso é a demagogia que o senhor usa! Isso é muito baixo!

Deputado José Ávila (PS): Isso é uma vergonha!

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que utilize menos adjetivação na sua intervenção.

O Orador: Fugir às responsabilidades que o Governo tem para com os seus fornecedores já é quase como fugir ao beneficiário daquele tal crédito para pagamento de uma viatura particular.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Isto não é a Madeira!

Deputado José Ávila (PS): Esperamos que o senhor peça desculpa!

O Orador: O PSD está cá para trabalhar para os açorianos. Estamos à espera desde novembro que os senhores façam o mesmo sem desculpas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que deixem...

Já fiz o reparo ao Sr. Deputado Luís Rendeiro, mas ele está neste momento no uso da palavra. Faça favor de continuar.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Vá trabalhar!

Deputado José Ávila (PS): Isso não é linguagem! É uma pouca-vergonha!

O Orador: O Vice-Presidente do Governo falou e bem da proteção dos funcionários públicos, mas esqueceu propositadamente os da privada que vão para a rua todos os dias, porque o Governo não paga às empresas.

Só na saúde são 130 milhões de euros que faltam de pagamentos a fornecedores. Há obras que o Governo, por não ter dinheiro, pede aos empresários para, sem receberem, irem avançando e outras que não avançam porque não há dinheiro e o senhor continua com a sua retórica da República, da República, da República. Está na altura de mudar de via para o desenvolvimento dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo: Começo por me referir à Sra. Deputada Zuraida Soares. Reconheço-lhe o esforço. Deixe-me dizer-lhe que não funcionou e, portanto, aquilo que se esperava era que a senhora pura e simplesmente pedisse desculpa a esta câmara...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ela?

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ...e humildemente admitisse que se enganou, que a leitura política que fez foi errada e que aliás foi materializada através do seu ato,...

Deputada Zuraida Soares (BE): É preciso ter descaramento!

O Orador: ...quando retirou da agenda deste plenário a sua resolução relativamente ao pagamento dos subsídios do mês de junho.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Uma referência ao Sr. Deputado Aníbal Pires apenas para corrigi-lo. Está errado!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estou?!

O Orador: O subsídio de férias não chega com um mês de atraso, chega com 4 meses de antecedência.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Chega, chega! Não é verdade!

O Orador: Está profundamente errado, Sr. Deputado.

O subsídio de férias chega com 4 meses de antecedência,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ele é devido em junho!

O Orador: ...porque como toda a gente sabe também o Governo da República, na Assembleia da República, aprovou, com os votos dos Deputados do PSD/Açores, que o subsídio de férias fosse pago no mês de novembro, incluindo nas administrações públicas regionais.

Portanto, Sr. Deputado Aníbal Pires, o subsídio de férias chega com 4 meses de antecedência.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Esse flic-flac não serve de nada!

O Orador: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista saúda a decisão do Governo dos Açores relativamente à reposição do subsídio, ao não haver mobilidade especial na nossa Região, pela estabilidade laboral que garante nos Açores, pelo respeito dos direitos dos trabalhadores e pela reposição de uma injustiça tremenda que foi imposta aos trabalhadores pelo Governo do PSD e do CDS-PP, quando retirou e confiscou os subsídios de férias aos trabalhadores e também por ter (volto a dizer) garantido a estabilidade nalguns setores. Refiro, por exemplo, ao setor da educação, garantindo uma estabilidade fundamental para os alunos e para os professores dos Açores, em contraponto e em contradição absoluta com aquilo que infelizmente tem acontecido nos últimos dias no setor da educação no nosso país.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, esta medida do Governo dos Açores prova mais uma vez que a via açoriana para o desenvolvimento não é mera retórica político-partidária, é sim uma evidência e uma realidade materializada todos os dias pela ação política do Governo dos Açores do Partido Socialista. A esse propósito não posso deixar de dizer também e haveria, com certeza, muito a dizer relativamente a todos os partidos da oposição nesta câmara, mas vou-me dedicar (permitam-me) aos porta-vozes do Governo da República nos Açores, ao PSD e ao CDS-PP, porque em poucos dias foram absolutamente desmentidos, tendo em conta...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ...aquilo que aqui disseram, quando discutimos o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão apresentado numa resolução do Bloco de Esquerda.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Permitam-me que cite o Sr. Deputado Artur Lima, líder do CDS-PP/Açores. Dizia o seguinte quando discutimos esse pedido de urgência e o Partido Socialista quis que esse pedido baixasse à comissão, estou a citar o Sr. Deputado Artur Lima: “Não sendo assim é a prova mais do que evidente que o Governo Regional não tem dinheiro, que o Governo Regional não pode pagar e que o orçamento não comporta isto e o PS mais uma vez, criticando o Governo da República, vem fazer exatamente a mesma coisa, ou, por outra, pior do que o Governo da República.” **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito bem!

O Orador: Insistia o Sr. Deputado Artur Lima em apartes: “Vocês não têm é dinheiro. Estão tesos como um carapau.”

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E é verdade!

O Orador: Voltava a dizer o Sr. Deputado Artur Lima: “A vossa coerência e seriedade é dizer uma coisa num dia e o seu contrário no outro, porque os senhores efetivamente estão falidos e não têm dinheiro para pagar o subsídio de férias.”

Dizia outra vez: “Os senhores agora podiam dar um impulso na economia, podiam mas não querem; não querem porque os senhores têm estratégia e ela

está à vista; os senhores querem juntar o pagamento dos subsídios às eleições autárquicas para fazerem outra vez política.”

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso! Tinha razão!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: Depois dizia com profundo lamento, com o sofrimento dos outros, com as necessidades dos outros, das famílias açorianas: “Os senhores estão a fazer é politiquice, vão atirar isto o mais próximo possível para o mês de outubro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso! Muito obrigado!

O Orador: Essa é que é a realidade. O tempo dar-me-á razão mais uma vez.”

Dizia o Sr. Deputado Luís Silveira: “Muito bem! O tempo falará por si.”

Sr. Deputado Artur Lima, mais uma vez e outra vez o tempo não lhe deu razão.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: Permitam-me também uma referência ao maior partido da oposição dos Açores, que é um partido que naturalmente tem especiais responsabilidades na vida política açoriana e tem também especiais responsabilidades no nosso país, porque é o líder da coligação que governa o nosso país.

Por muito que os senhores digam, por muito que os senhores tentem defender-se, por muito que os senhores tentem desviar as atenções, os senhores infelizmente não podem ter o descaramento político e a hipocrisia política que tiveram nesta questão. E por quê?

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Não é aceitável que na atividade política os senhores aproveem numa sexta-feira, na Assembleia da República (os Deputados do PSD/Açores na Assembleia da República) que o subsídio de férias deve ser pago em novembro com referências expressas às administrações públicas regionais e na

semana seguinte venham para os Açores dizer que afinal são a favor do pagamento do subsídio de férias.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Isso não é aceitável na atividade política.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente, além da simbologia política relevante que teve a intervenção do PSD aqui há pouco e o Deputado escolhido, com o devido respeito naturalmente,...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Não me diga que vai pagar créditos automóveis agora!

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): O que é que o senhor quer dizer com isso?

O Orador: Estou a dizer que a direção do Grupo Parlamentar não teve coragem para participar neste debate e para justificar o injustificável.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Sra. Presidente, para defesa da honra!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Além disso devo dizer o seguinte. É mais uma vez lamentável esta tentativa de ludibriar e enganar os açorianos por parte da liderança do PSD/Açores.

Volto a dizer que lamento esta postura. O sistema político regional precisa de um PSD forte e admito também que a nova liderança do PSD, aquando da sua eleição, mostrou uma nova energia e uma nova forma de fazer política, mas infelizmente nota-se que isso era só fogo-de-vista. Mais uma vez o PSD mostrou não estar à altura dos tempos e mostrou que preferia fazer politiquice (e politiquice menor) em vez de defender verdadeiramente os Açores e os açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): E os créditos automóveis?

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Ah, sim! Exatamente! Estou de acordo!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado, atenção à adjetivação.

Sr. Deputado Duarte Freitas pediu a palavra. Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:...

Deputado Berto Messias (PS): Defesa da honra, por quê?

Presidente: Peço desculpa, Sr. Deputado Artur Lima,...

O Orador: Vou explicar...

Presidente: Mas tem que me dar licença primeiro, porque dei a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima, porque não me tinha apercebido que tinha pedido a palavra antes. Peço que o Deputado Artur Lima aguarde a sua vez. O Sr. Deputado Duarte Freitas pediu a palavra para defesa da honra.

Deputado Berto Messias (PS): Mas eu não ofendi a honra!

O Orador: ... porque pedi a palavra para defesa da honra. Porque da parte do Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista foram referidas algumas insinuações sobre a razão de ser das opções da bancada do PSD/Açores para entrar neste debate...

Deputado Berto Messias (PS): Quais foram as insinuações? Foram afirmações.

Deputado Francisco César (PS): Isso é defesa da honra?

O Orador: ...e foi referido que essa opção seria porque a direção do Grupo Parlamentar do PSD/Açores não teria coragem para entrar neste debate.

Deputado José San-Bento (PS): E não tem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para além desta bancada não admitir ingerências sobre a sua organização e sobre quem fala,...

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, desculpe lá! Eu não percebo onde é que está a defesa da honra!

O Orador: ...quero dizer-vos que a direção desta bancada, este Grupo Parlamentar, o PSD/Açores, já demonstrou aqui e em muitos locais...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sobretudo em muitos locais!

O Orador: ...coragem para defender os interesses dos açorianos e os interesses de quem nos elegeu.

Deputado Francisco César (PS): Sexta-feira vemos isso!

O Orador: Portanto, nesse aspeto, Sra. Presidente, não me vou alongar noutras áreas que seria tentado a fazê-lo utilizando esta figura regimental e fico-me por aqui dizendo que da parte desta bancada a coragem existe hoje, ontem e existirá sempre na defesa dos interesses dos açorianos seja contra quem for.

Agora não esperem é que a gente ataque o Governo da República todos os dias e bata palmas ao Governo Regional todos os dias.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer o seguinte. Não acho que tenha atingido de forma nenhuma a honra do Sr. Deputado Duarte Freitas e se foi interpretado dessa forma naturalmente peço desculpa.

Disse e volto a dizer com todo o respeito que tenho pelo Sr. Deputado Luís Rendeiro - e julgo que isso não está em causa -, afirmei e reitero que tinha (na nossa opinião, na minha opinião) um simbolismo político relevante o facto de nesta matéria o líder do PSD/Açores e a direção do Grupo Parlamentar não ter tido a coragem de vir e de participar neste debate. Disse-o, reafirmo e não estava de forma nenhuma nem a desrespeitar o Sr. Deputado Luís Rendeiro, nem sequer a pôr em causa a honra do Sr. Deputado Duarte Freitas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora sim, o Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra para participar no debate.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou citar o Sr. Deputado José San-Bento no último debate aqui tido sobre essa matéria, aquando da proposta do Bloco de Esquerda que os senhores vergonhosamente recusaram.

“Nós vamos ter necessidade [passo a citar] de ter um orçamento retificativo que contemplará nomeadamente esta operação de muitos milhões de euros. Nós vamos ter ainda de proceder a esse pagamento de uma ordem de tesouraria de 4 a 5 semanas de antecedência e depois haverá esse pagamento.”

Sr. Vice-Presidente, o orçamento retificativo onde é que está? A ordem de tesouraria já foi dada?

Fazendo as contas ali pelo Sr. Deputado José San-Bento some lá 5 semanas, veja lá quando é que vai pagar e responda ao Sr. Deputado Berto Messias sobre a aproximação à data das eleições autárquicas.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor levantou-se para dizer isso, Sr. Deputado?

O Orador: É uma pergunta.

Depois vem aqui a crítica que os senhores costumam fazer à oposição quando faz uma declaração política. Se os senhores quisessem debater este assunto não escolhiam esta figura, escolhiam outra para poderem levar a resposta e para poderem debater.

Deputado Berto Messias (PS): É isso que o senhor tem para dizer?

O Orador: É essa a acusação que os senhores fazem à oposição, é essa a resposta que levam hoje.

Mas o que se está aqui a tratar é do eleitoralismo mais barato, mais demagógico no qual os senhores se tornaram especialistas.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está numa camisa de 7 fardos!

O Orador: Especialistas do eleitoralismo barato, demagogo para tapar ...

Deputado Francisco César (PS): Vá dizer isso aos funcionários públicos! Por causa dos senhores, lá fora eles vão ter os subsídios de férias em novembro!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima faça favor de continuar.

O Orador: Eleitoralismo barato, do mais barato, para disfarçar a vossa má governação, porque os senhores não governam os Açores. Os senhores passam a vida em *fait-divers* políticos, esquecendo-se de governar os Açores, tentando enganar os açorianos da sua taxa de 17% de desemprego;...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é a sua especialidade, Sr. Deputado!

O Orador: ...tentando ludibriar os açorianos porque não pagam fornecedores, porque não pagam às empresas, que despedem todos os dias na privada, todos os dias há despedimentos na privada e os senhores assobiam para o lado; tentando subsidiar quem não devem subsidiar, subsidiando quem já foi falido; levando a economia açoriana para um buraco.

Sr. Vice-Presidente, vou-lhe dizer uma coisa: a via açoriana para o desenvolvimento não é uma rua de um só sentido, é um beco sem saída ao qual os senhores estão levando os Açores com essa vossa política de disfarce, de disfarce constante, porque os senhores deviam ter pago o subsídio de férias, como aqui foi proposto, em junho.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

Isso é que era ser absolutamente correto, não era 4 meses mais cedo, nem 4 meses mais tarde, nem 3 meses mais cedo.

Deputado Berto Messias (PS): Mas os senhores aprovaram na Assembleia da República que era em novembro!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Ora aí está!

O Orador: Era em junho como aqui foi proposto. Isso é que é a via açoriana. A via açoriana é esta, é não depender da República. A via açoriana era pagar em 2012 os subsídios de férias, os subsídios de Natal e os senhores não pagaram, porque se esconderam na República.

Deputado Berto Messias (PS): É preciso ter lata, Sr. Deputado!

O Orador: Na República que vos põe a mão senão estavam falidos;...

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Isto é uma coisa inacreditável!

O Orador: ...na República que vos empresta dinheiro; na República que vos emprestou 135 milhões de euros para os senhores ganharem as eleições em 2008,...

Deputado Berto Messias (PS): Isto é um espetáculo lamentável!

O Orador: ...porque estavam em *default* em 2012, porque estavam em *default*, tecnicamente falidos e foram buscar 135 milhões de euros para prolongar a agonia. Isso é que é a verdade e passam a vida na propaganda ilusória de tentar, sem governar.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Isso é a política do seu Governo!

O Orador: Onde estão os milhares de postos de trabalho que o Sr. Presidente do Governo prometeu na madeira? Onde estão?

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Na madeira?

O Orador: Sim, no corte da madeira, no corte das árvores dos Açores. Onde estão os postos de trabalho?

Onde estão as medidas da sua via açoriana para o desenvolvimento que o senhor calendarizou?

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, isto não tem nada a ver com o debate! Eu percebo o esforço, mas há limites!

O Orador: Onde estão?

Onde estão os 17% de desempregados nos Açores?

Os senhores não falam nos 17%.

Onde estão os mais de 40% de jovens desempregados nos Açores? Onde estão?

Não falam! Tentam esconder isto tudo.

Agora quero saber em que data o Sr. Vice-Presidente vai pagar o subsídio de férias. A data! O dia!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: E a hora!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): E o segundo!

O Orador: O dia que o Sr. Vice-Presidente vai pagar o subsídio de férias. A data!

Da bancada do Partido Socialista já se espera tudo, do Sr. Vice-Presidente ainda não.

Sr. Deputado Berto Messias, o senhor está tão nervoso, até parece que se está a despedir de líder parlamentar!

Deputado Berto Messias (*PS*): Como assim?

O Orador: Esteja calmo. Não sabia? Estou a dar-lhe uma novidade?

Não me diga que lhe estou a dar uma novidade, Sr. Deputado!

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo. Faça favor de continuar a sua intervenção.

Deputado Berto Messias (*PS*): Eu não sabia. O senhor sabe que há coisas que eu não sei!

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Oxalá que não sejam outros que se estejam a despedir hoje!

O Orador: Portanto, Sr. Vice-Presidente, da bancada do Partido Socialista ainda se espera tudo,...

Deputado Berto Messias (*PS*): Mas o que é que o senhor quer dizer com isso?

O Orador: ...do Sr. Vice-Presidente ainda não.

Assim termino perguntando qual o dia que vai pagar os subsídios de férias aos açorianos. É a pergunta que fica. Espero pela resposta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:...

Deputado Berto Messias (*PS*): O Sr. Deputado Artur Lima ainda vai ter que dizer o que é que espera desta bancada!

O Orador: Só vou fazer a minha intervenção quando o Sr. Deputado Berto Messias respeitar a intervenção da oposição.

Presidente: Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Não tenho condições, Sra. Presidente.

Só quero é ter oportunidade.

Presidente: O Sr. Deputado está no uso da palavra.

O Orador: O Sr. Deputado Berto Messias tem estado a interromper todas as intervenções e eu não interrompi a sua intervenção, nem a de nenhum dos outros Deputados que tomaram a palavra.

Presidente: Está no uso da palavra, Sr. Deputado. Faça o favor de continuar.

O Orador: Sra. Presidente, a questão aqui é: qual é o significado político de ter falado o Sr. Vice-Presidente e de não ter falado o Presidente do Governo Regional?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não teve coragem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

(Risos do Deputado João Bruto da Costa)

Deputado Berto Messias (PS): A gente espera tudo! Tem que ser o PPM a vir cá defender o PSD!

O Orador: Qual é o significado político, numa comunicação do Governo, de falar o Sr. Vice-Presidente e não falar o Sr. Presidente do Governo Regional?

Vou dizer-vos qual é a minha interpretação.

Deputado Berto Messias (PS): A gente dispensa!

O Orador: A minha interpretação é que o Sr. Presidente do Governo Regional não se quis submeter a esta figura que o Sr. Vice-Presidente veio cá fazer,...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Por isso é que eu fiz a comunicação no Palácio da Conceição!

O Orador: ...porque vamos ver: esta comunicação traz alguma novidade conforme o Regimento predispõe? Ou seja, o Governo Regional anunciou aqui, nesta casa e nesta câmara, alguma matéria que não tivesse anunciado previamente,...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Estava desatento!

O Orador: ...conforme o Regimento pressupõe?

O Sr. Presidente não fique nervoso!

A questão é a seguinte: não fez! Veio aqui sobretudo anunciar duas coisas: veio aqui anunciar que cumpre a lei e que faz o que o Tribunal Constitucional mandou fazer. É isto que veio fazer, mas veio fazê-lo com atraso.

Diz: “Isto é a via açoriana, esta é a nossa via açoriana. Nós obedecemos às ordens do Tribunal Constitucional com 1 mês de atraso.” É esta a única interpretação que se pode ter. Uma via açoriana que significasse uma governação diferente significaria que os senhores já o teriam feito há 2 anos, quando os subsídios começaram a ser retirados aos trabalhadores açorianos. Essa é que seria uma verdadeira via açoriana. Os senhores só o fazem porque estão numa conjuntura eleitoral autárquica, em que os senhores querem tirar dividendos políticos desta decisão.

Mais! Fazem-no sobre pressão de as próprias autarquias locais demonstrarem que têm mais independência do ponto de vista da decisão política que os senhores, porque há autarquias locais que já anunciaram que pagam sim senhor em junho (que pagam em junho) e os senhores ficaram na situação política absolutamente insustentável de dizer que a autonomia açoriana até tem menos competências, até tem menos coragem política de cumprir a lei do que a própria autonomia autárquica,...

Deputado Francisco César (PS): Isto é uma coisa extraordinária!

O Orador: ...de valerem menos e de terem menos independência do que uma autarquia. Portanto, essa foi a conjuntura que os senhores tiveram que enfrentar. Em segundo lugar, a questão da mobilidade. Considero que esta é uma questão de absoluto bom senso, uma decisão correta, uma decisão que os senhores tomam no sentido de fazer aquilo que está correto e que é uma decisão negativa do ponto de vista do Governo da República e aí, meus senhores, não vos posso agradecer. O que vos digo é que os senhores estão a cumprir a vossa função, os senhores estão a cumprir aquilo que deveriam fazer.

A Sra. Deputada do Bloco de Esquerda levantou aqui uma questão que o Sr. Deputado considerou exótica,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Isotérica!

O Orador: ...isotérica, que é a questão das 40 horas, Srs. Deputados, a questão das 40 horas. Esta é uma questão absolutamente fundamental em que a autonomia açoriana também deve tomar uma posição, uma via diferente em relação a esta matéria, porque o que vos quero dizer é o seguinte. Esta questão das 40 horas, do ponto de vista daquela que é a matriz do mundo ocidental, significa regressar a 1936...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso!

O Orador: ...aos governos da frente popular, o que significa que os senhores que dizem que têm uma via diferente, que têm uma via açoriana, que combatem esta questão e que têm um posicionamento ideológico determinado, os senhores deviam assumir aqui. Para que existisse alguma novidade neste comunicado, deveriam dizer o seguinte: “Nós assumimos que não vamos aumentar o horário dos trabalhadores açorianos para 40 horas, porque nós consideramos que essa é uma via incorreta.” Por que é que é incorreto?

Porque não é através do aumento do horário de trabalho que se consegue aumentar a produtividade da economia açoriana, é através da melhoria tecnológica, da melhor organização empresarial, das melhores condições, de melhor formação. Essa é que é a questão.

Há uma oportunidade de os senhores dizerem: “Nós temos uma via diferente.” Tenham a coragem de o dizer agora, neste momento.

“Nós recusamos regressar a 1936.” Tenham a coragem de o dizer neste momento. Portanto, aí os senhores já têm uma verdadeira novidade.

De resto, sem isto o que é que fica desta comunicação? Propaganda e não mais que propaganda, porque é uma comunicação absolutamente desnecessária.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Da mais barata!

O Orador: O senhor não trouxe aqui nenhuma novidade do ponto de vista daqueles que são os compromissos do Governo.

Mais do que isso! A via açoriana que é necessária implementar é a via do crescimento económico e sobre isto, no seu discurso Sr. Vice-Presidente, zero. Sobre a via do crescimento económico, zero!

Aliás, e para terminar Sra. Presidente, devo dizer-lhe que neste momento nós assistimos nos Açores (e o facto do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional ter tomado a palavra nesta matéria) a uma ditadura das finanças sobre a economia. É de tal forma evidente que nós nem temos um Secretário da Economia, nem temos um membro que trate das questões económicas. Mais do que na República o que nós temos na Região Autónoma dos Açores é a submissão total da economia açoriana às questões do ponto de vista financeiro que são impostas pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional. Não existe nenhuma estratégia para o crescimento económico, o que existe é uma ditadura das finanças nos Açores como nem no Estado Novo nós pudemos observar. O que existe é uma total falta de visão e uma total falta de autonomia da área económica,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ...porque diga-me quem é que no Governo dos Açores é o responsável pelo crescimento económico, pela implementação de políticas económicas?

Nada! Vai tudo ao crivo do Sr. Vice-Presidente que exerce uma verdadeira tutela das finanças sobre a economia e por isso é que o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional não trouxe, sobre esta matéria, nenhuma novidade, porque a única novidade que tem é a implementação de políticas de austeridade e a implementação de um garrote das finanças sobre a economia dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Não há mais inscrições.

Para encerrar o debate tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga o dia que vai pagar!

O Orador: Há uma coisa que caracteriza este debate: é que distingue objetivamente o Governo da maioria da oposição.

A oposição só fica feliz com o que corre mal ao Governo, apesar do que corre bem para os açorianos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é verdade, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais um *fait divers!*

O Orador: Felizmente o Governo fica feliz sempre que as coisas correm bem para os açorianos, apesar de por vezes essas implicarem correr mal para a oposição.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E as 40 horas?

O Orador: Falaram aqui de eleitoralismo, mas eu pergunto-vos: as famílias açorianas que puderam ter ontem os seus filhos com estabilidade a fazerem os seus exames porque nos Açores os professores não fizeram greve é eleitoralismo ou é a defesa dos verdadeiros valores da autonomia açoriana?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E as 40 horas?

O Orador: Perguntem aos alunos que ontem puderam fazer sem preocupação os seus exames nos Açores, ao contrário do que aconteceu no resto do país.

Há uma questão sobre esta matéria que tem de ser claríssima e é bom que os açorianos todos saibam: foi o CDS-PP e o PSD que determinaram na Assembleia da República explicitamente que o subsídio de férias nos Açores fosse pago em novembro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E vai vir dizer que em julho não pode pagar!

O Orador: Foi o PSD e CDS-PP que, se imiscuindo nas nossas competências autonómicas, determinaram explicitamente na legislação que aprovaram que os açorianos só poderiam receber o subsídio de férias em novembro.

Isso é que obrigou o Governo dos Açores, no âmbito das suas competências autonómicas, a fazer legislação própria para evitar que os açorianos fossem obrigados àquilo que o CDS-PP e o PSD queriam impor aos açorianos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quando é que vai pagar o subsídio de férias?

O Orador: Vamos à terceira questão essencial: não anunciámos novidades? Anunciámos, sim senhor!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quando é que paga? O dia!

O Orador: Anunciámos que é possível nos Açores repor o subsídio de férias e tomar estas medidas de estabilidade e de segurança dos funcionários públicos sem ter de pôr em causa, sem ter que cortar, sem ter que introduzir medidas de austeridade acrescidas, sem pôr em causa o orçamento que foi aprovado. Felizmente nem no continente, nem na Madeira podem dizer e fazer o mesmo.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quando é que vai pagar?

O Orador: Enquanto o Sr. Ministro Paulo Portas anda atarefadíssimo a cortar mil e cem milhões de euros de despesa, de investimento,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E quem vier atrás dos senhores que feche a porta!

O Orador: ...de apoios que tinham sido já previstos para este ano, porque não têm efetivamente dinheiro para repor este subsídio nos Açores, felizmente nós temos condições financeiras para repor este subsídio sem afetar um cêntimo do plano de investimentos, das medidas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Na República não tem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Veja o inquérito das PPP!

O Orador: ...e do orçamento que aqui aprovámos em março passado. Esta é mais uma grande diferença entre os Açores e o resto do território nacional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quando é que vai pagar o subsídio? Diga qual é o dia!

O Orador: Isto foi efetivamente algo que penso que, tendo em conta que o orçamento e o plano foram aprovados recentemente na Assembleia, merecia um

enquadramento da comunicação que tivemos oportunidade de fazer, que é uma boa notícia para os Açores e para os açorianos e que evidentemente por ser uma boa notícia para os Açores e para os açorianos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é o dia que vai pagar?

O Orador: ...os Srs. Deputados da oposição falaram de tudo menos da notícia que foi aqui dada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quando é que vai pagar o subsídio?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é o dia que vai pagar o subsídio?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Em setembro!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro que é em setembro!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Então se sabe por que está a perguntar?!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, termina este ponto da comunicação do Governo e termina também a nossa manhã de trabalhos.

Regressamos às 15 horas com a Agenda. Bom almoço para todos.

Eram 13 horas e 05 minutos.

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Foi decidido em Conferência de Líderes que os pontos 1 e 2 da nossa Agenda da Reunião seriam discutidos amanhã, quarta-feira.

Sendo assim, entramos no ponto 3 da nossa Agenda e darei a palavra ao Partido Social Democrata para a **Apresentação do Projeto de Resolução** ao abrigo do artigo 81.º do nosso Regimento.

Para apresentar a iniciativa tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em 6 de março deste ano, a Comissão Europeia (CE) e o Governo Tailandês anunciaram que deram início às negociações com vista à conclusão de um acordo de comércio livre entre a União Europeia e a Tailândia.

O objetivo é concluir um acordo de âmbito alargado que englobe os direitos aduaneiros, os serviços, o investimento, os contratos públicos, as questões de regulamentação, a concorrência e o desenvolvimento sustentável.

A Tailândia é já a maior exportadora de conservas de atum para a União Europeia e isto apesar do valor máximo de taxas aduaneiras que pagam.

Ora a eventual abolição ou a redução significativa dessas taxas no âmbito deste acordo terá, de acordo com os representantes da indústria de conservas de peixe, um impacto fortemente negativo na atividade das empresas europeias do setor, nomeadamente das que produzem conservas de atum.

A concretizar-se um acordo nestes termos, as empresas europeias do setor terão grandes dificuldades em concorrer com a Tailândia, visto que naquele país os custos de produção são muito diferentes, a começar pelos salários e pelos custos ambientais e sociais que estão associados.

Segundo os representantes dos industriais, as empresas do setor que operam em Portugal e Espanha representam, no seu conjunto, 75 por cento da produção comunitária de conservas de atum e são responsáveis por milhares postos de trabalho.

Um acordo de comércio livre entre a União Europeia e a Tailândia que inclua a conservas de peixe será também altamente lesivo para os Açores, pois a indústria conserveira tem igualmente um forte peso na nossa economia, dado que emprega centenas de trabalhadores e exporta a maior parte da sua produção, contribuindo assim para a criação de riqueza na Região.

Estas negociações para o estabelecimento de um acordo de comércio livre entre a União Europeia e a Tailândia tem lançado fortes preocupações no setor e levou mesmo à assinatura no passado dia 21 maio de uma declaração conjunta

de Associações representativas do setor em Espanha e Portugal e incluindo dos Açores a chamar a atenção para os perigos de um acordo deste género e a solicitar que “todas as conservas de peixe de um modo geral, mas sobretudo as conservas de atum, devam ser consideradas produtos sensíveis e excluídas do Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e a Tailândia”.

A assinatura deste acordo de comércio livre nos termos propostos trará problemas aos Açores, pelo que é preciso agir alertando e sensibilizando as autoridades nacionais e europeias para esses perigos.

O PSD/Açores está preocupado com o impacto que um acordo desta natureza possa vir a ter na nossa Região em termos económicos e sociais.

Nesse sentido o Grupo Parlamentar do PSD entregou nesta Assembleia este Projeto de Resolução propondo que esta casa se pronuncie, por iniciativa própria, sobre as negociações em curso defendendo que as conservas de peixe devam ser excluídas do futuro acordo de comércio livre entre a União Europeia e a Tailândia, sob pena de ser colocada em causa a viabilidade futura da indústria de conservas de peixe genericamente no território europeu e especificamente nos Açores.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O n.º 2 do artigo 81.º prevê um período de 10 minutos para pedidos de esclarecimento. A Mesa abre assim as inscrições.

Não havendo inscrições vamos então continuar os nossos trabalhos, passando assim para o ponto 4 da Agenda da Reunião: **Projeto de Resolução n.º 16/X – “Atlas do Património Imaterial dos Açores”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Os tempos foram definidos em Conferência de Líderes e são os que temos vindo a utilizar no processo legislativo comum, neste caso o partido proponente,

que é o PPM, o Partido Socialista e o Governo têm 25 minutos; o PSD, 20 minutos; o CDS, 15 minutos e o Bloco de Esquerda e o PCP, 10 minutos.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução que o PPM apresenta nesta casa tem como objetivo central a elaboração, assegurando a mais ampla participação possível das comunidades, dos grupos e dos indivíduos que criam, mantêm e transmitem tal património, de um Atlas do Património Imaterial dos Açores.

Nesta matéria a Região tem vindo a desenvolver uma atividade legislativa que pretende alcançar por parte da Região o cumprimento do protocolo da convecção da UNESCO para a salvaguarda do património cultural imaterial que Portugal retificou em 2008. Assim, na Região Autónoma dos Açores foi aprovado o Regime Jurídico da Salvaguarda do Património Cultural e Imaterial da Região Autónoma dos Açores através do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2011/A e depois também através da Portaria n.º 80/2012, de 13 de julho de 2012.

A nossa preocupação, que também é a preocupação nacional, é a de salvaguardar o património cultural e imaterial de que a Região é muito rica.

Posso dar-vos muitos exemplos expressivos, nomeadamente, por exemplo, as nossas festas do Espírito Santo, o sotaque, as expressões utilizadas de forma específica em cada ilha, a nossa culinária, os nossos bailinhos, a tradição baleeira, etc., etc.,...

Há um conjunto enorme de atividades específicas que devem ser protegidas no âmbito da Região Autónoma dos Açores e a Região assumiu essa responsabilidade.

Devo dizer que da parte do PPM o que nos leva a apresentar esta iniciativa são fundamentalmente 3 razões.

A primeira é uma razão de interesse, que tem a ver com o interesse cultural, o interesse que nós temos em preservar todo o património histórico e todo o

património cultural da Região e nesse sentido também o património imaterial. Há essa preocupação que é a preocupação cimeira.

Temos também uma preocupação autonómica, digamos assim, no sentido de que nós consideramos que a autonomia da Região se fundamenta não apenas num determinismo geográfico, mas que se fundamenta, tal como refere a nossa Constituição e também o Estatuto Político-Administrativo, numa especificidade cultural que é preciso manter. A afirmação dessa especificidade, dessa identidade cultural, é fundamental em termos de projeção do nosso modelo autonómico.

O terceiro fator é o fator que tem a ver também com a projeção económica e até a mais-valia económica que pode significar a difusão da nossa cultura imaterial. Nós consideramos que em áreas, como por exemplo o turismo, a nossa riqueza e diversidade cultural devem ser um dos elementos, uma das alavancas do desenvolvimento económico.

Há muita gente neste país que diz que a cultura não é um elemento fundamental para o projeto económico e quando quer cortar, do ponto de vista orçamental, uma das primeiras que é logo sinalizada por muitos burocratas é a cultura.

Nós consideramos que uma Região com a riqueza cultural que nós temos, com a nossa identidade cultural específica, é um dos fatores que nós sinalizamos como um dos fatores essenciais também para o desenvolvimento económico da Região.

Por isso, 3 preocupações, preocupações de carácter político, de carácter cultural e de carácter económico.

Deixem-me que vos diga que neste processo, que é o processo de registar, de documentar e de difundir o património imaterial, a legislação contempla que a Região tem responsabilidades nucleares e essenciais e que o próprio Governo Regional tem também nesta matéria especiais responsabilidades.

Não vou ser exaustivo, mas o artigo 4.º diz o seguinte: “Cabe ao departamento do Governo Regional competente em matéria de cultura, adiante designado departamento do Governo, a responsabilidade da coordenação de iniciativas desenvolvidas no âmbito da documentação e divulgação do património cultural

e imaterial regional.” “Cabe a coordenação” e é isto que nós estamos a pedir ao Governo Regional que faça e que o faça de uma forma calendarizada, de uma forma mais organizada, porque tive o cuidado depois de verificar os registos que foram feitos até este momento e este diploma legal o que diz é o seguinte, que “os registos depois de identificados devem ser publicados em Jornal Oficial e só aí, a partir daí, é que passam a pertencer de forma legal ao inventário regional.”

Ora eu fiz uma pesquisa da matéria que está publicada no Jornal Oficial, no que se refere a esta questão, e não está nada publicado no Jornal Oficial. Neste momento, a Região ainda não publicou nada, daquilo que tenha colocado em termos de inventário regional, no Jornal Oficial.

Devo dizer-vos também que nesta matéria há regiões que estão a avançar mais depressa do que nós. Desde logo dois exemplos que dei no âmbito da Comissão, o caso da Andaluzia e o caso também das Canárias e aqui há uma preocupação que é uma preocupação que considero que deve ser central também no âmbito do desenvolvimento deste processo nos Açores, que é a preocupação de não deixar nenhuma parte do território de fora, ou seja, que não se deixe de registar todo este património imaterial das diversas ilhas, registando também as diferenças e a identidade específica que cada um destes locais tem.

Portanto, essa foi uma preocupação fundamental destes projetos e é isso que leva a que o processo de inventariação seja um processo muito longo.

Dou-vos o exemplo aqui apenas da Andaluzia. Começaram em 2008, desenvolveram a primeira fase do projeto depois em 2009, 2010, 2011 e o registo, o trabalho final, foi publicado sob a forma de um Atlas do Património Imaterial apenas em 2012.

O projeto de inventariação e de apresentação do trabalho final sob a forma de um Atlas do Património Imaterial também está neste momento a decorrer, também por iniciativa do Parlamento das Canárias, já leva vários anos e é um projeto extremamente complexo em que é exigível que o Governo assuma a sua cota-parte do ponto de vista legal, que é a de coordenação e de colocar os meios logísticos à disposição de quem está a proceder a este inventário e também de

lhes fornecer formação. Por exemplo, a Andaluzia levou um ano a fornecer formação aos diversos agentes que se mostraram interessados, que tinham disponibilidade e também a agentes formais por parte do Governo.

Portanto, trata-se de um processo que tem de ser devidamente calendarizado, devidamente organizado e não pode ser como o processo tem sido até a este momento um pouco anárquico. Acaba por ser um processo que se irá, com certeza, arrastar ao longo dos anos, que não está devidamente padronizado e que não está devidamente organizado.

Devo dizer para terminar esta primeira apresentação que o que se está aqui a falar é de um processo que os Açores – torno a reiterar – já iniciou, nomeadamente através da produção legislativa adequada (não tenho nada a dizer em relação à legislação que foi criada para este efeito), mas que é necessário esta decisão que se toma aqui, neste Parlamento, é necessária para que se proceda a uma calendarização objetiva, uma organização mais sistemática da forma como o processo está organizado e que a apresentação final (evidentemente sem excluir outras formas de apresentação, através do site, através de exposições, de outros meios de apresentação e de registo de todos estes documentos) também tenha uma forma, a forma de um Atlas do Património Imaterial que deve ser depois profusamente divulgado junto da população e que deve profusamente divulgado junto de quem nos visita.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário Regional:

Esta será uma breve intervenção, aliás, para questionar e propor uma questão muito concreta ao Sr. Deputado Paulo Estêvão até para que a Representação Parlamentar do PCP possa votar, enfim, esclarecer qual será o seu sentido de voto relativamente a esta iniciativa da Representação Parlamentar do PPM.

Julgo e penso que não estou errado que existe já um inventário do património imaterial na Região Autónoma dos Açores e que até está divulgado num site na internet e penso que depende da Direção Regional da Cultura. Portanto, aquilo que queria perceber efetivamente da proposta de V. Exa. é se aquilo que se está a propor vem substituir esse inventário, se está a propor que haja a publicação em suporte de papel desse inventário, para eu perceber um pouco se não estamos aqui com uma coisa ao Governo que já, eventualmente, possa ou não possa estar feita.

Portanto, era esta a questão que gostaria de ver esclarecida até para depois poder definir o meu sentido de voto.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os Açores são uma terra de cultura. Desde logo, e sobretudo, de cultura popular, mas também de cinco séculos de dinâmicas culturais que começam no património edificado e chegam à inovação contemporânea.

É a Cultura que nos distingue e valoriza, como causa e consequência da História e da Geografia, enquanto povo em terra própria.

O nosso património imaterial assume, por isso, a riqueza maior da cultura açoriana – em cada ilha por si só, mas também, e principalmente, no conjunto das nove.

Em todas as ilhas, concelhos e freguesias dos Açores – tal como em cada recanto do Novo Mundo onde bate um coração açoriano – há um traço cultural que nos identifica e que nos une. Seja nos sons e nos sabores da música e da gastronomia, seja na devoção popular de um império erguido em louvor do Divino Espírito Santo.

É por isso natural e mesmo conveniente e até obrigatório criar um Atlas do Património Imaterial dos Açores.

O Projeto de Resolução proposto pela Representação Parlamentar do PPM merece a adesão imediata e convicta do Partido Social Democrata porque é preciso inventariar, reunir, organizar e promover, com rigor cultural e interesse turístico, a informação representativa do nosso património imaterial.

Primeiro, porque a Cultura é um dos pilares que fundamentam a própria consagração constitucional da Autonomia dos Açores.

Depois, porque o património imaterial é a primeira razão e a prova maior da cultura própria do povo açoriano.

O nosso património cultural imaterial é permanente e abrangente.

Como reconhece a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, ele traduz práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões que as comunidades reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural e manifesta-se através dos instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhe estão associados.

Sendo assim, os Açores confrontam-se com inúmeras tradições e expressões orais, artes do espetáculo, práticas sociais, rituais e eventos festivos ou aptidões ligadas ao artesanato tradicional que configuram a nossa idiossincrasia cultural.

É este património ancestral que importa registar para memória futura, mesmo com a marca da geração contemporânea, mesmo com a consciência do seu carácter evolutivo, mesmo com a noção do seu universo inacabado.

Perante estas e outras boas ideias, não se pode é ceder à tentação fácil do “Velho do Restelo” de achar que não vale a pena fazer mais e melhor porque já existe informação dispersa e insuficiente, que não vale a pena registar o que se faz hoje porque amanhã se estará a fazer diferente, que não vale a pena começar porque não conseguiremos acabar.

O problema não é se a criação deste Atlas “iria cristalizar uma manifestação cultural em movimento”, como referiu o Senhor Secretário Regional da Cultura na Comissão dos Assuntos Sociais.

O problema seria se a política cultural deste governo ficasse cristalizada na criação de num Atlas.

Ainda mais importante do que inventariar e registar as características e as manifestações é criar e executar as políticas e as medidas que sejam capazes de desenvolver para além de preservar.

A existência de um Inventário Regional do Património Cultural Imaterial dos Açores, criado em 2011, é um bom princípio mas é uma má desculpa. Ele não desaconselha – nem sequer dispensa – a proposta em apreço, mas antes constitui o ponto de partida para uma base de trabalho visando o efetivo desenvolvimento de um verdadeiro Atlas do nosso Património Imaterial.

Aliás, o próprio Núcleo Cultural da Horta refere expressamente no seu parecer ao Parlamento que a presente Resolução “baseia-se em pressupostos consensuais”, “revela uma preocupação positiva” e “configura um projeto de grande alcance”.

De facto, os Açores precisam preservar a identidade de todas as ilhas e de todos os tempos, seja, por exemplo, nos Romeiros de S. Miguel, no Carnaval da Terceira ou na Chamarrita do Pico.

Um povo sem memória é um povo sem história.

Tudo o que pudermos fazer é sempre pouco para honrar cinco séculos de cultura transmitida que construíram os Açores à nossa maneira.

O Passado merece e o Futuro agradece.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem!
Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Silva.

(*) **Deputado Francisco Silva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP considera o projeto Atlas do Património Imaterial dos Açores como um passo importante no sentido de preservar a riqueza patrimonial das nossas ilhas, em concreto o seu património imaterial.

Trata-se de registar, arquivar e difundir manifestações artísticas, literárias ou musicais, bem como rituais festivos, modos de expressão, lendas e costumes, entre outros, identificando a ilha, o concelho onde foram observados.

Toda esta riqueza de património imaterial é normalmente transmitida por via geracional e por via oral, o que justifica um redobrado cuidado na sua proteção e valorização.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Este projeto deverá ir além do já existente inventário regional de património cultural e imaterial dos Açores que, como tivemos o cuidado de ir verificar, funciona como uma base de dados com contributos e com um motor de busca associado.

O Atlas do Património Imaterial dos Açores deverá fazer um levantamento exaustivo do património imaterial, sendo a informação recolhida e tratada cientificamente.

Esperamos que o projeto se concretize e que mereça o empenho e colaboração das várias entidades ligadas à cultura da Região e também – não nos cansamos de dizer – será de esperar um contributo importante da Universidade dos Açores.

Obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera sempre positiva e salutar qualquer iniciativa que vise a valorização do património cultural destas ilhas e destas gentes, seja ao nível do património material, seja do imaterial, que constitui o âmago da iniciativa em apreço.

Considera, portanto, que ao vasto e bem feito trabalho que tem vindo a ser desenvolvido já nesta matéria e que é possível consultar no portal *Culturaçores*, poderá ser atribuída uma (por assim dizer) reforçada atenção, inventariando eventualmente de forma mais sistemática e vertendo essa inventariação da informação recolhida para uma espécie de Atlas, sendo que (e gostaria de frisar

isto) o conceito de atlas acompanhou os tempos e assume agora também formatos digitais que, no nosso entender, - e retomando um pouco a questão do Sr. Deputado Aníbal Pires -seria o mais adequado para a iniciativa em apreço, uma vez que implica registos áudio e vídeo. O suporte papel teria, digamos, uma sobrevida muito reduzida (teria de ser feito numa periodicidade alargada, de 10 em 10 anos, e só depois é que poderíamos eventualmente pensar numa publicação em suporte de papel), ao passo que no suporte digital realmente toda essa informação seria fornecida de forma a não cristalizá-la, não a fixar e não reduzindo assim a alma e a força da sua expressão.

Esta é uma preocupação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para a qual temos vindo a contar com a sensibilidade do Sr. Secretário. Concordamos com a iniciativa, estamos em crer que desta forma é e será sempre o que poderá constituir uma mais-valia na proteção dos saberes sem tamanho das nossas gentes, na divulgação dos Açores e do seu valiosíssimo tecido cultural.

Portanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apoia esta iniciativa, olhando-a como um acrescento àquilo que tem vindo a ser feito em suporte, ele próprio, imaterial. O Atlas do Património Imaterial teria de assumir ele próprio uma expressão imaterial que respeite integralmente a força da expressão viva do nosso saber cultural.

Deputadas Benilde Oliveira e Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

A Sra. Deputada Zuraída Soares, peço desculpa, já se tinha inscrito.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular Monárquico apresenta a esta casa um Projeto de Resolução que visa recomendar ao Governo Regional que elabore, assegurando a mais ampla participação possível das comunidades, dos grupos e dos indivíduos que criam, mantêm e transmitem tal património, um Atlas do Património Imaterial dos Açores.

Que o faça em nome da Convenção da UNESCO para a salvaguarda do património cultural e imaterial que Portugal retificou em 2008 e que a Região Autónoma dos Açores subscreveu e acolheu em legislação própria já aqui referida; que o faça em nome da preservação da memória histórica das populações da Região Autónoma dos Açores; que o faça em nome da preservação da identidade de um povo com ricas e diversas práticas ancestrais de diversíssima natureza; e que o faça em nome de um desenvolvimento sustentável que pode e deve ter no turismo, por exemplo, um pilar, ou dos pilares fundamentais.

Por tudo isto o Bloco de Esquerda não tem a mínima dúvida em votar favoravelmente este Projeto de Resolução, esta recomendação, e parece que (se bem entendi todas as intervenções das diferentes bancadas) estamos todos de acordo nesta aprovação e nesta recomendação unânime ao Governo.

Contudo, não posso deixar de trazer a propósito deste Projeto de Resolução duas estranhezas que foram suscitadas pela análise do debate e do trabalho havido em sede de Comissão de Assuntos Sociais, que o Bloco de Esquerda não integra, mas que teve acesso através do respetivo relatório.

A primeira estranheza, Sras. e Srs. Deputados, prende-se com o parecer do Centro de Conhecimento dos Açores, um parecer que vem assinado pelo Sr. Diretor Regional da Cultura e que objetivamente diz o seguinte: quem manda e quem pensa é o Sr. Secretário Regional da Educação, Cultura e Ciência e o Diretor Regional da Cultura não tem nada a dizer sobre o assunto.

O Bloco de Esquerda estranha este posicionamento, porque nós entendemos que o Sr. Diretor e a Direção Regional da Cultura teriam que ter alguma coisa a dizer sobre este assunto mesmo que fosse para concordar com a posição mantida e defendida pelo Sr. Secretário Regional da tutela em sede de Comissão. Esta é a primeira estranheza, porque senão legitimamente perguntaremos para que serve então um Diretor Regional que não tem pensamento sobre estas matérias.

A outra estranheza e a única voz dissonante que nós identificamos relativamente à aparente unanimidade de todas as bancadas parlamentares é

exatamente a do Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura em sede de Comissão. Se bem entendi aquilo que li na página 4 do respetivo relatório, o Sr. Secretário Regional referiu que não é possível chegarmos a um inventário completo do património imaterial e que por isso a recolha deve ser indexada a localidades e a pessoas específicas e não deve ser feita enquanto inventário, que fixe realidades culturais sempre mutáveis.

Humildemente, Sr. Secretário Regional, pedia-lhe para aproveitar a oportunidade para explicar (quanto mais não seja ao Bloco de Esquerda) o que exatamente isto quer dizer. Porque a memória é feita de fixação, não é paralisada, mas é feita de fixação. Nós aos 60 anos não somos iguais ao que eramos aos 20. Não invalida que não tenhamos fotografias dos 20 que nos recordem de como nós eramos. Isso não é fixar nem impedir uma evolução, é registá-la no tempo para memória futura.

Portanto, sinceramente não entendemos o posicionamento do Sr. Secretário, porque entendemos que a sua posição é exatamente contrária àquela que foi agora defendida e expandida pela Sra. Deputada Renata Botelho de concordância com esta proposta, com esta recomendação feita ao Governo. Gostaríamos de o ouvir também refletir um pouco em voz alta sobre esta matéria.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para me dirigir ao Sr. Deputado do PCP que colocou uma questão muito concreta.

Tenho aqui o inventário que está neste momento publicado. É este. Este inventário não é um trabalho sistemático. A noção de atlas significa que existe uma organização territorial do processo, que todas as ilhas estão incluídas e que é feito um levantamento sistemático das diversas manifestações.

Para lhe dar um exemplo muito concreto. Por exemplo, não tem uma única manifestação do Corvo ou das Flores, mas tem várias da ilha de São Miguel e também tem de São Jorge uma ou duas, ou seja, é um trabalho que não é organizado do ponto vista sistemático de uma cobertura territorial.

Aquilo que se pretende fazer é uma organização sistemática destas manifestações. Atualmente não existe nenhum processo de calendarização destes processos. Pude verificar como é que estavam a ser feitos um pouco por toda a Europa e há uma calendarização, há um trabalho que é definido, há uma estrutura, há uma equipa, há uma coordenação, há formação para a recolha desses elementos e depois é até feita uma coisa que o Governo já fez, mas ainda não implementou, que é um conjunto muito diversificado de ações que devem ser realizadas, um conjunto padronizado, para que o resultado seja um trabalho científico e um trabalho com rigor. Este trabalho ainda não está feito.

Portanto, o que se pretende é que este trabalho seja de facto um atlas na verdadeira definição do que é um atlas, ou seja, seja representativo de toda a Região, que seja um trabalho organizado, sistemático, calendarizado.

O da Andaluzia, dei há pouco o exemplo, demorou 5 anos a ser implementado; o das Canárias já vai em 3 anos. Portanto, este trabalho é devidamente calendarizado e eles terminam um processo. Deixam o processo em aberto para eventuais revisões e a Sra. Deputada Renata Botelho há pouco referenciou um prazo, não sei se foi de propósito, mas exatamente esse prazo de 10 anos de revisão do processo é exatamente o que foi adotado na Andaluzia. Foram 10 anos quer na Andaluzia, quer nas Canárias, por exemplo. Dez anos para a revisão deste processo, mas este trabalho é apresentado sob suporte de papel e é apresentado sob suporte áudio e sonoro que acompanha a publicação, ou seja, quem quiser verificar o trabalho realizado pode introduzir no computador e verificar depois os áudios, também os sons que acompanham aquelas manifestações e as imagens. Está tudo recolhido. Há aqui diversos suportes que sustentam estes trabalhos, estes atlas.

Portanto, o que se pretende no fundo, respondendo à sua questão de forma muito precisa, é criar aqui um trabalho sistemático de recolha e um trabalho que

seja verdadeiramente representativo da cultura imaterial nos Açores, incluindo todas as ilhas, se possível todas as freguesias, se possível todas as manifestações e as manifestações mais relevantes da cultura imaterial dos Açores, que esse trabalho seja um trabalho calendarizado e organizado de forma tal que permita esta abrangência e que permita ter uma recolha que abranja todo o território dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** (*Luiz Fagundes Duarte*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Qualquer medida que tenha por objetivo proteger o nosso património cultural, seja ele material ou imaterial, móvel ou imóvel, é sempre bem-vinda e é sempre de louvar.

O Governo está à vontade para o dizer, porquanto na sequência dos governos do PS que nos antecederam, tem desenvolvido esforços consideráveis para que assim seja.

Desde 1997 - quando se iniciou o inventário do Património Imóvel dos Açores já concluído - até hoje, quando já temos uma considerável recolha (e saliento recolha de bens do património cultural imaterial que está disponível como também já foi referido por vários Sras. e Srs. Deputados na plataforma informática MatrizPCI Açores acessível pelo portal *culturaçores*, Centro de Conhecimento dos Açores), este trabalho foi feito na sequência da legislação específica proposta pelo Governo e aprovada nesta Assembleia: o Decreto Legislativo (já referido) n.º 21/2011/A, de 4 de julho e a Portaria que completou agora um ano n.º 80/2012, de 13 de junho, que o regulamenta no que diz respeito aos aspetos processuais.

Por isso, esta iniciativa da Representação Parlamentar do PPM, e em especial do Sr. Deputado Paulo Estêvão, no sentido de recomendar ao Governo a realização de um Atlas do Património Imaterial dos Açores é bem-vinda, na

medida em que vem reforçar o trabalho que o Governo desde há muito vem realizando nesta matéria.

Por ocasião da minha ida à Comissão dos Assuntos Sociais, que já foi aqui também recordada, tive oportunidade de salientar a importância da inventariação deste tipo de bens, embora chamando a atenção para alguns aspetos que terão que ser devidamente acautelados.

Sra. Deputada, não fui contra. A minha voz não é dissonante. Aliás, fui eu exatamente que iniciei todo esse processo de inventariação do património cultural quando era Diretor Regional da Cultura, portanto, já lá vão 17 anos.

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu sei!

O Orador: Portanto, sou particularmente sensível e não sou dissonante. Temos é que ter algumas precauções, algumas cautelas com este tipo de material e já voltarei a isso.

Um desses aspetos tem a ver com a aparente incongruência de se fixar, através de um instrumento material, um conjunto de bens cuja característica mais específica é precisamente a imaterialidade, a mobilidade e a efemeridade das formas e dos suportes. Ou seja, ao proceder-se à recolha de um cantar tradicional, por exemplo, a chamarrita ou a saudade, será necessário ter-se em conta que essa recolha corresponde à realização que num dado momento, num dado contexto, num dado lugar, uma dada pessoa fez de um tema tradicional popular que sempre que é interpretado por alguém se apresenta com características próprias e únicas.

Um atlas desta natureza será não um corolário, uma fase final como seria um livro em suporte papel de um processo de inventariação de bens imateriais que nos chegaram por via da tradição oral popular, mas sim o registo da forma que cada um desses bens apresentava numa dada etapa do seu processo de transição. Por isso, não fará sentido que tal atlas seja apresentado, em minha opinião, em suporte papel, que é o paradigma da fixação da imaterialidade da fala e dos costumes, na materialidade do livro, mas sim em suporte digital disponível na internet e sempre aberto à integração não só de novos bens, de novas versões, mas sobretudo das novas formas de que cada um desses bens se possa revestir.

Na parte que nos compete, naturalmente e com todo o gosto, o Governo continuará a desenvolver o trabalho que tem vindo a ser feito nesta matéria e dará corpo à decisão que vier a ser tomada por esta Assembleia, na medida das disponibilidades humanas, técnicas e financeiras, mas gostaria de facto de salientar isto. O que disse na Comissão, e que repito aqui, não tem nada a ver contra a realização do atlas, eu preferiria que fosse um inventário e inventário engloba não só aspetos de conteúdo, mas de identificação do transmissor e da localização.

Vamos imaginar que uma pessoa do Pico, que vai viver para o Corvo, costumava cantar a chamarrita quando estava no Pico. Pode continuar a cantá-la no Corvo.

Quando essa recolha for feita, se essa pessoa for fornecer material para o inventário, ficamos a saber o quê?

Que essa chamarrita é do Corvo ou é do Pico?

Subjacente ao conceito de atlas está um conceito de geografia. Portanto, teríamos que ter em conta esse aspeto.

De onde é que era essa chamarrita?

É do Corvo ou é do Pico?

Um inventário iria dar conta dessa peça, dessa variante e naturalmente ela ficaria protegida. Agora temos de ter em conta é que haverá tantas versões da chamarrita, da saudade, das benzeduras, dos processos culinários, enfim, de tudo aquilo que possa constituir o nosso património imaterial, haverá tantas versões, tantos bens, quantas as pessoas que fornecerem a sua versão.

É por isso que digo que um inventário desses nunca estará concluído e seria errado, seria passar um sinal errado às novas gerações dizendo que o património imaterial dos Açores é o que está naquele livro, quando naquele mesmo momento já existem dezenas ou milhares de outras versões. É por isso que alertei para o risco da fixação em livro.

Quando iniciámos o inventário do património móvel ainda não havia os meios informáticos que hoje existem e avançou-se para o livro, para o suporte livro, mas quando avançámos para o atlas linguístico dos Açores, já avançámos (tem

um suporte em livro) para um suporte digital que permite identificar características fonéticas, morfológicas, semânticas, etc., de todas as ilhas.

No que diz respeito a este tipo de inventário de facto faz sentido que ele seja em suporte digital, porque tem uma capacidade praticamente infinita de integração de bens e permite aquela busca cruzada para termos uma noção de que este património, o essencial deste património, além de ser a reprodução de uma memória e de uma tradição, é essencialmente a reprodução de uma variedade. É essa grande variedade que existe na cultura popular que não pode ser amarrada num livro. Tem de ser recolhida naturalmente e depositada num meio que possa dar de facto toda a possibilidade dos utentes afluírem com todo o proveito da sua existência.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sr. Deputado Paulo Estêvão agradeço o esclarecimento que me prestou e se me permite concluo que o objeto da sua proposta de resolução (e até depois de ouvir o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura) deveria, em minha opinião (é claro, é a minha opinião), introduzir melhoramentos ao quadro legal que enquadra o inventário do Património Imaterial dos Açores, designadamente nalgumas questões que têm a ver com a calendarização, com aspetos geográficos e por fim a edição dessa inventariação, porque – e se não me falhou nada da intervenção do Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura – aquilo que este Parlamento irá aprovar não é bem aquilo que o Governo Regional irá fazer, ou pelo menos aquilo que é a intenção de V. Exa. ao propor o Atlas do Património Cultural Imaterial dos Açores não é aquilo que o Governo Regional vai fazer, pelo menos aquilo que depreendi.

V. Exa., Sr. Secretário, não tem ideia e não acha aconselhável que o tal atlas apareça fisicamente em suporte de papel. Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, julgo que há aqui alguns equívocos que deveriam ser devidamente esclarecidos.

O PCP irá aprovar a sua iniciativa, embora com estas reticências, mas há aqui alguns equívocos que V. Exa. devia esclarecer com o Governo Regional e com o Partido Socialista uma vez que me parece que aquilo que vão aprovar não é exatamente aquilo que têm intenção de concretizar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Gostaria de lembrar antes de mais que esta legislação é muito recente, portanto, penso que todos estamos interessados em trabalhar nela, sobre ela, para que ela cresça, para que ela viva e para que corresponda realmente às necessidades de inventariação, de levantamento desses dados e acho que nisso estamos unânimes, temos é que perceber que é realmente uma legislação muito jovem ainda e que trilhará seguramente bem o seu caminho.

Gostaria só de chamar a atenção, de reforçar esta ideia, de que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que o mais adequado seria sempre, neste contexto, um atlas ele próprio imaterial no seu suporte, ser no suporte digital.

Aliás, até dou como exemplo (e o conceito de atlas alterou-se ao longo dos tempos e neste momento o conceito de atlas assume realmente formatos multimédia, suportes multimédia) um atlas interessante da Universidade de Aveiro, o Atlas Multimédia Prosódico do Espaço Românico que se debruça sobre a vocalização das palavras, a pronúncia.

Portanto, penso que todos imaginamos facilmente que os Açores só teriam a ganhar com a elaboração de um (chamemos-lhe) atlas com as ilhas, clicando em cima das ilhas, com as várias expressões, as várias manifestações culturais, portanto, seguindo a forma de um atlas, mas um atlas multimédia. Foi essa a leitura que o Grupo Parlamentar fez, concordando novamente com a iniciativa, fazendo essa ressalva.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acho que a intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires faz todo o sentido.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Acho que sim, Sr. Deputado!

O Orador: É preciso clarificar estas questões.

Nós o que temos aqui neste momento volto a reforçar.

O inventário que existe é um inventário anárquico, ou seja, não existe uma sistematização no sentido de dizer o que é que vamos fazer para o ano. Vamos começar a fazer a recolha de todas as tradições, gastronomia das diversas ilhas, vamos fazer isso?

Não! Não está calendarizado, não está organizado nesse sentido. Não existe. Estou a dizer esta organização, porque isto foi adotado noutras regiões da Europa, não existe uma organização estruturada nesse sentido.

Vamos fazer a recolha. Vamos, por exemplo, fazer a recolha de todas as tradições associadas à gastronomia nas diversas ilhas? Podíamos fazer isso.

Não, não está!

O que há aqui, no atual atlas, é uma publicação de obras que têm sido feitas por diversos autores açorianos. Por exemplo, podemos encontrar *Romarias, uma democracia de fraternidade*, de Daniel de Sá, de 18-03-2012.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Deputado ouviu o que o Sr. Secretário disse?

O Orador: Isto foi feito. Isto foi o que foi feito. Isto é uma obra e essa obra é evidente, é um trabalho que foi colocado no inventário regional, mas não foi colocado...

Há pouco estava-me a dizer em relação ao aperfeiçoamento da legislação. Veja bem: o que a legislação contempla, que é a publicação em Jornal Oficial do registo de todas as entradas para o inventário regional, não foi feita, ainda não foi publicada, uma única vez (ao contrário do que está na legislação), nenhuma

entrada. Ou seja, do ponto de vista legal o inventário regional não tem nada, até ao momento não há nenhuma entrada.

Diz-me o Sr. Deputado: “Nós temos de aperfeiçoar a legislação.”

Não é necessário, o que se tem de fazer é cumpri-la. Cumprir a legislação, mas isso evidentemente o Governo irá fazer.

O conceito de atlas e em relação à questão de suporte digital ou suporte de papel não me choca. Devo dizer que em relação ao suporte não está escrito no Projeto de Resolução que tem de ser com suporte de papel. Não está escrito isso. A mim não me choca que se venha a optar por um suporte digital.

O que eu quero é que o conceito de atlas implique a sistematização, calendarização, organização desta recolha. Isso é o que implica.

Por exemplo, estou a mostrar a esta câmara o trabalho que foi feito no caso da Andaluzia. Tem suporte de papel e tem suporte digital. Tem os dois formatos.

Evidentemente nunca teremos os cheiros das comidas, mas podemos ter o som das canções e podemos ter outros elementos visuais, que são importantes, e sonoros.

Agora a questão é a seguinte: o que eles têm depois do ponto de vista de organização é uma organização territorial de recolha sistemática e calendarizada destas tradições e destes elementos do património imaterial. Depois se o Governo quiser optar por fazer apenas uma recolha e uma publicação digital, isso é um problema do Governo. Se o quiser fazer o Projeto de Resolução não refere que tem de ser em papel. Portanto, o que devo dizer é o seguinte:...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é isso que V. Exa. propõe!

O Orador: ...se eu tivesse responsabilidade nessa matéria faria a publicação nos dois suportes, no suporte digital e no suporte de papel. Mas essa não é a questão essencial. O que é essencial é o método, ou seja, uma recolha organizada, sistematizada e territorialmente equilibrada (incluindo todas as ilhas) do Património Imaterial. Um processo sistemático e organizado.

Essa é que é a questão fundamental.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): É o que está escrito, é?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** (*Luiz Fagundes Duarte*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só uma vez que veio esta questão processual entre o Sr. Deputado Aníbal Pires e o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

De facto gostaria de salientar que não há (e como acabou de dizer o Sr. Deputado Paulo Estêvão) a questão formal, final do processo, é mais uma decisão técnica do que propriamente política, o que de facto é necessário é que o inventário seja feito.

Gostaria apenas de salientar que a nossa legislação recente, que já foi referida aqui, o Decreto Legislativo Regional, diz no seu artigo 6.º: “A salvaguarda do património cultural e imaterial realiza-se fundamentalmente com base na inventariação.”

Ponto 2: “Para efeitos do presente diploma, inventariação consiste no levantamento participado [e cá está a ideia que o Sr. Deputado coloca no seu Projeto de Resolução], sistemático [como acabou de referir agora], atualizado e tendencialmente exaustivo [e tem de ser tendencialmente porque nunca chegará a ser exaustivo] das manifestações do património cultural imaterial de modo a permitir o respetivo inventário.”

Portanto, já está tudo criado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estás a ver?

(*Risos do Deputado Paulo Estêvão*)

O Orador: Ponto 3: “A inventariação realiza-se através de uma base de dados em linha de acesso público.”

Portanto, Sr. Deputado, ainda bem que trouxe esta preocupação aqui ao plenário, mas o essencial já está feito. Em termos de criação está, agora estão os trabalhos de campo a ser feitos. Já existem recolhas feitas, o Sr. Deputado já as consultou. É evidente que no espaço de 2 anos não poderíamos ter o inventário

feito, ainda falta muita coisa, mas ele está a ser feito em cumprimento desta legislação e, portanto, aquilo que o Sr. Deputado propõe aqui é que se faça aqui, através da Assembleia, uma coisa que a própria Assembleia já fez.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nunca arrasto uma discussão quando tenho um projeto que vai ser aprovado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas eu quero que o Sr. Deputado o faça!

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Mas acabou de discutir, Sr. Deputado!

O Orador: Já percebi que o senhor quer é que o Partido Socialista mude de opinião e me chumbe o projeto, mas a questão essencial é esta. A legislação está criada, acabei de dizer que não tenho nada a dizer em relação à legislação. O que acabei de constatar é que os processos que estão previstos na legislação não estão a ser implementados.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Mas lá chegaremos!

O Orador: Desde já não existe sistematização.

Sr. Secretário diga-me uma coisa, apresente-me uma calendarização deste processo. É que esta calendarização foi feita nas outras regiões que tive oportunidade de estudar.

Não tem! Este projeto não está a ser sistematizado. Não tem uma cobertura territorial dos Açores. A minha ilha não está lá. A ilha das Flores também não está lá com nenhum trabalho. Há um trabalho incompletíssimo, temos bons trabalhos de determinadas matérias, noutras não temos. Não há um trabalho sistematizado e organizado. Há legislação.

E mais! Há uma questão que foi colocada na legislação e muito bem pelo Governo anterior e que na minha perspetiva deve ser respeitada, que é a publicação. Aí é que nós temos a validação deste trabalho do ponto de vista

institucional. Este trabalho está validado, esta recolha está feita, é publicada no Jornal Oficial e não há uma única, que eu tive o cuidado de verificar o registo. Não foi feito. A legislação é de 2012, estamos em 2013. É evidente que podemos dizer que o processo está no início. Certo!

Mas o processo neste momento não está sistematizado, organizado e calendarizado. Isto é uma evidência.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Entenda isto como um reforço pedagógico agressivo ao Governo Regional!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário:

Acho que nós estamos globalmente de acordo, por assim dizer.

A única coisa que gostaria aqui de referenciar que o Sr. Deputado Paulo Estêvão, cuja preocupação todos nós partilhamos e o Sr. Secretário com certeza, refere, é a questão da calendarização. Essa questão da calendarização é que me parece complicada. O Sr. Secretário é que poderá responder de forma mais cabal, mas quando no artigo 5.º do DLR se diz que a “iniciativa para a inventariação pertence ao departamento do Governo, às autarquias locais, ou a qualquer comunidade, grupo ou indivíduo”, esta participação é de tal forma alargada, de tal forma abrangente (e ainda bem que assim é) que não será fácil dizer que no ano de 2014 só vamos inventariar gastronomia, ou que no ano de 2015 só vamos às festividades do Espírito Santo.

Portanto, creio que essa questão da calendarização é de operacionalização difícil dada a abrangência da iniciativa, do poder da iniciativa e o carácter dinâmico e vivo destas coisas. **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Está cada vez mais claro, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha última intervenção sobre esta matéria.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tem a certeza?

O Orador: Considero que do ponto de vista metodológico nenhum projeto se pode implementar sem uma calendarização. Isso a mim parece-me evidente. Agora essa calendarização não deve impedir que outros processos formais ou informais não sucedam. Tem que existir uma calendarização. Temos de começar a fazer uma coisa num determinado momento e temos que saber que a vamos terminar noutra momento.

Por exemplo, na Andaluzia definiu-se: “Vamos começar em 2008 e terminamos em 2012.” E terminaram!

Deputada Catarina Moniz Frutado (PS): Por que é que o senhor ainda não propôs isso nesse decreto?

O Orador: Nas Canárias vão terminar em 2014. Há uma definição do processo. Por exemplo, eles tiveram 6 meses em que fizeram só formação de quem está a fazer a recolha. Fizeram uma formação com os elementos todos que eram fundamentais, o universo geográfico, como é que se normaliza a recolha de informação, como é que o processo de trabalho no terreno é realizado.

Portanto, isto são centenas e centenas de processos que estão aqui normalizados e que permitem fazer um trabalho científico e um trabalho bem organizado. Ora isto tem de ser calendarizado, sistematizado e fundamentalmente tiveram essa preocupação.

Nós também temos que ter um processo não só de ilhas que têm uma enorme dinâmica cultural, como nós sabemos que têm, por exemplo, a Terceira ou São Miguel, mas temos que implementar todas as ilhas, temos que garantir que todas as ilhas têm essa recolha.

Por exemplo, já dei esse exemplo, não há nada sobre determinadas ilhas.

Deputada Catarina Moniz Frutado (PS): Mas o senhor não está impedido de fazer isso. Proponha!

O Orador: Portanto, o que nós temos é um processo anárquico, que não está organizado, não está sistematizado, não está calendarizado.

Sr. Deputado, acho que estão claríssimas as suas dúvidas. **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Claríssimas, Sr. Deputado!

O Orador: O que quero é um processo digital ou de papel (o que o Governo Regional vier a decidir sobre esta matéria), mas que nos permita dizer que este trabalho de recolha do inventário imaterial está feito no ano x: 2016, 2017, 2018...

Vamos definir isto, isto está feito e este trabalho está organizado. Está organizado, está estruturado desta forma e a formação foi feita a partir deste período. Isto está devidamente estruturado.

Nós temos atualmente um processo anárquico que não está normalizado, não está sistematizado e não nos vai levar a lado nenhum durante muitos anos.

Portanto, o que nós pretendemos é que isto venha a estar devidamente disponível para todos os açorianos, para quem nos visita e fundamentalmente que proteja este enorme património cultural que esta Região tem, graças a Deus.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo vamos então passar à votação do Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Para um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 4 horas e 25 minutos.

Eram 16 horas e 11 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares.

Eram 16 horas e 34 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos. Entramos agora no ponto 5 da Agenda da Reunião com a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 7/X – “Estabelece o III Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada”**.

Para apresentação do diploma, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Programa Regional de Apoio à Comunicação Social, PROMEDIA, constava de um Decreto Legislativo Regional aprovado em 2009 nesta Assembleia e vigorou durante o período de 2009-2012.

O Governo Regional, reconhecendo a importância do valor público de uma comunicação social ativa, dinâmica e plural apresenta o novo programa regional destinado aos órgãos de comunicação social privados, garantindo mecanismos específicos de apoio para diversas áreas dessa atividade de interesse público.

Assim, o Governo apresenta esta iniciativa que visa estabelecer o terceiro Programa Regional de Apoio à Comunicação Social privada, denominado PROMEDIA III, programa que terá uma vigência de 4 anos e corresponde ao quadriénio 2013-2016.

Tendo em conta a necessidade de consensualização e de concertação com os parceiros e diretos interessados, o Governo dos Açores procedeu a uma ronda de auscultação aos responsáveis de todos os órgãos de comunicação social privados da Região com o objetivo de recolher os seus contributos com vista à elaboração deste novo programa.

O programa mantém três das modalidades de apoio previstas no regime anterior, nomeadamente modernização tecnológica, apoio à difusão informativa e qualificação profissional, e é criado um apoio especial à produção.

Em relação ao programa anterior importa destacar as seguintes alterações: majoração aos apoios para os projetos das ilhas do Pico e do Faial; a extensão do apoio a pessoas singulares ou coletivas proprietárias ou editoras de plataformas eletrónicas de informação regional e local; a possibilidade de se candidatarem aos apoios para qualificação profissional os profissionais em situação de desemprego e inscritos numa Agência de Qualificação e Emprego da Região; a obrigação da manutenção do quadro de pessoal ou do número de trabalhadores para as entidades beneficiárias dos apoios à modernização tecnológica, à difusão informática e à produção; a majoração de 10% que acresce à majoração prevista para os apoios à modernização tecnológica, a atribuir no caso de contratação de jornalistas; nos apoios à qualificação profissional aumento de 75% da comparticipação da taxa de inscrição e para 50% na comparticipação de propina; pagamento direto às entidades que prestam serviço de transporte aéreo.

Na primeira linha das preocupações desta iniciativa está a empregabilidade das pessoas, pelo que se prevê a candidatura de pessoas em situação de desemprego inscritas nos centros de emprego e a necessidade de manutenção do quadro de pessoal das empresas.

Assim, este programa visa potenciar a melhoria da liquidez das empresas. Visando potenciar a melhoria da liquidez das empresas de comunicação social criam-se mecanismos de adiantamento dos apoios previstos no artigo 22.º.

Estamos perante uma iniciativa que irá implicar uma maior sustentabilidade às nossas empresas de comunicação social e uma resposta para aqueles que trabalham nesta área.

O mais importante é que será também um contributo para a consolidação de iniciativas privadas no âmbito da comunicação social.

Importa também referir, e para concluir, que este novo programa prevê igualmente que não exista qualquer período de vazio em termos de apoios à comunicação social privada nos Açores, uma vez que o mesmo e que os respetivos efeitos irão reportar com efeitos e com retroatividade a 1 de janeiro do corrente ano.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Membro do Governo:

Antes de mais, importa lembrar que este debate começa onde acaba o plenário de maio sobre o anterior Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada dos Açores.

É bom não esquecer que o PSD avançou em dezembro com uma iniciativa legislativa que visava prorrogar o PROMEDIA II até à vigência do PROMEDIA III. Para evitar a suspensão prolongada dos apoios regulares numa conjuntura económica de dificuldades acrescidas.

Mas o PS primeiro protelou a discussão do diploma durante seis meses e depois, quando confrontado com o seu agendamento potestativo no plenário de maio, chumbou esta pretensão da comunicação social, com dois argumentos forçados. Que mais um mês não faria diferença aos jornais e às rádios e que valia a pena esperar porque o programa seguinte seria melhor que o anterior.

Foram os próprios jornais a desmentir o PS.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Primeiro, a manchete do “Açoriano Oriental” de 17 de maio titula “**Atraso no PROMEDIA sufoca rádios e jornais**”.

Depois, na audição parlamentar de 6 de junho ao representante de todos os cinco diários açorianos, o diretor do “Diário Insular” afirma que o PROMEDIA III, tal como proposto pelo governo, é pior que o PROMEDIA II.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah, pois!

O Orador: Aliás, o grande mérito desta proposta para o quadriénio 2013/2016, (e já não é para 4 anos Sr. Vice-Presidente, é só para 3 anos e meio) que já chega com seis meses de atraso, parece ter sido o de conseguir reunir os jornais “Açoriano Oriental”, “Correio dos Açores”, “Diário dos Açores”, “Diário Insular” e “Incentivo” numa posição conjunta contra o novo PROMEDIA, porventura sem precedentes, de forma clara e destemida.

Passo a citar: “*A proposta de PROMEDIA III que nos é submetida para parecer nada acolhe da audição prévia em que participámos e que foi promovida pela Presidência do Governo Regional;...*”

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: ... *não é sensível às circunstâncias e às disfunções atuais dos órgãos de comunicação social açorianos (em particular jornais) e é, inclusivamente, mais restritiva no acesso aos apoios que já existiam em programas anteriores*”. Fim de citação.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É muito grave!

O Orador: Por respeito e consideração aos jornais açorianos que cumprem nas suas ilhas uma missão de serviço público, esta opinião representativa dos destinatários do diploma já seria, por si só, motivo bastante para o voto desfavorável do PSD e, convenhamos, do Parlamento dos Açores.

Mas também a Associação Portuguesa de Radiodifusão, representando metade das duas dezenas de rádios privadas autorizadas a emitir na Região e não tendo sido sequer consultada pelo Governo, tomou a iniciativa de enviar ao Parlamento um parecer devidamente fundamentado para alteração de boa parte do diploma.

Concluimos assim que a proposta do Governo, tal como se apresenta ao Parlamento, não serve os interesses altruístas dos jornais e das rádios a que se destina e, portanto, não serve o interesse geral da Região Autónoma dos Açores. Cabe agora ao Parlamento aperfeiçoar substancialmente a proposta do Governo com base em três pressupostos essenciais.

Primeiro: a comunicação social é indispensável para o normal funcionamento de uma sociedade democrática.

Segundo: os jornais e as rádios têm ainda mais importância – mas também têm ainda mais custos – numa região pequena, isolada e descontínua.

Terceiro: as dificuldades habituais das nossas empresas estão seriamente agravadas pela conjuntura económica.

Fazer comunicação em espaço insular e em tempo de crise, afinal, só tem uma de duas opções – ou é apoiada pelo poder público ou morre à falta de mercado privado.

Não é possível manter uma rádio na Graciosa ou um jornal nas Flores com as receitas próprias de publicidade local ou venda de assinaturas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é só na Graciosa! Em São Miguel e na Terceira!

O Orador: Como não é possível conceber as nossas ilhas sem uma voz própria – falada ou escrita – que as ligue aos seus residentes, ao resto dos Açores e à Diáspora açoriana.

Basta aqui recordar o desaparecimento sintomático dos nossos jornais centenários “A União” e “O Telégrafo”, bem como do “Correio da Horta”, tristemente associado já ao período de vigência de um PROMEDIA, pelos vistos, insuficiente.

A comunicação social privada dos Açores precisa, portanto, de um apoio consequente – mesmo que seja, nesta fase e nalguns casos, um apoio sobrevivente.

Não se trata aqui de conceder uma esmola para alimentar um capricho.

Trata-se, sim, de compensar uma entidade de carácter privado que presta um serviço de interesse público.

Importa visitar, ouvir e conhecer os órgãos locais de comunicação social – como fizemos aliás no primeiro semestre desta legislatura por 15 jornais e 18 rádios de todas as ilhas – para perceber as necessidades que têm e compreender as expetativas que mantêm.

É por respeito ao seu trabalho que nos opomos a esta proposta governamental.

É por consideração à sua missão que nos propomos a uma melhoria parlamentar.

Significativamente, estamos perante o único governo das 10 legislaturas da Autonomia dos Açores que não dedica uma única palavra do seu programa de mandato à comunicação social açoriana. Este pecado original, por opção ou omissão, não tem perdão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, não dizendo nada, já diz tudo sobre a forma como este governo encara os jornais e as rádios das nossas ilhas.

Deputados Joaquim Machado e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: A sua insensibilidade aumenta a nossa responsabilidade.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Como Partido responsável e proponente, o PSD entregou antecipadamente na Mesa e apresentará oportunamente no debate um contributo global, bem-intencionado e bem fundamentado, para melhor adequar a atribuição dos apoios públicos às reais necessidades dos órgãos privados.

Por exemplo, é preciso **eliminar um novo requisito irrealista que obriga as entidades beneficiárias a assumirem contratualmente o compromisso de não alterarem os seus colaboradores até 31 de dezembro de 2016!**

É preciso **introduzir o principal apoio à produção dos jornais que consiste na comparticipação dos custos determinantes de consumo de papel e chapas de impressão;**

É preciso **facultar às empresas editoras dos jornais a possibilidade de optarem pelo pagamento governamental da expedição postal ser feito diretamente ao prestador do serviço;**

É preciso **acrescentar a obrigatoriedade de só poderem beneficiar de apoio público as plataformas eletrónicas que sejam geridas por entidades que estejam registadas na Entidade Reguladora para a Comunicação Social;**

É preciso **alargar os apoios da formação profissional a outras categorias que não apenas jornalistas e às empresas em geral que não apenas os seus agentes individualmente;**

É preciso **abranger também outras categorias profissionais na majoração dos apoios previstos para a contratação de jornalistas;**

É preciso **tornar vinculativo o parecer da comissão de análise das candidaturas ao PROMEDIA.**

Estas propostas de alteração são veiculadas pelo PSD mas suscitadas pelos próprios órgãos de comunicação social para tornar mais realista, proveitoso e

consequente um programa que se pretende de verdadeiro apoio aos jornais e às rádios de todas as ilhas.

Há outras formas importantes de apoio indireto aos jornais e às rádios – tão ou mais determinantes do que estas, porque potenciam as receitas comerciais e não apenas minimizam as despesas operacionais. É o caso da publicidade institucional, por exemplo, que cumpre o duplo objetivo de apoio a uma atividade privada através de um serviço público, mas que, pelas suas características específicas deve ser objeto de tratamento autónomo em diploma próprio, como o PSD, em devido tempo, proporá.

Se o Governo estiver tão bem intencionado como o PSD, a comunicação social dos Açores terá o apoio que precisa e merece.

A bem dos Açores e dos Açorianos.

Obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura: Relativamente a esta iniciativa, a este *upgrade* do PROMEDIA, queria começar por reconhecer que traz aqui algumas novidades que até consideramos positivas, como sejam desde logo o desaparecimento das opacas iniciativas de interesse regional, a obrigação da manutenção dos postos de trabalho e a criação de majorações para novas contratações (aliás e a este propósito a Representação Parlamentar do PCP nas propostas de alteração que faz na especialidade procura clarificar e aprofundar este aspeto). Ainda como aspeto positivo registo também o facto das ilhas do Faial e do Pico serem majoradas como ilhas de coesão e

ainda o aumento dos apoios e a possibilidade de adiantamento de alguns valores.

Mas esta iniciativa que o Governo nos traz aqui continua a ter alguns problemas. Desde logo – já foi aqui referido aliás pelo Deputado José Andrade – o facto da comissão de acompanhamento, o parecer da comissão de acompanhamento, não ser vinculativo e deixa por resolver a questão de fundo que é a própria sustentabilidade financeira das empresas de comunicação social. Aliás, também já referido aqui pelo Deputado José Andrade, mas também referido pelo Dr. José Lourenço em sede de audição, o facto de que a publicidade institucional é de facto a opção preferível, mais do que outras.

Face à avaliação que fazemos desta iniciativa e também ao conjunto de propostas de alteração que a Representação Parlamentar do PCP e outras bancadas fizeram ao diploma, a Representação Parlamentar do PCP irá abster-se na votação na generalidade e aguardar pela especialidade para depois tomar a decisão que entender por conveniente na votação final global.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda acompanha o Governo Regional nalgumas das preocupações vertidas e depois operacionalizadas nesta proposta de Decreto Legislativo Regional, abreviadamente PROMEDIA III.

Desde logo acompanhamos o reconhecimento da mais-valia e do valor público de uma comunicação social ativa, plural e dinâmica e evidentemente sustentável na sua natureza privada. Acompanhamos também o Governo Regional na sua preocupação pelo apoio à empregabilidade.

Acompanhamos também o Governo Regional no requisito de que uma empresa privada, apoiada com dinheiros públicos, deve garantir a manutenção e até o reforço dos postos de trabalho e este requisito para o Bloco de Esquerda não é

só uma exigência do apoio prestado a qualquer órgão de comunicação social privado, mas de uma maneira geral a qualquer empresa privada que seja apoiada com dinheiros públicos. Pensamos que é o mínimo que se lhe pode exigir.

Portanto, acompanhamos o Governo Regional nestas preocupações.

Não acompanhamos o Governo Regional no caráter restritivo que comprovadamente, como aliás intervenções anteriores já tiveram oportunidade de demonstrar de forma cabal, este PROMEDIA III significa relativamente ao anterior, ao PROMEDIA II, e também não acompanhamos na recusa em acolher, em reconhecer a justiça e a justeza de algumas chamadas de atenção e de algumas propostas feitas por diferentes órgãos de comunicação social de entidades suas representativas.

Nesse sentido, o Bloco de Esquerda abster-se-á relativamente a este diploma e aguardará pelo posicionamento e a aprovação, ou não, de variadas propostas de alteração de diferentes bancadas, com as quais nós concordamos, às quais daremos o nosso voto favorável, e em sede de votação final decidiremos qual será o sentido de voto face à aprovação, ou não, pela maioria, dessas propostas de alteração.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima, agora sim, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que este ainda não será o último PROMEDIA. É um PROMEDIA que já vai na sua terceira versão e esperava-se que efetivamente viesse um PROMEDIA melhor.

É preciso reconhecer que a comunicação social privada, como já o disse, faz um extraordinário serviço público na Região Autónoma dos Açores.

Aliás, a comunicação social, independentemente do seu cunho privado ou público, é essencial à democracia. Sem a comunicação social independente, livre não existiria se calhar democracia.

É preciso numa região arquipelágica como a nossa, numa região de ilhas pequenas, de mercados muito pequenos, ter apoios à comunicação social privada. Só que neste momento e nesta altura de crise tanto se deve apoiar um órgão de comunicação social das Flores, como da Terceira, como de São Miguel, porque de facto a dimensão do seu mercado, os seus assinantes, as suas assinaturas, cada vez é mais igual, cada vez tem mais dificuldades e nesse sentido nós temos várias propostas de alteração.

Já o tínhamos feito no passado diferenciando rádios de jornais, atribuindo apoios diferenciados a fatores de produção aos jornais, à imprensa escrita, e atribuindo apoios diferenciados às rádios e também sobretudo introduzindo regras claras, objetivas para não se apoiar qualquer um que se diga jornal ou órgão de comunicação social, nomeadamente obrigando à inscrição na ERC desses jornais, nas plataformas digitais.

Temos várias propostas de alteração. A nossa posição sobre este diploma não é fechada. Queremos discuti-las com a maioria do Partido Socialista e obviamente que estamos disponíveis para as discutir e, com certeza, que se forem aprovadas, nós também, na votação final global, estaremos disponíveis para aprovar este diploma.

Neste momento, da maneira que ele está, não merece a nossa aprovação e por isso mesmo vamo-nos abster nesta primeira votação. Na especialidade veremos a disposição e a disponibilidade do Partido Socialista para acolher as propostas da oposição, nomeadamente as do CDS que melhoram substancialmente este documento, que são aliás algumas reivindicações de órgãos de comunicação social, são aliás propostas também de jornalistas e também são algumas que já fizemos no passado e que repetimos agora, melhorando e aumentando, porque a crise efetivamente aumentou nos Açores e a comunicação social tem cada vez mais dificuldade em sobreviver nos Açores.

Os exemplos são vastos. Ainda há pouco tempo se fechou um diário, um diário centenário, importantíssimo e fechou exatamente porque não tinha dinheiro para ser sustentável e teve que fechar e encerrar as suas portas. Com certeza se tivesse apoios à sua produção estaria aberto,...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Há empresas que fecharam também!

O Orador: ...manteria a pluralidade e era mais um espaço onde poderia haver diferença de opinião.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Para uma interpelação, Sra. Presidente, para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental. Regressamos às 5 e meia.

Eram 16 horas e 59 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então retomar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 46 minutos.

Estávamos no período de debate.

A Mesa de momento não tem inscrições.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão estava inscrito. Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No que diz respeito a este diploma começava por fazer o enquadramento daquele que é o nosso contexto de atuação e a interpretação que fazemos no âmbito desta matéria.

A questão para nós é esta. Nós temos a perceção que a comunicação social açoriana se encontra muito fragilizada no âmbito do contexto económico que estamos a viver.

A comunicação social açoriana é absolutamente fundamental tal como as outras, mas esta questão, do ponto de vista do nosso território, adquire ainda uma maior importância, uma importância, digamos assim, ainda mais decisiva

dadas as características políticas e as características do ponto de vista social que estamos a atravessar.

Temos uma Região Autónoma dos Açores em que o partido que sustenta o Governo tem um poder quase absoluto na Região Autónoma dos Açores há 17 anos.

Deputado Francisco César (PS): Ainda não tem 17 anos!

O Orador: Temos uma administração regional de uma grande dimensão e uma administração regional que se encontra, uma parte significativa das suas capacidades e da sua logística, colonizada pelo partido do poder.

Isto significa que o Partido Socialista tem uma enorme hegemonia política, domina a administração regional e ainda tem formas de comunicação institucional que tem mais meios que qualquer outro órgão de comunicação social na Região Autónoma dos Açores.

Nós temos os gabinetes, temos os assessores,...

Deputado Berto Messias (PS): E temos democracia!

O Orador: ...temos um conjunto de meios por parte do Governo e por parte do partido dominante que tornam o fornecimento de informação e que tornam esta questão da transmissão de informação numa luta absolutamente desigual entre o partido dominante e as oposições.

Portanto, é este o enquadramento que nós fazemos.

Nesta perspetiva, mais do que nunca, é necessário para a sobrevivência do pluralismo na Região Autónoma dos Açores que os instrumentos de apoio à comunicação social dos Açores sejam reforçados e se adequem às características que nós enfrentamos e às dificuldades por que passam os diversos órgãos de comunicação social nos Açores.

O que é que diz a comunicação social, pelo menos o parecer subscrito pelo jornal *Diário Insular*, o jornal *Açoriano Oriental*, o jornal *Correio dos Açores*, o jornal *Diário dos Açores*, o jornal *Incentivo*?

O que diz a comunicação social de forma muito sintética sobre esta proposta é o seguinte: “A proposta do PROMEDIA III que nos é submetida para parecer nada acolhe da audição prévia em que participámos e que foi promovida pela

Presidência do Governo Regional. Não é sensível às circunstâncias e às disfunções atuais dos órgãos de comunicação social açorianos e é, inclusivamente, mais restritivo no acesso aos apoios que já existiam em programas anteriores.”

Isto só por si significa um chumbo por parte dos destinatários deste programa, que o consideram inadequado e ainda menos funcional que os anteriores.

Há um conjunto de sugestões que aqui são feitas também para melhorar este tipo de apoios. Penso que estas sugestões já foram aqui lidas nesta sessão, portanto, não vou voltar a fazer referência às mesmas.

Por isso, o nosso posicionamento é um posicionamento construtivo nesta matéria. Nós vamos verificar qual é a decisão da maioria em relação às diversas propostas realizadas pela oposição política, que em grande parte vão de encontro às sugestões e ao parecer dos órgãos de comunicação social, vamos ver qual é esse posicionamento. O PPM depois, na votação final que irá realizar, terá em conta a abertura do Partido Socialista em relação às diversas questões, em relação às diversas propostas. Para já posso anunciar que o PPM se abstém.

Depois na votação final global vamos verificar quais foram as propostas e como é que fica a redação final deste documento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Moura.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já foi aqui manifestado nesta casa o reconhecimento, e é unânime, pelo papel importantíssimo dos órgãos de comunicação social na consolidação do projeto autonómico e da própria democracia.

O papel dos órgãos de comunicação social é de facto essencial e para isso precisamos de órgãos de comunicação social fortes e independentes.

Nos Açores temos várias formas de apoio a estes órgãos de comunicação social e o PROMEDIA, que o Governo trouxe a esta casa e que o Grupo Parlamentar

do Partido Socialista apoia, aponta no sentido de reforçarmos a sustentabilidade económica financeira desses órgãos de comunicação social, porque o PROMEDIA defende os apoios aos investimentos, propõe e apoia os apoios aos investimentos, às novas tecnologias, à formação profissional.

Achamos esses apoios fundamentais, bem como os apoios para a manutenção na atual conjuntura difícil que todos atravessamos dos postos de trabalho.

Relembro aqui a afirmação do Sr. Deputado Artur Lima na comissão. Vendo aqui o relatório o Sr. Deputado disse que a “independência de qualquer instituição depende da sua sustentabilidade”. Estamos absolutamente de acordo com o Sr. Deputado Artur Lima e pensamos que isto é o essencial e o cerne da questão. É a sustentabilidade financeira, o mérito do projeto e digamos assim toda a capacidade que as empresas têm para desenvolver esses projetos. Podemos é não estar de acordo quanto à forma de apoiar a sustentabilidade financeira desses órgãos de comunicação social, mas consideramos que a melhor maneira de apoiar a sustentabilidade financeira é apoiar os investimentos estruturantes e esses são feitos sem dúvida na maquinaria, nas novas tecnologias, nas comunicações, são os investimentos que são apoiados aqui no PROMEDIA.

O PROMEDIA é apenas mais um programa a que os órgãos de comunicação social têm acesso, porque é preciso lembrar que existem outros programas e que o Governo continua a lançar uma série de programas para apoio aos órgãos de comunicação social, para apoio às empresas, digo eu, a que os órgãos de comunicação social podem concorrer. É o caso de vários órgãos de comunicação social que já foram apoiados pelo Programa de Valorização do Emprego com apoios substanciais, atendendo à manutenção dos postos de trabalho. Esses mesmos órgãos de comunicação social beneficiaram também, por exemplo, de apoios que foram instituídos pelo Governo através da concessão de linhas de crédito.

Portanto, há uma série de instrumentos. O PROMEDIA é mais um e achamos que ele vai no sentido correto ao apoiar os investimentos estruturantes,

nomeadamente nas novas tecnologias, nos equipamentos, na formação profissional.

Quanto à manutenção dos postos de trabalho achamos que é essencial, mas admitimos também que face à atual conjuntura e às atuais dificuldades não podemos ser fundamentalistas. Daí que vamos apresentar algumas propostas de alteração e acolheremos também algumas das propostas de alteração que foram feitas no sentido de melhorar o diploma do Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação na generalidade desta proposta de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de DLR apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 13 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos então passar ao debate e votação na especialidade.

A Mesa recebeu várias propostas de alteração.

Pergunto se há inscrições nesta fase do debate.

Não havendo, vamos então passar à votação dos artigos.

Para o artigo 1.º e 2.º a Mesa não recebeu qualquer proposta de alteração, por isso proponho à Assembleia a sua votação em conjunto.

Não havendo oposição, vamos então votar o artigo 1.º e 2.º da proposta de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 3.º temos uma proposta de alteração para a alínea a), apresentada pelo CDS.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para a alínea c) do artigo 3.º temos também uma proposta de alteração apresentada pelo CDS.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Esta proposta de alteração, Sras. e Srs. Deputados, visa exatamente combater algum tipo de abusos que possa existir de plataformas que possam estar registadas e nós entendemos que para serem apoiadas devem estar devidamente registadas na Entidade Reguladora para a Comunicação Social e só assim se puderem submeter a estes apoios governamentais.

O n.º 2 já agora aproveito para explicar que é uma questão...

Se o n.º 1 se refere aos órgãos de comunicação social, o n.º 2 refere-se aos seus profissionais e dá-lhes a dignidade que eles também merecem de serem tratados neste diploma.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos então votar a proposta de alteração e uma vez que o Sr. Deputado também já aqui apresentou a argumentação para a proposta de aditamento do n.º 2, proponho à Assembleia votar em conjunto...

Sra. Deputada Isabel Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

É para pedir a votação em separado. Ia pedir a votação em separado do n.º 1 e do n.º 2, mas uma vez que já votámos uma alínea do n.º 1, então separar a votação: a alínea c) do n.º 1 e depois o n.º 2.

Obrigada.

Presidente: Muito bem.

Vamos votar apenas a proposta de alteração para a alínea c).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito bem.

Agora sim vamos proceder à votação da proposta de aditamento para o n.º 2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 13 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São contra a classe trabalhadora!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Passamos agora ao artigo 4.º. Para o n.º 1 e n.º 2 deste artigo não há propostas de alteração.

Proponho fazer a votação em conjunto.

Não havendo oposição, vamos então votar o n.º 1 e o n.º 2 do artigo 4.º da proposta de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os números do artigo anunciado foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passemos então agora à proposta de alteração apresentada pelo CDS. Nós temos aqui 3 propostas de alteração para várias alíneas. Não sei se poderei colocar a proposta de alteração em conjunto à votação, se preferem votar alínea a alínea.

Alínea a alínea.

Então vamos votar alínea a alínea.

A proposta de alteração apresentada pelo CDS para a alínea a) vai ser colocada à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 14 votos contra do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sr. Deputado José Andrade, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, só para esclarecer que o Grupo Parlamentar do PSD votou contra esta proposta específica do CDS-PP, porque temos uma proposta mais abrangente que pretende alargar os apoios da comunicação social a outras categorias profissionais que não apenas os jornalistas.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos continuar então a votação. Continuamos com as propostas de alteração apresentadas pelo CDS agora para a alínea b), do n.º 3, do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS para a alínea c), do n.º 3, do artigo 4.º.

Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Peço desculpa Sra. Presidente, mas não percebi o que é que estava à votação. É o n.º 4? Uma vez que as alíneas c) e d) assumem alíneas anteriores.

Presidente: Tem razão.

Queria informar que estando votadas as alíneas referentes ao n.º 3 ficam prejudicadas as propostas apresentadas pelo PSD e pelo PCP (apresentadas como propostas de alteração) para o n.º 3 deste artigo.

Deputado Francisco Coelho (PS): O PCP não tem propostas para o artigo 3.º.

Presidente: Peço desculpa. Tem razão.

Fica prejudicada a proposta apresentada pelo PSD.

Vou pedir um pequeno intervalo de 10 minutos, porque tenho um erro no quadro e preciso de o corrigir para evitar depois estes contratempos. Proponho um intervalo de 5 minutos, 5 minutos contando com alguns atrasos.

Eram 18 horas e 07 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 28 minutos.

Espero que agora o meu quadro já esteja correto, mas sei que posso contar com a vossa colaboração nesta votação para que assim eu também possa ter o trabalho facilitado.

Portanto, tínhamos feito a votação das propostas de alteração do CDS para o n.º 3 do artigo 4.º e vimos que a proposta de alteração apresentada pelo PSD estaria assim prejudicada.

Temos também uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista para uma nova redação do n.º 3.

Sra. Deputada Isabel Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Sra. Presidente a nossa proposta está materialmente prejudicada por uma proposta de alteração ao artigo 3.º, apresentada pelo CDS-PP e que acabámos de aprovar.

Presidente: Vamos então continuar a nossa votação.

Para o n.º 4, do artigo 4.º da proposta, temos uma proposta de alteração apresentada pelo CDS.

A ideia que eu tenho é que também tenho para este número uma proposta também do...

(Apartes inaudíveis da câmara)

Posso então continuar.

Obrigada pelos vossos esclarecimentos que muito ajudam a Mesa.

Vamos então colocar à votação a proposta do CDS para o n.º 4, do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Coloco agora à votação uma proposta de alteração para este mesmo n.º 4, apresentada pelo PSD.

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O PSD propõe que seja eliminado este n.º 4, do artigo 4.º que na proposta do Governo apresenta a seguinte redação: “Só podem ser beneficiárias dos apoios previstos no presente diploma, tendo em vista os objetivos previstos nas alíneas a), b) e d) do artigo 2.º [ou seja, a modernização tecnológica, a difusão informativa e o apoio à produção] as entidades que contratualmente se comprometam a manter, pelo período de vigência do presente programa, o respetivo quadro de pessoal, ou nos casos em que não exista, o respetivo número de trabalhadores.”

Ora esta norma foi introduzida este ano como novidade, mas é tão contestada por todos os jornais e por todas as rádios com inteira razão que nós entendemos que deve ser integralmente retirada.

O parecer dos jornais refere expressamente o seguinte: “Condiciona-se o recebimento de qualquer dos apoios à manutenção do quadro de pessoal, o que nos parece inadequado e irrealista, uma vez que amarra apoios variáveis que têm um destino e função específicos a emprego fixo.”

O parecer das rádios refere o seguinte: “Atendendo ao atual contexto de crise económica em que vivemos afigurasse-nos exagerada a exigência prevista.”

Ora perante este consenso que há quer dos jornais, quer das rádios, o PSD não pode senão propor a eliminação do n.º 4, do artigo 4.º.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos então passar à votação desta proposta apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Muito bem.

Passemos então agora à votação da proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Continuando no artigo 4.º, vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo PS para o n.º 5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do CDS-PP.

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, para chamar a atenção da Mesa.

Creio que falta votar ainda uma proposta de alteração para o n.º 5 do artigo 4.º do PSD e uma proposta de alteração para o n.º 6 do artigo 4.º do PCP. Ao nível do artigo 4.º.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Estou agora a votar a proposta de alteração para o n.º 5 do artigo 4.º e tenho duas propostas de aditamento, uma para o n.º 6, apresentada pelo PCP e outra do PS. Confirma-se.

Muito bem. Vamos então votar a proposta de aditamento para um novo n.º 6, apresentada pelo PCP.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de aditamento que a Representação Parlamentar do PCP propõe tem a ver com a clarificação de algumas questões que foram colocadas em sede de discussão na comissão, relativamente a questão da manutenção dos postos de trabalho. O PCP propõe que o não cumprimento dessa norma implique a devolução integral de todos os apoios recebidos durante o período de vigência do programa, ao abrigo do diploma que está para ser aqui aprovado.

Julgamos que as empresas que recebem apoios públicos têm de ter esta responsabilidade social. Não se pode apenas estar a apoiar as empresas (e com certeza, estamos de acordo). Aliás, todos os sistemas de incentivos, todos os diplomas que aqui foram trazidos a esta casa no sentido de apoiar as empresas e todos aqueles que estão em vigor mereceram o apoio do PCP, mas mereceram também sempre alguns reparos, designadamente o retorno que as empresas que recebem apoios públicos devem dar à Região e aos seus trabalhadores. Assim, o PCP julga que é fundamental a introdução desta responsabilidade às empresas que irão receber apoios no âmbito do PROMEDIA.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então votar esta proposta de aditamento apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Temos agora uma proposta de aditamento também para o n.º 6, apresentada pelo Partido Socialista.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Terminada que está a votação sobre o artigo 4.º...

Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, há uma proposta de alteração (referi há pouco) para o n.º 5, do artigo 4.º, do Partido Social Democrata, que ainda não foi votada.

Presidente: Sr. Deputado José Andrade.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, o PSD tinha proposto de facto uma alteração meramente formal do n.º 5, do artigo 4.º, mas ela deixa de fazer sentido pelo facto de não ter sido eliminado o n.º 4 como nós inicialmente propusemos.

Portanto, essa proposta fica prejudicada com a votação anterior do mesmo artigo.

Obrigado.

Presidente: Obrigada pelos esclarecimentos.

Vamos então colocar à votação o artigo 4.º com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 4.º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para o artigo 5.º temos apenas uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista para a alínea c).

Vamos colocar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para os artigos 6.º, 7.º, 8.º e 9.º a Mesa não recebeu quaisquer propostas de alteração, por isso proponho colocar a sua votação em conjunto.

Não havendo oposição, vamos então votar estes 4 artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 10.º temos uma proposta de alteração apresentada pelo CDS, para o n.º 1.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Agora passemos à proposta de alteração também apresentada pelo CDS para o n.º 2, do artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração apresentada para o n.º 3, do artigo 10.º.

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Esta alteração foi suscitada pelas rádios para passar a prever que a majoração exclusivamente destinada à contratação de jornalistas seja atribuída sempre que as entidades beneficiárias contratem um funcionário para o respetivo quadro de pessoal, independentemente da profissão ou função que ele possa vir a exercer (naturalmente categorias profissionais associadas ao exercício da comunicação social). Propomos essa abrangência justamente para corrigir uma discriminação laboral.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então votar a proposta de alteração para o n.º 3, do artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 10.º com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do CDS-PP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos votar agora o artigo 11.º da proposta, uma vez que para este artigo não foram apresentadas nenhuma alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração apresentada pelo CDS-PP para o n.º 2, do artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Para este mesmo n.º 2 a Mesa tem também uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista para o n.º 5, do artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: O CDS apresenta uma proposta de eliminação para o n.º 6, do artigo 12.º, que coloco agora à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 2 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos então passar à votação do aditamento para um n.º 7, apresentado pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos então agora votar o artigo 12.º com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Estamos a votar o artigo 12.º com as alterações que lhe foram introduzidas.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do CDS-PP.

Presidente: Para o artigo 13.º a Mesa recebeu uma proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Esta alteração foi sugerida pelas rádios para permitir que todos os profissionais necessários ao normal funcionamento de um órgão de comunicação social possam ser abrangidos por este apoio e não apenas os jornalistas como atualmente acontece.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está então à votação esta proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos então agora votar o artigo 13.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Estamos a votar o 13.º da proposta do Decreto Legislativo Regional.

Repito: pus à votação o artigo 13.º da proposta. Portanto, coloquei primeiro à votação a proposta de alteração, agora estou a colocar à votação o artigo da proposta, o 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 17 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passamos agora para o artigo 14.º e para uma proposta de alteração apresentada pelo CDS para o n.º 2 deste artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação uma proposta de eliminação do n.º 3 deste artigo 14.º, apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Peço desculpa.

Vai ser melhor repetir a votação para não haver dúvidas.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pode sentar-se. Vou repetir a votação.

Estávamos a votar a proposta de eliminação, apresentada pelo CDS, do n.º 3 do artigo 14.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 2 votos a favor do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passemos então agora à proposta de aditamento de um n.º 4, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

É a proposta de aditamento de um n.º 4 a este artigo 14.º, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do BE.

Presidente: Vamos então agora votar o artigo 14.º com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Estou a colocar à votação o artigo 14.º com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do BE.

Presidente: Vamos então passar às votações do artigo 15.º.

Temos uma proposta de alteração para o n.º 1, apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Para uma declaração de voto.

Presidente: Para uma declaração de voto faça o favor.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É para esclarecer a posição do PSD nesta matéria.

Nós entendemos ter uma proposta de alteração mais vantajosa que considera justamente o respeito e a discriminação positiva que é suposto em relação às chamadas ilhas de coesão e abstivemo-nos nesta votação específica justamente porque essa majoração das ilhas de coesão não está considerada.

Obrigado.

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado Artur Lima pode dizer que já está perdoado. Já fizeram as pazes!

Presidente: Srs. Deputados, pedia aos líderes o favor de se aproximarem da Mesa e ao Sr. Vice-Presidente.

(Pausa)

Para continuarmos os nossos trabalhos está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista para o n.º 1 do artigo 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

(Pausa)

Estamos a votar a proposta de alteração do Partido Socialista ao n.º 1, do artigo 15.º.

Vou repetir a votação.

Sr. Deputado Artur Lima e Sr. Deputado Francisco Silva podem-se sentar.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pode-se sentar.

Vou repetir a votação.

Nós estamos a votar a proposta de alteração ao n.º 1, do artigo 15.º, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do PPM.

Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*): É uma coisa como eu nunca vi!

(Risos do Vice-Presidente do Governo)

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Qual é a graça?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar as nossas votações.

Ainda dentro do n.º 1 temos propostas de alteração para várias alíneas apresentadas pelo CDS e pelo PSD.

Para a alínea a), do n.º 1, temos a proposta de alteração apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, agradece que me esclarecesse o que é que nós estamos a votar, porque agora perdi-me.

Presidente: Nós estamos a votar a proposta de alteração apresentada pelo CDS para a alínea a), do n.º 1, do artigo 15.º.

Peço um bocadinho mais da vossa paciência.

Nós estamos a votar para este n.º 1,...

Sras. e Srs. Deputados, para este n.º 1, do artigo 15.º existem algumas propostas de alteração para as alíneas e é isso que nós estamos agora a votar.

Sras. e Srs. Deputados, peço da vossa parte alguma compreensão, porque de facto começou mal, mas queremos acabar bem.

Vamos votar a proposta do CDS para a alínea a), do n.º 1, do artigo 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Para esta mesma alínea a) temos uma proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra...

Não sei se posso continuar.

Presidente: Sras. e os Srs. Deputados, a Sra. Secretária da Mesa está a ler a votação, a dar conta da votação. Agradeço algum silêncio.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passemos à proposta de alteração apresentada pelo CDS à alínea b), do n.º 1, do artigo 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para a alínea c), do n.º 1, do artigo 15.º, vamos colocar à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Para esta mesma alínea c) vamos agora votar a proposta de alteração apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora uma proposta de aditamento de uma alínea d), apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: O PSD tinha feito uma proposta de aditamento que era manter a redação da alínea c), mas uma vez que foi chumbada a vossa nova redação para a alínea c), fica naturalmente prejudicada esta proposta de aditamento.

Passamos agora para o n.º 2, do artigo 15.º, com uma proposta de alteração apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, o que estamos a votar?

Presidente: Estamos a votar a proposta de alteração ao n.º 2, do artigo 15.º.

Deputado José Andrade (PSD): Se a Sra. Presidente pudesse repetir a votação, agradecia!

Presidente: O Sr. Deputado José Andrade pede-me que repita a votação.

Peço às Sras. e aos Srs. Deputados que se sentem.

Vou colocar à votação a proposta de alteração ao n.º 2, do artigo 15.º, apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do CDS-PP e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Passemos agora às propostas de alteração apresentadas às diversas alíneas deste n.º 2, do artigo 15.º.

A primeira proposta de alteração é a do CDS, a alínea a), do n.º 2, do artigo 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam...

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, já votámos a proposta do CDS!

Presidente: Não. O que nós votámos anteriormente foi a proposta de alteração à redação do n.º 2, mas se não concordarem com esta forma posso votar primeiro as alíneas e depois a redação do articulado.

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Não. Seria a partir de agora.

Como havia uma alteração à redação do n.º 2, por isso é que coloquei à votação, não obstante haver também alterações às alíneas deste n.º 2.

Posso manter a votação assim?

Então vamos votar a proposta de alteração à alínea a), do n.º 2, do artigo 15.º, apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do CDS-PP e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração para esta mesma alínea a), apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passamos agora à proposta de alteração apresentada pelo CDS à alínea b), do n.º 2, do artigo 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 votos a favor do PSD e 2 votos a favor do CDS-PP.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração à alínea b), apresentada pelo Partido Socialista.

Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento de uma alínea c), apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação uma proposta também de aditamento de uma alínea c), mas agora apresentada pelo PSD.

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Salvo melhor interpretação, entendemos que esta nossa proposta da alínea c) ficou prejudicada com a reprovação da alínea c), do número anterior do mesmo artigo. Ou seja, o chumbo do consumo de papel de impressão a que se reportava agora esta alínea c) deixa de ter sentido nesta altura.

Obrigado.

Presidente: Obrigada pelo esclarecimento, Sr. Deputado.

Coloco agora à votação a proposta de alteração do PSD ao n.º 4, do artigo 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do CDS-PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Será colocada agora à votação a proposta de aditamento de um n.º 5 a este artigo 15.º, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Para os artigos 16.º e 17.º a Mesa não recebeu nenhuma proposta de alteração.

Pergunto se posso votar em conjunto os artigos 16.º e 17.º da proposta?

Não havendo oposição está em votação os dois artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, votámos o artigo 15.º?

Presidente: Propus a votação em conjunto dos artigos 16.º e 17.º.

Esqueci-me de fazer a votação do 15.º com as alterações que lhe foram introduzidas. Vou fazê-lo agora.

Vamos votar o artigo 15.º com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado pela lembrança.

Penso que posso considerar a votação ao 16.º e ao 17.º, da mesma forma como o tínhamos feito.

Avançamos então para o artigo 18.º.

Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo PCP ao artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 18.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Vou repetir a votação.

Coloquei agora à votação o artigo 18.º da proposta de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Os artigos 19.º, 20.º e 21.º não têm propostas de alteração.

Pergunto se posso fazer a votação em conjunto dos artigos 19.º, 20.º e 21.º?

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Entramos agora no artigo 22.º. Temos uma proposta de alteração apresentada pelo PSD ao n.º 2, do artigo 22.º.

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Esta alteração visa que para além da carga aérea passar a ser paga diretamente à SATA, como propõe o Governo, também a expedição dos jornais passe a ser paga diretamente ao respetivo operador. Permite a possibilidade, mas não impõe a obrigatoriedade por respeito para com os jornais que são distribuídos por meios próprios e não através dos correios.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então votar a proposta de alteração apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 22.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 19 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 23.º da proposta do Decreto Legislativo Regional.

O Sr. Deputado Joaquim Machado pede a palavra para?

(Aparte inaudível do Deputado Joaquim Machado)

Presidente: Estou agora a votar o artigo 23.º da proposta que não tem propostas de alteração e depois é que vou votar o artigo 24.º.

Artigo 23.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 24.º temos uma proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O PSD propõe uma alteração ao artigo 24.º que passaria a ter assim a seguinte redação: “As candidaturas aos apoios do PROMEDIA III são obrigatoriamente submetidas ao parecer prévio vinculativo da comissão de análise de candidaturas.”

Esta alteração foi suscitada por denúncias recentes de que pareceres da comissão estão a ser desrespeitados pelo Governo,..

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ...quando a própria existência da comissão, pela sua natureza e pela sua composição, visa exatamente salvaguardar a transparência da concessão dos apoios públicos à comunicação social privada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Sr. Vice-Presidente não dá pareceres vinculativos!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Exatamente para manifestar a nossa concordância com esta proposta, para que o parecer efetivamente desta comissão...

Se há respeito por esta comissão, se ela foi nomeada, se tem efetivamente alguma utilidade, devemos respeitar as suas decisões e ser vinculativo esse parecer.

Parece-nos absolutamente fundamental para tirar do controlo do Governo toda e qualquer tentação do controlo da comunicação social como já aqui se verificou em vários artigos, que é o controlo total da comunicação social, nomeadamente através no artigo 5.º, e neste trata-se pura e simplesmente disso: do Governo manter a sua mão pesada e ameaçadora...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Numerosa!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Numerosa, muito bem dito!

O Orador: ...para deixar cair a todo o momento sobre quem não lhe obedecer.

Deputado Francisco Coelho (PS): Tenebrosa!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para reiterar também o apoio do PPM a esta iniciativa do PSD.

Consideramos que este documento deve ser expurgado de todos os mecanismos de controlo por parte do Governo que possam levar o Governo a pressionar a comunicação social e a torná-la menos livre. Portanto, nesse sentido, consideramos que esta alteração é uma alteração absolutamente fundamental para desmontar o ferrolho do Governo nesta matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários Regionais:

O PCP vai votar favoravelmente esta iniciativa do PSD até porque tem uma de igual teor.

Digamos que não é, como o Deputado José Andrade referiu, o Governo não ter acatado os pareceres da comissão de acompanhamento. É evidente que se eles não são vinculativos pode ou não acompanhar. Para evitar essas situações é que se está a propor isto.

Na perspetiva do PCP parece que é diferente. Não fazemos aqui nenhum tipo de acusações. O diploma que está em vigor é um parecer e não é vinculativo, mas nós entendemos que ele deve ser vinculativo, portanto, apoiaremos não só a proposta do PSD, como temos uma proposta de igual teor.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que na avaliação do Bloco de Esquerda este artigo 24.º é verdadeiramente fundamental neste diploma.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Por quê?

Porque apoiar a comunicação social privada no sentido de garantir a empregabilidade, a criação de novos postos de trabalho, a pluralidade,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ...a democracia, a informação, tudo isso são valores fundamentais que o Bloco de Esquerda apoia, mas é absolutamente necessário separar o trigo do joio,...

Deputado Berto Messias (PS): Estranha forma de democracia!

A Oradora: ...ou seja, é necessário criar mecanismos que impeçam qualquer tentativa de controlo e de cobrança através deste apoio.

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Criando uma comissão que tem na sua mão dar pareceres sobre as candidaturas, sobre a atribuição dos apoios e que esses pareceres sejam vinculativos, é a melhor maneira do Governo Regional poder dormir descansado, porque ninguém lhe poderá apontar o dedo como agora fazem com denúncias públicas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ...aliás feitas em sede de comissão, quando foi analisado este diploma. Nunca mais o poderiam fazer porque o Governo Regional não daria o flanco da forma fragilizada como está a fazer.

Sem a aprovação quer da proposta do PSD de alteração deste artigo 24.º, quer da proposta do PCP, a isenção, a transparência, a autonomia, a independência, numa palavra o rigor da comunicação social privada nesta Região, com estes apoios, não está de modo nenhum assegurado.

Muito obrigada.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não estava para intervir, mas como notei aqui alguma natural e democrática excitação à volta do chumbo desta proposta...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Excitação?!

O Orador: Sim, eu disse excitação, Sr. Deputado. Por quê? Acha a palavra pornográfica?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Acho!

O Orador: Mas isso é interpretação sua ou então tem que rever.

O que estava a tentar dizer e vou dizer é que face àquilo que me pareceu ser alguma excitação, de algumas bancadas,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pareceu!

O Orador: ...face ao chumbo (foi mesmo, pareceu-me!) desta proposta por parte do Partido Socialista queria esclarecer o seguinte e pegava exatamente em algo que a Sra. Deputada Zuraída Soares fez questão de salientar: a democracia. O Partido Socialista chumbou esta proposta em nome da democracia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda não foi votada!

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas vai chumbar!

(Risos do Deputado Artur Lima)

O Orador: Exato. Vai chumbar! Não estavam à espera de outra coisa provavelmente.

Já agora e antecipadamente por que é que vai chumbar?

Em nome da democracia, Sra. Deputada.

Porque na democracia representativa há um Governo que tem a sua legitimidade no voto popular indiretamente e diretamente, e neste caso, nesta Assembleia.

São esses, que cumprindo a lei, devem ser responsáveis pelas decisões,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ...que devem assumi-las e devem delas prestar contas a esta Assembleia, à opinião pública e ao povo.

Deputada Zuraída Soares (BE): Então para que servem as comissões?

O Orador: Outra coisa é pormo-nos a decidir câmaras corporativas (tenho a certeza que V. Exa. não simpatiza com essa democracia!).

Os próprios interessados que sejam chamados a participar, a dialogar, a dar um parecer, que na maioria dos casos - não tenho dúvidas - até será seguido, concordamos; mas a decisão, a decisão verdadeira, com o que isso implica de bom e de mau, com o que isso implica de responsabilidade, deve ser tomada e assumida pelo Governo que democraticamente há de responder, e felizmente, junto de muitos órgãos a que terá de responder.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Coelho:

Efetivamente há uma diferença entre estas bancadas e essa bancada.

Deputado Berto Messias (PS): Há várias, Sr. Deputado!

Deputado Francisco César (PS): Há! Não temos dúvidas!

O Orador: É que os senhores realmente vêm aqui com as suas excitações freudianas,...

Deputado Francisco Coelho (PS): Quer que eu fique ofendido? Nem sequer com excitações freudianas!

O Orador: ...nós vimos aqui com as nossas convicções democráticas, que é um bocadinho diferente da vossa linguagem.

E mais!

Os senhores para que é que estão a criar comissões?

A pergunta é esta: para que é que criam uma comissão de análise aos projetos se ela não serve para nada, se não vale para nada?

Deputado Francisco Coelho (PS): Quem é que disse que não serve para nada? É o senhor que o está a dizer!

O Orador: É para fazer figura de corpo presente?

Não, não! Então o parecer é para brincar à democracia, Sr. Deputado Francisco Coelho. Isto é brincar à democracia.

Ninguém retira a legitimidade à maioria, nem ninguém retira a legitimidade democrática ao Governo. Não é isso que está aqui em causa.

O que está aqui em causa é com esta legitimidade estar a aprovar uma coisa que é absolutamente inútil. Isso é a verdade e é o que está plasmado neste artigo.

É que os senhores criam uma comissão que não serve rigorosamente para nada senão obedecer à maioria que foi legitimamente eleita. Portanto, se querem dar transparência, rigor, isenção e se não quer o Governo ser acusado como foi pública e frontalmente por várias vezes, por várias pessoas, de interferências, se o Partido Socialista respeita este rigor democrático não pode efetivamente

deixar de aprovar esta proposta que ainda não foi votada. Vai ser votada a seguir, Sr. Deputado Francisco Coelho.

As acusações nem partem desta oposição. Não partiram daqui. Elas partem...

Deputado Joaquim Machado (PSD): De um membro da Comissão!

O Orador: E não só! De outras! De gente do meio que faz efetivamente, que sentem e fizeram denúncias públicas como o Sr. Deputado tem conhecimento, como eu tenho e todos nós nesta Assembleia temos.

Aliás, vem no parecer, no relatório da comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Esta proposta de alteração apresentada pelo PSD em qualquer circunstância já faria sentido. Basta aqui invocar, por exemplo, a posição tomada pelo representante de todos os jornais na audição da comissão parlamentar competente que disse expressamente: “só faz sentido o Governo criar uma comissão de análise das candidaturas, se essa comissão tiver utilidade, se essa comissão puder ser consequente, senão estamos perante uma fantochada.”

Em qualquer circunstância esta proposta de alteração apresentada pelo PSD já teria absoluto cabimento, mas ela é ainda mais grave e ganha uma pertinência ainda mais acrescida se tivermos agora em conta outra audição realizada na comissão parlamentar competente, neste caso, ao representante das rádios.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: O representante das rádios na comissão de análise das candidaturas ao PROMEDIA II disse expressamente em sede de comissão, perante todos os partidos nela representados, que o Governo Regional não respeitou o parecer emitido pela comissão de análise das candidaturas, que perante uma candidatura de uma determinada rádio a comissão emitiu parecer desfavorável por entender que essa candidatura envolvia várias situações aparentemente irregulares. Apesar desse parecer grave, apesar dessa comissão representativa, o Governo

Regional do Partido Socialista passou por cima da comissão que ele próprio criou e atribuiu o subsídio contra a vontade da própria comissão.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Foi a excitação!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é que foi uma excitação!

O Orador: Portanto, faz todo o sentido e a triste conclusão a que chegamos aqui, nesta altura do nosso debate, é que o Governo Regional tem medo da comissão que ele próprio criou.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Novamente para realçar a importância desta matéria, que é uma matéria absolutamente decisiva no âmbito do diploma que estamos a analisar.

É evidente que a comissão de análise de candidaturas não pode transformar-se num mero objeto decorativo do Governo Regional nesta matéria, algo que existe para parecer bem, algo que existe para parecer democrático.

É fundamental que essa comissão, com a capacidade técnica e a isenção que a têm caracterizado, tenha um poder efetivo.

Portanto, nesse sentido, não é uma câmara corporativa, é um instrumento de decisão democrático, que afasta excessos e o perigo de governamentalização do Governo em relação à comunicação social. É um travão, é um mecanismo de segurança absolutamente fundamental.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para reiterar tudo o que disse e esclarecer.

Então acham que se a comissão, se esta comissão, não tiver poderes deliberativos é uma fantochada?

O Conselho de Estado é uma fantochada?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Oh Sr. Deputado!... Deve ser da hora!

O Orador: Os conselhos de concertação social são uma fantochada?

Todos os órgãos que têm apenas poderes consultivos são uma fantochada?

É exatamente a mesma coisa, porque em democracia só deve ter poder deliberativo quem tem legitimidade democrática direta ou indireta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Conselho de Estado não dá pareceres!

O Orador: Quem tem legitimidade democrática é quem é eleito diretamente pelo povo ou tem a confiança de quem foi eleito pelo povo.

Portanto, quem tem legitimidade para gerir dinheiros públicos nesta matéria é, naturalmente, em última análise, o Governo Regional. É um escândalo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tem que revogar o Código do Procedimento Administrativo!

O Orador: Não queriam que fosse este Governo!

Quando for eleito outro, outro será, até lá só se podem queixar do povo, Sras. e Srs. Deputados.

Portanto, é isto que tem de ficar absolutamente claro.

É importante haver órgãos consultivos? Com certeza que sim.

Que a sua opinião não deixa, numa democracia, de ser levada em conta? Com certeza que não deixa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Olha, viu-se!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a correr mal!

O Orador: Que além do mais esse tipo de participação não deixa ser uma forma de democracia participativa? Com certeza que não.

Deputado Joaquim Machado (PSD): 250 mil euros! Boa gestão!

O Orador: Até porque depois também havemos de considerar os interesses que naturalmente as pessoas têm, umas vezes legitimamente, outras não.

Portanto, o PSD nestas coisas gosta sempre de insinuar com pretensos casos concretos. Tenho aqui a cópia da ata da comissão relativamente a um dos casos que o Sr. Deputado José Andrade referiu e que eu saiba a comissão não deu parecer negativo a essa candidatura que o Sr. Deputado se referiu.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Não?!

O Orador: A comissão decidiu, antes de se pronunciar sobre elas, solicitar à tutela uma apreciação técnica sobre os equipamentos, etc., etc....

Portanto, é isso que consta da ata, Sr. Deputado.

Insinuar só não vale. Se há decisões contrárias é perfeitamente natural e democrático que haja. Se elas merecem ser sindicadas o PSD faça favor de, como partido democrático e com a responsabilidade política que tem, promover essa sindicância.

Nós havemos de ver então quais são os interesses envolvidos, quais são as relações envolvidas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Autorizem o Sr. Secretário a ir à Comissão!

O Orador: Havemos de ver tudo.

Insinuar com partes não vale, Sr. Deputado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Muito claramente e complementando apenas aquilo que o Sr. Deputado Francisco Coelho disse, que me retirou uma parte significativa daquilo que iria dizer,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então, poupe-nos!

O Orador: ...gostaria de dizer que temos de ser muito claros nesta matéria.

O Governo não abdica das suas competências e também não abdica das suas responsabilidades.

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

O Orador: Trata-se de matéria que cabe ao Governo decidir, cabe ao Governo ser responsável pela decisão que toma a todos os níveis e isso é um exercício e um compromisso que tivemos com os açorianos, que somos responsáveis pela decisão e por isso mesmo devemos e mantemos exatamente esse princípio.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso, não nos escondemos atrás de comissões. Nós assumimos as nossas responsabilidades. É fundamental a existência de apoio. É fundamental a existência de contributos,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Suspende-se a democracia durante 4 anos!

O Orador: ...mas a responsabilidade das decisões é nossa e assumimo-las perante os açorianos e assumimos para todas as instâncias que têm competências sobre essas matérias, porque não deixamos para os outros aquilo que cabe a nós decidir.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Página 7 do relatório da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho diz o seguinte: “Durante a audição do Dr. Pires Antunes, na qualidade de representante das empresas de rádio, este referiu que quando era membro da comissão de análise de candidaturas foi apresentada uma candidatura de uma empresa das Flores e São Jorge a qual apresentava dúvidas contabilísticas que motivaram um parecer negativo da comissão.”

Está escrito neste relatório.

O Secretário Regional referiu que a comissão era meramente consultiva e a empresa recebeu um apoio de 250 mil euros...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual era a empresa?

A Oradora: ...entre 2007 e 2009, o que implica que tenha despendido 500 mil euros, o que não aconteceu.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quanto?

Deputado Luís Maurício (PSD): Qual é a empresa?

A Oradora: Segundo disse a empresa em causa, trouxe esses apoios para São Miguel onde está a competir com rádios locais, ou seja, voltemos aos pareceres vinculativos.

Só pode dar um parecer vinculativo uma entidade eleita pelo voto popular?

Sras. e Srs. Deputados, o Tribunal Constitucional disse que nós tínhamos de cumprir a lei no nosso país e pagar em junho o subsídio de férias, não eleito pelo voto popular...

(Risos do Deputado Artur Lima)

...e o Governo Regional tem de cumprir, mesmo com atraso esta decisão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Não foi eleito pelo voto popular.

O próprio Governo Regional, que eu saiba, não foi eleito pelo voto popular.

Quem foi eleito pelo voto popular são os deputados da bancada da maioria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora aí está! É verdade!

A Oradora: Portanto, o argumento de que as comissões só podem ser vinculativas se tiverem por detrás a legitimação do voto popular, Sras. e Srs. Deputados, também não colhe.

Diretamente para o Sr. Vice-Presidente. Todos nós sabemos que há vários tipos de comissões. Uma dão pareceres, enfim, consultivos, outras dão pareceres vinculativos.

A questão é que neste contexto, no contexto do PROMEDIA III, que no fundo é o resumo, é o conglomerar dos apoios dados pelo Governo Regional a empresas privadas de um setor tão delicado como é a comunicação social e sofre com as

pressões, com as chantagens, com as cobranças que se podem fazer sobre estes órgãos e muitas vezes não se fazem porque eles não deixam, mas tenta-se, a melhor maneira do Governo Regional se livrar de qualquer suspeição, de qualquer mácula, de qualquer tipo de denúncia do tipo e com a gravidade daquela que vem descrita neste relatório e de outras que nós todos ouvimos na rua várias vezes, era exatamente fazer desta comissão, atribuir-lhe, a capacidade de ter um parecer que vinculasse o Governo. Não por falta de legitimidade do Governo em decidir, Sr. Vice-Presidente, mas porque essa comissão ou serve para alguma coisa, ou serve apenas para dar cobertura às decisões do Governo Regional.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O Governo assumiu as suas decisões!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Sra. Deputada, isso contradiz o seu argumento!

A Oradora: É isso exatamente que estes partidos, deste lado, não querem. Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vou-lhe dar a palavra Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Vou esperar que o Sr. Deputado Francisco César e a Sra. Deputada Zuraida Soares, que já na minha anterior intervenção estiveram a conversar enquanto eu falava, se acalmem e depois eu falo.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima faça o favor de continuar.

O Orador: Posso continuar? Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Sr. Deputado Francisco Coelho, conhecendo V. Exa. como conheço e sabendo que domina bem a matéria que referiu há bocado, V. Exa. não queria efetivamente dizer que só quem é eleito tem poder executivo. Não queria dizer naturalmente isso!

Deputado Francisco César (PS): Seja coerente!

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Deputado, nessa coisa de coerência....

O Orador: Aquele Governo que está ali não foi eleito, aquele Governo não foi eleito. O Governo Regional dos Açores não foi eleito pelos açorianos. Quem foi eleito...

Deputado Francisco Coelho (PS): Eleição direta e indireta!

Deputado José San-Bento (PS): Mas o senhor não ouviu o que o Sr. Deputado disse?

O Orador: Ouvi, sim senhor!

O Sr. Deputado vem tentar confundir, mas não confunde.

Oh Sr. Deputado, o Sr. Deputado Francisco Coelho referiu Conselho de Estado, o Conselho Económico de Concertação Social, etc., e que só tinha legitimidade quem é eleito pelo voto popular. *Sic!* Diretamente!

O Governo Regional dos Açores não foi eleito diretamente pelo voto popular.

Portanto, o que está aqui é sim senhor uma tentativa de ter a palavra final de controlar e, se me permitem, de ser o “controleiro” dos subsídios atribuídos à comunicação social privada nos Açores.

Os senhores não prescindem sempre de ter a mão pesada da ameaça e os exemplos que a Sra. Deputada Zuraida Soares aqui deu, vergonhosos exemplos, esses sim deviam ser fiscalizados e deviam ter sido fiscalizados por dever, função e obrigação do Governo, mas isso discutiremos mais à frente, quando chegarmos a outro artigo.

O Governo não pode, sob motivo algum, ficar sob suspeita que favoreceu deliberadamente em milhares e milhares de euros uma empresa como aqui foi denunciado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nós estamos a falar da comissão de análise das candidaturas ao PROMEDIA III. Não estamos a falar do Conselho de Estado. Não vale a pena tentar desvirtuar a discussão porque ela no essencial resume-se ao seguinte.

O Governo instituiu (e bem!) uma comissão de análise das candidaturas composta pelos seguintes elementos: um representante do membro do Governo Regional com competência em matéria de comunicação social que preside, um representante das entidades proprietárias ou editoras de publicações periódicas, um representante das entidades proprietárias ou editoras de rádio e difusão, um representante da delegação regional dos Açores do sindicato dos jornalistas e um representante da associação dos consumidores da Região Autónoma dos Açores.

Apetece perguntar: então o Governo tem medo de quê ou de quem?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila) e Deputado Francisco Coelho (PS): De nada!

O Orador: Dos jornais, das rádios, dos jornalistas, dos consumidores?

Não há qualquer razão objetiva para o Governo criar uma comissão, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Não tem nada que ter medo!

O Orador: ...mas cria uma comissão de faz de conta e depois dá-se ao luxo de só seguir os parceiros quando eles forem convenientes para si.

Deputado Francisco Coelho (PS): Está a desrespeitar a comissão!

O Orador: Aconteceu, aliás, que nessa situação que foi denunciada na comissão parlamentar competente, foi inclusivamente denunciado também que o parecer negativo da comissão foi contrariado pelo Governo quando o Governo quis atribuir o apoio, mas o parecer vinculativo da comissão foi aproveitado pelo Governo quando o Governo não pode atribuir o apoio.

Ora nós estamos aqui perante uma série de contradições, estamos perante uma denúncia absolutamente grave, suficientemente grave, que suscita - como suscitou - um requerimento por parte do Partido Social Democrata a requerer o esclarecimento cabal, absoluto, claro, rigoroso e transparente de toda essa matéria.

Deputado Francisco Coelho (PS): E a resposta?

O Orador: E se porventura a resposta do Governo ao nosso requerimento não for, como é suposto neste caso, suficientemente esclarecedora, impõe-se chamar o Governo à comissão, impõe-se esclarecer tudo até ao fim para percebermos

por que é que, contra a vontade expressa da comissão que ele próprio criou, o Governo atribui um apoio.

Essa questão não foi denunciada pelo PSD, foi denunciada pelo representante das rádios na própria comissão de análise das candidaturas do PROMEDIA, em sede de comissão parlamentar, perante todos os partidos lá representados. Portanto, não podia ser mais insuspeito.

Nós queremos o esclarecimento cabal dessa situação. Aguardamos a resposta ao requerimento por parte do Governo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem que esclarecer aqui!

O Orador: ...e se porventura ela não for esclarecedora cá estaremos para tentar esclarecer essa questão até ao fim. Até porque não queremos acreditar que esta empresa seja porventura de um ex-assessor, de um ex-secretário regional!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Essa questão tem de ficar absolutamente esclarecida para não ficar qualquer dúvida sobre uma matéria tão importante, como a atribuição de 250 mil euros públicos a uma empresa privada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Deputado Berto Messias (PS): Essa insinuação não é para si, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que...

(Diálogo entre as diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Paulo Estêvão faça o favor de continuar.

O Orador: Já por diversas vezes o Vice-Presidente do Governo Regional veio aqui dizer que a democracia nos Açores é só de 4 em 4 anos.

“Ganhámos as eleições, fazemos o que queremos!

Ganhámos as eleições, nós é que mandamos.”

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas quem é que disse isso?

O Orador: O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

“Nós ganhámos as eleições, nós fazemos o que queremos.”

Quero dizer que mesmo agora o Primeiro-ministro da Turquia está a aprender que não é assim. As eleições não são só os votos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Os professores dos Açores também disseram que era assim!

Deputado Francisco Coelho (PS): Ninguém disse isso, Sr. Deputado!

O Orador: As eleições e a democracia significam respeito pelos outros, o respeito pela democracia, o respeito pela liberdade de opinião, o respeito pelo pluralismo,...

Deputado Francisco Coelho (PS): Ninguém disse isso!

O Orador: ...o respeito pelos mecanismos de controlo democrático.

Quem ganha eleições não manda nos outros todos. Quem ganha eleições não tem a ditadura da maioria sobre os outros. É isso que é muito importante que o Governo perceba e ainda não percebeu. Por isso, ligue o aparelho da televisão e vai verificar que não há ditaduras da maioria, que há é pluralismo, que há democracia, que há liberdade de opinião e que de facto estes mecanismos em que se retira ao Governo a decisão política...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem visto!

O Orador: Porque o que me pergunto é o seguinte: até posso aceitar que o Governo tenha de facto uma deliberação do ponto de vista político e tenha a legitimidade de tomar uma decisão do ponto de vista político, porque ganharam as eleições, sustentados pelo partido que ganhou as eleições; não posso aceitar é que reivindique para esta questão uma decisão política,...

Deputado José San-Bento (PS): Então não aceite!

O Orador: ...porque o que o Sr. Vice-Presidente veio aqui dizer é: “nós, o Partido Socialista, ganhámos as eleições, nós decidimos politicamente.”

Ora esta decisão não é uma decisão política, esta decisão é uma decisão técnica.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Deputada Zuraída Soares, começo por si, aliás, deve-se começar sempre pelas senhoras, e por uma declaração de princípio. A Sra. Deputada sabe que eu tenho afeto, estima e verdadeira consideração por si, mas também sabe, e também lhe reconheço, que todos nós temos o direito de ter dias mais felizes e menos felizes.

Penso que a senhora hoje não está, nesta intervenção em particular, nos seus dias mais felizes. Vou dizer-lhe porquê. Aliás, tenho esse dever.

Parece-me que não é muito razoável comparar tribunais com órgãos de administração executiva, Sra. Deputada. Sabe que não é!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o Conselho de Estado também!

O Orador: Sabe que nas chamadas democracias representativas os tribunais exercem a justiça em nome do povo, mas não são eleitos. O que aliás (presumo que saiba) é posto em causa por algumas correntes políticas que acham que verdadeiramente o poder todo reside no povo e os tribunais deveriam ser populares.

Não sei qual é a sua opinião, mas fiquei com a ligeira dúvida, Sra. Deputada, quando a vi pegar com ar de sentença no relatório que a minha ilustre colega tão bem elaborou, tal como já nos habituou, e citar um senhor que foi ouvido,...

Deputada Zuraída Soares (BE): A citação é do relatório, não é minha!

O Orador: ...dando a entender que aquilo era uma sentença, estava provado, estava decidido, estava julgado. Fiquei com a sincera impressão que a Sra. Deputada Zuraída Soares tem um fraquinho pelos tribunais populares.

Deputada Zuraída Soares (BE): Está enganado!

O Orador: É isso que nós não devemos ter e é também em nome da seriedade que lamento que alguns partidos não tenham resistido à tentação e nós sabemos

como a tentação por vezes é terrível, (a respeito de uma lei, porque o Governo vai executar uma lei que nós aqui vamos aprovar e por isso vivemos num estado de direito) do pequeno pormenor, da pequena insinuação, mais ou menos concreta.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Se há dúvidas (e ainda bem que é assim, porque responsável é, como devia ser, o Governo), se houve falhas, se há suspeitas, investigue-se como se deve investigar num estado de direito.

Estamos cá para isso e tenho a certeza que o Governo também está cá para isso.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor não tem dúvidas!

O Orador: Mas vamos ao essencial ou então façamos as coisas de forma correta, democrática, leal e escorreita.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Evidentemente que todos nós temos dias melhores e dias piores,...

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu também!

A Oradora: ...mas Sr. Deputado Francisco Coelho deixe-me dizer-lhe que não será pelas razões que o Sr. Deputado acabou de apresentar que assumo que estou num mau dia. Estarei, mas não por essas razões e vou explicar-lhe porquê. Quem afirmou nesta câmara, quem afirmou claramente nesta câmara, que uma comissão para ter a legitimidade de dar um parecer vinculativo tinha que ter uma eleição popular por detrás não fui eu no meu mau dia, Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Também não foi o Sr. Deputado!

A Oradora: Foi o Sr. Deputado que disse que a legitimidade só existia por detrás de uma decisão, quando por detrás dela estivesse a eleição do voto popular.

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu não disse isso. Disse uma coisa parecida!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Direta e indireta!

A Oradora: Mau dia, Sr. Deputado Francisco Coelho, ou partilhamos os dois o mau dia, ou eu não o assumo como meu, porque não fui eu que fiz esta afirmação.

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu não fiz essa afirmação!

A Oradora: É inevitável, perante uma afirmação destas, feita no calor do debate e, num mau dia, por um especialista na matéria, é evidente, que pegar ou no Governo Regional, que também não foi eleito, ou no Tribunal Constitucional, que também não foi eleito, mas decide a nossa vida, é uma forma de mostrar aos açorianos e açorianas que o tipo de argumentação utilizada pelo Sr. Deputado Francisco Coelho, nesta matéria e neste caso concreto, não me sensibilizou.

A seguir, o tal relatório que banimos. Quer dizer, foi um gesto,...

Deputado Francisco Coelho (PS): Qual foi o gesto?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Foi “obsceno”!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi familiar!

A Oradora: Podia ter banido outra coisa qualquer, Sr. Deputado, neste caso foi o relatório que muito respeito e que li do princípio ao fim, onde está claramente dito que esta tal comissão deu um parecer negativo, coisa que anteriormente o Sr. Deputado Francisco Coelho tinha dado a entender que não havia um parecer negativo da comissão. Os colegas dos outros partidos estão aqui, o diário está a ser feito e todos nós sabemos que foi isso que aconteceu.

Portanto, a intervenção Sr. Deputado foi no sentido de lhe refrescar a memória e dizer-lhe: “Não, não! O parecer da tal comissão foi negativo e foi negativo com razões, com justificações.”

Quem não teve nenhuma justificação para decidir à revelia do que esta comissão tinha dito e decidir exatamente o contrário desta comissão foi o Governo Regional ou pelo menos não consta deste relatório. Portanto, Sr. Deputado, limitei-me a ler,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Citou!

A Oradora: ...nem sequer foi uma interpretação, aquilo que aqui está e o que aqui está é que esta comissão a seu tempo deu um parecer negativo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nunca foi desmentido!

A Oradora: Isto não é uma questão de estar em bom, ou mau dia, embora todos, com certeza, preferimos estar todos os dias em bons dias, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso já acabou!

A Oradora: ...mas quando se vê, como eu estou a ver neste momento, o Governo Regional perder uma oportunidade de ouro para se pôr a salvo de todas as críticas, intrigas e até perseguições, é uma pena.

Sr. Deputado, não sou eu que estou em mau dia. São 31 deputados do Partido Socialista...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Veremos!

A Oradora: ...que ainda não perceberam isso.

Muito obrigada.

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Peço aos líderes e ao Sr. Vice-Presidente o favor de se aproximarem da Mesa.

Deputado Francisco Coelho (PS): A democracia também tem destas coisas!

(Pausa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Mesa ainda tem inscrições, mas uma vez que atingimos a hora regimental vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje.

Vou pedir ao Sr. Secretário que dê os tempos para amanhã continuarmos com o debate sobre esta proposta de Decreto Legislativo Regional.

Sr. Secretário.

Secretário: Governo Regional, 20 minutos; Partido Socialista, 13 minutos; Partido Social Democrata, 5 minutos; CDS-PP, 4 minutos e 45 segundos; Bloco de Esquerda, 30 segundos; PCP, 7 minutos e 30 segundos e PPM, 2 minutos e 30 segundos.

Presidente: Obrigada a todos pela colaboração.

Uma boa noite e um bom jantar.

Eram 20 horas e 06 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

José António Vieira da Silva Contente

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis

Cláudio Borges Almeida

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Maria Judite Gomes Parreira

Documentos entrados

1 – Proposta de Lei:

Assunto: Estabelece a obrigatoriedade de elaboração e apresentação de um relatório anual sobre os direitos da criança e a situação da infância em Portugal
- n.º 143/XII – n.º 34/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 05 – 13

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 06 – 03;

Assunto: Estabelece as bases do ordenamento e da gestão do espaço marítimo nacional – n.º 133/XII – n.º 37/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 05 – 15

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 06 – 03;

Assunto: Estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho e do fundo de garantia de compensação de trabalho – n.º 147/XII – n.º 38/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 05 – 24

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 06 – 13;

Assunto: Aumento do salário mínimo nacional – n.º 149/XII - n.º 40/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 05 – 31

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 06 – 20;

Assunto: Procede à primeira alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2013, aprovada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – n.º 151/XII - n.º 41/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 05 – 31

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 06 – 20;

Assunto: Criação do Observatório da Criança – n.º 139/XII – n.º 44/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 06 – 05

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 06 – 25;

Assunto: Regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, procede à primeira alteração ao Decreto lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, e revoga a Lei n.º 26/94, de 19 de agosto, e a Lei n.º 104/97, de 13 de setembro - n.º 150/XII – n.º 43

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 06 – 05

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 06 – 25;

Assunto: Estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas e procede à quinta alteração à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, a quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de agosto, e à quinta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro - n.º 153/XII - n.º 46/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 06 – 11

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2013 – 07 – 13;

Assunto: Institui e regula o sistema de requalificação dos trabalhadores em funções públicas visando a melhor afetação dos recursos humanos da administração pública e procede à nona alteração à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 74/70, de 2 de março, à décima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, à terceira

alteração ao Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho. - n.º 154/XII - n.º 47/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 06 – 11

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2013 – 07 – 13.

2 – Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho:

Assunto: Estabelece um quadro normativo para o acesso ao mercado dos serviços portuários e a transparência financeira dos portos (COM(2013)296) – n.º 45/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 06 – 05

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 07 – 10.

1

3 – Projeto de Lei:

Assunto: Cria um regime de isenção do pagamento dos passes dos transportes coletivos de passageiros para desempregados, beneficiários de rendimento social de inserção e do complemento solidário para idosos - n.º 39/X - n.º 413/XII

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 05 – 24

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 06 – 13;

Assunto: Defende os serviços públicos e os postos de trabalho afetos à atividade empresarial local e das participações locais primeira alteração à Lei

50/2012, de 31 de agosto, que institui o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais – n.º 42/X – n.º 422/XII

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 05 – 31

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2013 – 06 – 20.

4 – Projeto de Proposta de Lei:

Assunto: Procede à segunda alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que aprova o Regime Jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, conformando-o com a disciplina do DL n.º 92/2010, de 26 de junho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno - PCM - (MEE) - (Reg. PL 178/2013) – n.º 37/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 05 – 17

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 05 – 29;

Assunto: Aprova os requisitos de acesso e de exercício da atividade de perito qualificado para a certificação energética e de Técnico de Instalação e Manutenção de edifícios e sistemas, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março que transpõe a Diretiva n.º 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais - MEE - (Reg. PL 108/2013) n.º 40/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 06 – 03

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 06 – 12;

Assunto: Estabelece o regime aplicável aos grafitos, afixações selvagens, picotagem e outras formas de alteração - MAI - (Reg. PL 204/2013) - n.º 42/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 06 – 03

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2013 – 06 – 12.

5 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto, e transpõe a Diretiva n.º 2011/97/UE, do Conselho, de 5 de dezembro de 2011, no que respeita a critérios específicos relativos à armazenagem de mercúrio metálico considerado resíduo - MAMAOT - (Reg. DL 177/2013) – n.º 36/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 05 – 17

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 05 – 29;

Assunto: Estabelece o regime de emissões industriais aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, bem como as regras destinadas a evitar e ou reduzir as emissões para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos, transpondo a Diretiva n.º 2010/75/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, relativa às emissões industriais (prevenção e controlo integrados da poluição) - MAMAOT - (Reg. DL 148/2013) – n.º 38/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 05 – 24

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 06 – 05;

Assunto: Estabelece as regras que constituem os sistema de identificação dos equídeos nascidos, ou introduzidos, em Portugal, assegurando a execução e garantindo o cumprimento, no ordenamento jurídico nacional, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 504/2008, da Comissão, de 6 de junho de 2008, no que respeita a métodos para identificação de equídeos - MAMAOT - (REG. DL 190/2013) . n.º 39/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 06 – 03

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 06 – 24;

Assunto: Aprova o Sistema Nacional de Certificação Energética nos Edifícios, o Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios e o Regulamento dos Sistemas Energéticos e de Climatização em Edifícios, e transpõe a Diretiva n.º 2010/31/UE, de Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios - MEE - (REG. DL 109/2013) - n.º 41/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 06 – 03

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2013 – 06 – 12;

Assunto: Procede à primeira alteração ao Decreto Lei n.º 138/2012, de 5 de julho, que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do currículo dos ensinos básico e secundário - MEC - (Reg. DL 215/2013) - n.º 43/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 06 – 03

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 06 – 12;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que aprova o Código do Animal de Companhia, estabelecendo as normas relativas à reprodução, à criação, à detenção, ao maneio e ao comércio de animais de companhia, bem como ao controlo sanitário dos animais de companhia - MAMAOT - (Reg. DL 214/2013) - n.º 44/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 06 – 11

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 07 – 01.

6 – Projeto de Decreto Legislativo:

Assunto: [Regras especiais das medidas contra os atrasos de pagamento nas transações comerciais – n.º 13/X](#)

Autor: PSD

Entrada: 2013 – 05 – 17

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 06 – 24.

7 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Cria o Instituto da Segurança Social dos Açores - n.º 10/X](#)

Autor: Governo

Entrada: 2013 – 05 – 31

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 07 – 01;

Assunto: [Proposta de Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário – n.º 11/X](#)

Autor: Governo

Entrada: 2013 – 05 – 31

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 07 – 01;

Assunto: [Segunda alteração ao Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário – n.º 12/X](#)

Autor: Governo

Entrada: 2013 – 05 – 31

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 07 – 01;

Assunto: [Proposta de alteração ao regime de criação autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo regional, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de junho, alterado e republicado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 35/2006/A e 17/2010/A, respetivamente, de 6 de setembro e de 13 de abril – n.º 13/X](#)

Autor: Governo

Entrada: 2013 – 05 – 31

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 07 – 01;

Assunto: [Regula para o ano de 2013, a calendarização do processamento do subsídio de férias e das prestações correspondentes ao 14.º mês e equivalentes.– n.º 14/X](#)

Autor: Governo

Entrada: 2013 – 06 – 14

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão

Assunto: [Regula a Organização do Trabalho Médico Suplementar ou Extraordinário nos Serviços de Urgência – n.º 15/X](#)

Autor: Governo

Entrada: 2013 – 05 – 31

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 07 – 13;

8 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Acordo de Comércio livre com a Tailândia – n.º 37/X](#)

Autor: PSD

Entrada: 2013 – 06 – 03

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 07 – 04;

Assunto: [Intempéries - Apoio aos Municípios de Angra do Heroísmo, Nordeste e Povoação – n.º 38/X](#)

Autor: PSD

Entrada: 2013 – 06 – 13

Pedido de urgência e de dispensa de exame em Comissão

9 – Petições:

Assunto: Definição de titularidade e responsabilidade de fajãs/falésias – n.º 8/X

Autor: O Presidente da Câmara Municipal da Calheta, Aires Reis

Entrada: 2013 – 05 – 13

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: Aguarda Admissibilidade;

Assunto: Prestação dos serviços postais na freguesia de Maia – n.º 9/X

Autor: Junta de Freguesia da Maia, Ribeira Grande

Entrada: 2013 – 05 – 31

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 07 – 01.

10 – Requerimentos:

Assunto: [Novo Hospital da Ilha Terceira – Novos Equipamentos ainda por pagar](#)

Autores: Artur Lima, Luís Silveira e Francisco J.F. Silva (CDS/PP)

Data de Entrada: 2013.05.17

Referência: 54.01.03 – N.º 102/X;

Assunto: [Património imóvel da Região Autónoma dos Açores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013.05.24

Referência: 54.07.00 – N.º 103/X;

Assunto: [Unidade de Saúde de Ilha – Flores, Graciosa e Santa Maria](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013.05.24

Referência: 54.07.00 – N.º 104/X;

Assunto: [Projeto de Produção Fotovoltaica de Energia Elétrica a Concretizar pela Empresa Stongsurvival](#)

Autores: Jorge Macedo, Duarte Freitas, António Marinho e António Marinho (PSD)

Data de Entrada: 2013.05.27

Referência: 54.03.00 – N.º 105/X;

Assunto: [Inviabilização da obtenção de licença de técnico de manutenção aeronáutica](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2013.05.27

Referência: 54.06.00 – N.º 106/X;

Assunto: [Termas do Carapacho sem oferta termal e piscinas do Carapacho sem condições para época balnear](#)

Autores: João Bruto da Costa e Valdemiro Vasconcelos (PSD)

Data de Entrada: 2013.05.28

Referência: 54.03.04 – N.º 107/X;

Assunto: [Assistência Médica em São Jorge](#)

Autor: António Pedroso (PSD)

Data de Entrada: 2013.05.28

Referência: 54.03.05 – N.º 108/X;

Assunto: [Unidade de Saúde de Ilha – Faial, Pico, São Jorge, Terceira e S. Miguel](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013.05.28

Referência: 54.07.00 – N.º 109/X;

Assunto: [Remoção de amianto dos edifícios públicos](#)

Autores: Cláudio Almeida e Luís Rendeiro (PSD)

Data de Entrada: 2013.05.28

Referência: 54.03.00 – N.º 110/X;

Assunto: [Hospital Veterinário Alice Moderno](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2013.05.29

Referência: 54.06.02 – N.º 111/X;

Assunto: [Concurso público para instalação de Centros de Inspeção Técnica de Veículos Automóveis e Reboques e adaptação à Região da legislação nacional](#)

Autores: Jorge Costa Pereira, Luís Garcia, Aida Amaral, António Pedroso, Bruno Belo, Cláudio Lopes e João Bruto da Costa (PSD)

Data de Entrada: 2013.05.30

Referência: 54.03.00 – N.º 112/X;

Assunto: [Reposição do Areal da Praia da Graciosa](#)

Autores: João Bruto da Costa e Valdemiro Vasconcelos (PSD)

Data de Entrada: 2013.06.03

Referência: 54.03.04 – N.º 113/X;

Assunto: [Governo paga 400.000 euros de indemnização por atraso do "Arquipélago - Centro de Artes Contemporâneas](#)

Autores: José Andrade e Jorge Macedo (PSD)

Data de Entrada: 2013.06.03

Referência: 54.03.00 – N.º 114/X;

Assunto: [Encerramento do Hotel Horta](#)

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2013.06.04

Referência: 54.03.07 – N.º 115/X;

Assunto: [Governo desrespeita Comissão de Análise das Candidaturas ao PROMÉDIA](#)

Autores: José Andrade e Joaquim Machado (PSD)

Data de Entrada: 2013.06.07

Referência: 54.03.00 – N.º 116/X;

Assunto: [Pagamento de subsídio de férias a todos os trabalhadores da Administração Pública Regional e do Setor Público Empresarial da RAA](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2013.06.11

Referência: 54.06.00 – N.º 117/X;

Assunto: [Abastecimento de água aos agricultores nos Fenais da Ajuda](#)

Autores: Renato Cordeiro, Luís Maurício e José Andrade (PSD)

Data de Entrada: 2013.06.11

Referência: 54.03.02 – N.º 118/X;

Assunto: [Avaria no farol de entrada e inexistência de iluminação na barra do Porto da Casa na ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013.06.12

Referência: 54.07.09 – N.º 119/X;

Assunto: [Combate à Toxicodependência em S. Miguel](#)

Autores: Luís Maurício e Cláudio Almeida (PSD)

Data de Entrada: 2013.06.12

Referência: 54.03.02 – N.º 120/X;

Assunto: [Relatórios das atividades inspetivas levadas a cabo pela Inspeção Regional do Trabalho à SATA](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2013.06.13

Referência: 54.06.00 – N.º 121/X;

Assunto: [Viatura de Suporte Imediato de Vida nos Açores](#)

Autores: Artur Lima, Luís Silveira e Francisco J.F. Silva (CDS/PP)

Data de Entrada: 2013.06.13

Referência: 54.01.00 – N.º 122/X;

Assunto: [Registo da incidência da doença mental nos Açores](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2013.06.14

Referência: 54.04.00 – N.º 123/X.

11 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Extensão do Serviço Regional de Saúde ao Concelho das Lajes das Flores](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.05.16

Referência: 54.03.08 – N.º 79/X;

Assunto: [Estudos Técnicos realizados no âmbito da Introdução de Energias Renováveis no Abastecimento de Energia elétrica à Ilha do Corvo](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.05.16

Referência: 54.07.09 – N.º 41/X;

Assunto: [Participação de Equipas de Futebol e Futsal em Competições de âmbito Nacional, Regional e Interassociações](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.05.16

Referência: 54.06.00 – N.º 86/X;

Assunto: [Aquário Virtual do Monte da Guia para quando?](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.05.17

Referência: 54.03.07 – N.º 96/X;

Assunto: [Ponto de situação do processo de descontaminação das zonas afetadas junto à Base das Lajes, segundo estudo do Laboratório Nacional de Engenharia Civil](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.05.28

Referência: 54.02.03 – N.º 80/X;

Assunto: [Fundo Europeu de apoio à aquisição de viaturas](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.05.30

Referência: 54.03.00 – N.º 90/X;

Assunto: [Apoios concedidos, contratos celebrados e ajustes diretos na Administração Pública Regional](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.06.03

Referência: 54.01.00 – N.º 20/X;

Assunto: [Diminuição de especialistas compromete papel do Hospital da Horta](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.06.03

Referência: 54.03.07 – N.º 87/X;

Assunto: [Redução e remuneração dos gestores públicos](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.06.04

Referência: 54.01.00 – N.º 78/X;

Assunto: [Pagamento aos produtores de São Jorge com meses de atraso](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.06.07

Referência: 54.01.05 – N.º 39/X;

Assunto: [Solução dos problemas financeiros do sector cooperativo de S. Jorge](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.06.07

Referência: 54.03.05 – N.º 65/X;

Assunto: [A urgência em garantir a observância da liberdade das candidaturas eleitorais da oposição política no âmbito dos procedimentos da administração regional](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.06.14

Referência: 54.07.09 – N.º 42/X;

Assunto: [Planeamento de voos da SATA](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.06.14

Referência: 54.04.09 – N.º 95/X;

Assunto: [Reestruturação da SATA](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.06.14

Referência: 54.04.00– N.º 98/X;

Assunto: [Hospital Veterinário Alice Moderno](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.06.14

Referência: 54.06.02– N.º 111/X;

Assunto: [Termas do Carapacho sem oferta termal e piscinas do Carapacho sem condições para época balnear](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.06.14

Referência: 54.03.04– N.º 107/X;

12 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a comunicar que foram substituídos Deputados que integram as Comissões Especializadas que abaixo se indicam:

O Deputado José Joaquim Ferreira Machado, substitui o Deputado Humberto Trindade Borges de Melo, Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

A Deputada Aida Maria Melo Amaral, substitui o Deputado João Luis Bruto da Costa Machado da Costa, na Comissão de Política Geral

O Deputado João Luis Bruto da Costa Machado Costa, substitui a Deputada Aida Maria Melo Amaral, Comissão de Assuntos Sociais

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Duarte Freitas

Data de Entrada: 2013 – 05 – 14;

Assunto: Ofício a comunicar a substituição temporária nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro (Estatuto de Deputados da ALRAA), no período compreendido entre 22 e 31 de maio de 2013 inclusive, perfazendo assim um período de 10 (dez) dias.

Autor: A Deputada Bárbara Chaves

Data de Entrada: 2013 – 05 – 15;

Assunto: Ofício a comunicar que na sequência da suspensão temporária do mandato da Deputada Bárbara Chaves por um período de 10 (dez) dias, por motivo previsto na alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados da ALRAA, vem informar que essa vaga será preenchida pelo candidato Domingos Manuel da Fonseca Barbosa de harmonia com o n.º 1 do art.º 18.º da Lei Orgânica n.º 5/2006, de 31 de Agosto, do n.º 1 do art.º 33.º do EPARAA e do n.º 1 do art.º 9.º do Estatuto dos Deputados. Mais informa que o candidato Domingos Manuel da Fonseca Barbosa já tem os poderes verificados, pela Comissão de Permanente de Assuntos, Parlamentares Ambiente e Trabalho

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2013 – 05 – 15;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para Publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2013 - Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional ao salário mínimo, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional.

Autor: O Gabinete do Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2013 – 05 – 16;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para Publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2013 - Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2010/A, de 5 de março, que estabelece o regime jurídico aplicável ao transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem efetuado na RAA por meio de veículos com peso bruto igual ou superior a 2500 kg.

Autor: O Gabinete do Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2013 – 05 – 16;

Assunto: Ofício a comunicar que receberam um Voto de Protesto – Incumprimento por parte do Governo da República na transferência dos Terrenos ao aeroporto de Sta Maria para o Domínio privado da Região Autónoma dos Açores e que o mesmo será distribuído aos Srs. Deputados da Comissão para os efeitos tidos por convenientes

Autor: O Presidente da Comissão de Economia e Obras Públicas da Assembleia da República

Data de Entrada: 2013 – 05 – 22;

Assunto: Ofício a agradecer um Voto de Congratulação, aprovado por esta Assembleia, no passado dia 17 de Abril, pela passagem do Centenário do Cine Teatro Lagoense Francisco D’Amaral Almeida.

Autora: A Presidente da Assembleia Municipal da Lagoa, Susana Goulart Costa

Data de Entrada: 2013 – 05 – 22;

Assunto: Ofício a acusar a receção do envio da Resolução n.º 7/2013 – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pelo cumprimento do princípio da solidariedade nacional face aos prejuízos causados pelas intempéries que assolaram a Região recentemente”, e de informar que a mesma foi reencaminhado para a Comissão Parlamentar de Economia e Obras Públicas, para o Coordenador do Deputados do PS, Comissão Permanente de Finanças Públicas e Orçamento e ainda para o Coordenador dos Deputados do PS, eleitos pela RAA, para conhecimento e demais efeitos tidos por convenientes.

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS da Assembleia da República, Eduardo Quinta Nova

Data de Entrada: 2013 – 05 – 22;

Assunto: Ofício a acusar e a agradecer o envio da Resolução - n.º 16/2013 – Frente comum de defesa da Universidades dos Açores

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do PCP da Assembleia da República

Data de Entrada: 2013 – 05 – 30;

Assunto: Ofício a remeter Parecer sobre o Documento de Estratégia Orçamental 2013-2017

Autora: Representante na RAA do Conselho Económico e Social, Gilberta Rocha

Data de Entrada: 2013 – 05 – 27;

Assunto: Ofício a remeter Voto de Recomendação, relativo à reestruturação do Serviço Regional de Saúde

Autor: O Presidente da Câmara Municipal da Horta, João Fernando Castro

Data de Entrada: 2013 – 05 – 30;

Assunto: Ofício a remeter Voto de Recomendação, relativo à reestruturação do Serviço Regional de Saúde

Autor: O Presidente do Conselho de Ilha do Faial, Guilherme Pinto de Sousa

Data de Entrada: 2013 – 05 – 29;

Assunto: Ofício a remeter Proposta de Deliberação, relativo à reestruturação do Serviço Regional de Saúde

Autor: O Presidente da Câmara Municipal da Horta, João Fernando Castro

Data de Entrada: 2013 – 05 – 30;

Assunto: Ofício a acusar a receção da Resolução n.º 16/2013 - "Frente comum em defesa da Universidade dos Açores"

Autor: O Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do CDS/PP da Assembleia da República

Data de Entrada: 2013 – 06 – 04;

Assunto: Ofício a enviar o Relatório de *Atividade e Contas*, bem como o *Relatório de Atividades*, relativos ao ano de 2012

Autor: O Presidente do Tribunal de Contas, Guilherme d'Oliveira Martins

Data de Entrada: 2013 – 06 – 05;

Assunto Ofício a enviar Moção - Encerramento do SAP no Centro de Saúde de Nordeste entre as 20:00 H e as 8:00H de Manhã

Autor: O Presidente da Câmara Municipal da Horta, João Fernando Castro

Data de Entrada: 2013 – 06 – 05;

Assunto: Ofício a agradecer o envio de um Voto de Congratulação aprovado por esta Assembleia

Autor: O Presidente da Confraria do Santíssimo Sacramento da Matriz de Nossa Senhora da Estrela

Data de Entrada: 2013 – 06 – 06;

Assunto: Ofício a acusar a receção do envio da Resolução n.º 7/2013 - Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pelo cumprimento do princípio da solidariedade nacional face aos prejuízos causados pelas intempéries que assolaram a Região recentemente

Autor: O Grupo Parlamentar os Verdes, Assembleia da República

Data de Entrada: 2013 – 06 – 07;

Assunto: Ofício a remeter a apreciação da constitucionalidade das normas constantes da parte final do n.º 1 do artigo 10.º do DLR n.º 7/2013 - Regime jurídico aplicável às novas substâncias psicoativas

Autora: A Vice-Presidente do Tribunal Constitucional, Maria Lúcia Amaral

Data de Entrada: 2013 – 06 – 07;

Assunto: Ofício a enviar Recomendação - Encerramento do SAP no Centro de Saúde de

Nordeste entre as 20:00 H e as 8:00H de Manhã

Autor: O Presidente da Câmara Municipal de Nordeste, José Carlos Carreiro

Data de Entrada: 2013 – 06 – 07;

Assunto: Ofício a solicitar o agendamento de um debate de urgência contra o desmantelamento do Serviço Regional de Saúde

Autores: Os Grupos Parlamentares do PSD e CDS/PP e Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM

Data de Entrada: 2013 – 06 – 11;

Assunto: Requerimento de debate por iniciativa do Governo Regional sobre “Proposta de Reestruturação do Serviço Regional de Saúde”

Autor: Chefe de Gabinete do Vice-Presidente do Governo, Luís Borrego

Data de Entrada: 2013 – 06 – 11;

Assunto: Ofício a enviar Proposta de deliberação - Qualidade do serviço prestado pela SATA Internacional

Autor: O Presidente da Câmara Municipal da Horta, João Fernando Castro

Data de Entrada: 2013 – 06 – 11;

Assunto: Ofício a acusar a receção da Resolução sobre a Universidade dos Açores, e informou que a mesma foi transmitida aos Gabinetes do Ministro da Educação e Ciência e ao Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional

Autor: O Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro

Data de Entrada: 2013 – 06 – 13;

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução – “Intempéries - Apoio aos Municípios de Angra do Heroísmo, Nordeste e Povoação” - n.º 38/X

Autor: PSD

Entrada: 2013 – 06 – 13;

Assunto: O ofício a solicitar pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regula para o ano de 2013, a calendarização do processamento do subsídio de férias e das prestações correspondentes ao 14.º mês e equivalentes” – n.º 14/X

Autor: Governo

Entrada: 2013 – 06 – 14

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão

Assunto: O ofício informar que o Sr. Deputado José António Vieira Contente será substituído pelo Sr. Deputado Lúcio Manuel da Silva Rodrigues, na Comissão de Política Geral

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto Messias

Entrada: 2013 – 06– 13.

13 – Relatórios:

Assunto: [Relatório, elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante Período Legislativo de junho de 2013](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.06.17;

Assunto: [Projeto de Lei –“Procede à primeira alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos” – n.º 399/XII – n.º 33/X](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.05.28;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei n.º 177/2013 – “Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto, e transpõe a Diretiva n.º 2011/97/EU, do Conselho, de 5 de dezembro de 2011, no que respeita a critérios específicos relativos à armazenagem de mercúrio metálico considerado resíduo” – n.º 36/X](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.05.29;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 178/2013 – “Procede à segunda alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, conformando-o com a disciplina do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de junho, que transpôs a Diretiva n.º 2006/123/CE, do](#)

[Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro de 2006, Relativa aos Serviços no Mercado Interno – n.º 37/X](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.05.29;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 408/XII Estabelece as condições de salvaguarda dos monopólios naturais no domínio público do Estado – n.º 36/X](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.06.04;

Assunto: [Proposta de Lei 133/XII - Estabelece as bases do ordenamento e da gestão do espaço marítimo nacional – n.º 37/X](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.06.05;

Assunto: [No âmbito da audição parlamentar do Diretor do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., a que se referem os artigos 42º n.º 2, alínea d\) do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com a redação que lhe foi conferida pela lei 2/2009, de 12 de janeiro, e 5º n.º 5 dos estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., aprovados pela Lei 8/2007, de 14 de Fevereiro](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.06.11;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 7/X – Estabelece o III Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada.](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.06.11;

Assunto: [Anteprojeto de Lei n.º 3/X – “Sétima alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores \(Decreto-Lei n.º](#)

267/80, de 8 de agosto, na redação que lhe foi conferida pelas Leis n.º 28/82, de 15 de novembro, e n.º 72/93 de 30 de novembro, e Leis Orgânicas n.º 2/2000, de 14 de julho, n.º 2/2001, de 25 de agosto, n.º 5/2006, de 31 de agosto, e 2/2012, de 14 de junho)”.

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.06.13;

Assunto: Anteposta de Lei n.º 2/X – “Altera a Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de agosto - Lei da Paridade: estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais são compostas de modo a assegurar uma representação mínima de cada um dos sexos”

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.06.13;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei n.º 148/2013 – “Estabelece o regime de emissões industriais aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, bem como as regras destinadas a evitar e ou reduzir as emissões para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos, transpondo a Diretiva n.º 2010/75/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, relativa às emissões industriais (prevenção e controlo integrados da poluição) ”.

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.06.14;

Assunto: Proposta de Lei n.º 147/XII – “Estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho e do fundo de garantia de compensação do trabalho”

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.06.14;

Assunto: Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante Período Legislativo de junho de 2013.

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013.06.14;

Assunto: Proposta de Lei que estabelece um regime de prestação de informação sobre remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias dos trabalhadores de entidades públicas, com vista à sua análise, caracterização e determinação das medidas de política remuneratória adequadas

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013.06.04;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que “Aprova o Sistema Nacional de Certificação Energética nos Edifícios, o Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios e o Regulamento dos Sistemas Energéticos e de Climatização em Edifícios, e transpõe a Diretiva n.º 2010/31/UE, de Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios - MEE - REG. DL 109/2013)2” - n.º 41/X;

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013.06.11;

Assunto: Projeto de Proposta de Lei que “Estabelece o Regime aplicável aos grafitos, afixações selvagens, picotagem e outras formas de alteração - MAI - (Reg. PL 204/2013)” - n.º 42/X

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013.06.11;

Assunto: Projeto de Resolução n.º 30/X - “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pela necessidade de

estabelecimento de um protocolo para a instalação de uma rede de radares meteorológicos e de estações meteorológicas de superfície na Região, que possibilite às autoridades nacionais monitorizar a evolução meteorológica na área da Região Autónoma dos Açores”;

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013.06.14;

Assunto: Relatório, nos termos do artigo 103.º do Regimento da ALRAA - Ante Período Legislativo de junho de 2013

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.05.17;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico relativo à prevenção de feridas provocadas por dispositivos médicos corto-perfurantes que constituam instrumentos de trabalho nos sectores hospital e da prestação de cuidados de saúde, transpondo a diretiva n.º 2010/32/EU do Conselho, de 10 de maio de 2010” – n.º 41/X

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.05.16;

Assunto: Parecer sobre a Proposta de Lei 143/XII - Estabelece obrigatoriedade de elaboração e apresentação de um relatório anual sobre os direitos da criança e a situação da infância em Portugal – n.º 34/X

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.05.31;

Assunto: Projeto de Lei que "Cria um regime de isenção do pagamento dos passes dos transportes coletivos de passageiros para desempregados, beneficiários do Rendimento de Inserção Social e do Complemento Solidário para idosos"- n.º 039-AR

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.05.12;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que "Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, que estabelece os princípios orientadores de organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do currículo dos ensino básico e secundário" - n.º 43-OGP

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.05.12;

Assunto: Sobre o requerimento apresentado por Sua Excelência o Representante da República para a Região Autónoma dos Açores para apreciação preventiva da constitucionalidade das normas constantes na parte final do n.º 1 do artigo 10.º do DLR n.º 7/2013 da ALRAA relativo ao "Regime Jurídico aplicável às novas substâncias psicoativas" e, mais precisamente, dos dois segmentos que fixam os limites mínimo e máximo das coimas a aplicar às pessoas coletivas

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.05.12;

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 25/X - que "Resolve recomendar ao Governo Regional que reintroduza a vacina pneumocócica no Plano Regional de Vacinação

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.06.17;

Assunto: Proposta de Decreto Legislativo Regional n. 6/X – "Estabelece as regras aplicáveis na Região Autónoma dos Açores à prática de atos de desfibrilhação automática externa (DAE) por não médicos"

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.06.17;

Assunto: [No âmbito da Apreciação da Petição n.º 3/X – “Contra o desmantelamento do sistema científico dos Açores”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.06.17;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 16/X – “Atlas do Património Imaterial dos Açores”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.06.17;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 17/X – “Danças e Bailinhos do Carnaval da Terceira como Património Cultural Imaterial de Portugal”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.06.17;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que aprova o novo regime de exercício da atividade pecuária, e altera os Decretos Leis n.º 214/2008, de 10 de novembro, n.º 202/2004, de 18 de agosto, e n.º 142/2006, de 27 de julho - MAMAOT - \(Reg. DL 118/2013\) – n.º 32/X](#)

Proveniência: Comissão Economia

Data de Entrada: 2013.05.23;

Assunto: [Proposta de Lei 134/XII – Procede à simplificação do regime de acesso e exercício da atividade das agências privadas de colocação de candidatos a empregos, conformando o disposto no Decreto-Lei n.º 260/2009, de 25 de setembro, com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno – n.º 31/X](#)

Proveniência: Comissão Economia

Data de Entrada: 2013.05.27;

Assunto: [Proposta de Lei 141/XII – Aprova os regimes jurídicos do ensino da condução, regulando o acesso e o exercício da atividade de exploração de escolas de condução, da profissão de instrutor de condução, da profissão de diretor de escola de condução e da certificação das respetivas entidades formadoras – n.º 32/X](#)

Proveniência: Comissão Economia

Data de Entrada: 2013.05.27;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 246/2000, de 29 de setembro, que define o quadro legal do exercício da pesca marítima dirigida a espécies e vegetais com fins lúdicos – MAMAOT – \(Reg. DL 163/2013\). – n.º 34/X](#)

Proveniência: Comissão Economia

Data de Entrada: 2013.05.27;

Assunto: [Projeto de Proposta de Lei que aprova os requisitos de acesso e de exercício da atividade de perito qualificado para a certificação energética e de técnico de instalação e manutenção de edifícios e sistemas, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, que transpõe a Diretiva n.ºs 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais – MEE – \(Reg. PL 108/2013\) – n.º 40/X](#)

Proveniência: Comissão Economia

Data de Entrada: 2013.06.13;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 11/X — “Programa de Auto Emprego Jovem”](#)

Proveniência: Comissão Economia

Data de Entrada: 2013.06.13;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 9/X — “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2011/A, de 16 de junho, que regula o exercício da atividade dos profissionais de informação turística na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Economia

Data de Entrada: 2013.06.13;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 14/X — “Recomenda ao Governo Regional que, em execução do disposto nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de Abril e subsequentes alterações, proceda à atualização do acréscimo regional ao salário mínimo nacional e do complemento regional de pensão”](#).

Proveniência: Comissão Economia

Data de Entrada: 2013.06.13.

14 – Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários da Assembleia Legislativa da RAA n.º s 18 e 19.

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários da Assembleia Legislativa da RAA n.º s 20, 21, 22, 23 e 24, bem como as Separatas n.º s 5 e 6.

A redatora, Ana Sofia Pereira da Silva Machado